

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”**

Faculdade de Ciências e Letras – Assis  
Programa de Pós-Graduação em História

Geovan Souza

**Conflitos e Silenciamentos: Cidadania, liberdade e imprensa no pós-abolição sob o  
olhar de José do Patrocínio**

**Assis  
2023**

**Geovan Souza**

**Conflitos e Silenciamentos: Cidadania, liberdade e imprensa no pós-abolição sob o olhar de José do Patrocínio**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, para obtenção do título de Mestre em História. (Área de Conhecimento: Política: Ações e Representações).

Orientador(a): Lúcia Helena Oliveira Silva

Bolsista: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Código de Financiamento – Processo 131617/2021-4

**Assis**

**2023**

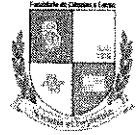
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Ana Cláudia Inocente Garcia - CRB 8/6887

S586c Silva, Geovan Souza  
Conflitos e silenciamentos: cidadania, liberdade e  
imprensa no pós-abolição sob o olhar de José do Patrocínio /  
Geovan Souza Silva. — Assis, 2023  
123 p. : il.

Dissertação de Mestrado - Universidade Estadual Paulista  
(UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis  
Orientadora: Dra. Lúcia Helena Oliveira Silva

1. Racismo. 2. Cidadania. 3. Liberdade. 4. Periódicos  
brasileiros - Rio de Janeiro (RJ). 5. Patrocínio, José do,  
1853-1905. I. Título.

CDD 326



**ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE GEOVAN SOUZA SILVA, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, DA FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS - CÂMPUS DE ASSIS.**

Aos 05 dias do mês de setembro do ano de 2023, às 18:00 horas, por meio de Videoconferência, realizou-se a defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO de GEOVAN SOUZA SILVA, intitulada **Conflitos e Silenciamentos: Cidadania, liberdade e imprensa no pós-abolição sob o olhar de José do Patrocínio**. A Comissão Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: Profa. Dra. LUCIA HELENA OLIVEIRA SILVA (Participação Virtual) do(a) Departamento de História / UNESP/FCL - Assis/SP, Profa. Dra. DANIELA MAGALHÃES DA SILVEIRA (Participação Virtual) do(a) UFU - Uberlândia/MG, Prof. Dr. ANDRÉ FIGUEIREDO RODRIGUES (Participação Virtual) do(a) Departamento de História / UNESP/FCL - Assis/SP. Após a exposição pelo mestrando e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, o discente recebeu o conceito final: aprovado. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.

Profa. Dra. LUCIA HELENA OLIVEIRA SILVA



## **Agradecimentos**

Um longo processo termina e parece até difícil acreditar e dimensionar a importância desse momento. Em 2019 era só um grande desejo e em 2023 se torna realidade após muito suor e dedicação.

Meus agradecimentos se direcionam ao meu melhor amigo Jesus que em todo esse processo sempre esteve comigo em tudo e nunca me deixou andar só em meio as dificuldades. Sei que nunca estou sozinho porque Ele sempre deixa óbvia sua companhia ao meu lado mesmo quando não parece estar lá ou quando eu esqueço que Ele está. Obrigado, Amigo. Eu e você sempre seremos uma boa dupla. Como foi e há de ser.

Agradeço imensamente a minha mãe por todo apoio e por caminhar ao meu lado me apoiando em tudo e deixando tudo mais fácil pra eu conseguir me dedicar a este trabalho. Minha gratidão a minha família por ser a melhor pra mim em suas fragilidades e feridas. Minha citação em especial ao grande amor da vida – até agora – nessa família, a primogênita dos bebês: Sofia. Sei que você vai ler isso um dia e espero que você tenha orgulho da sua casa e sonhe ir alto. Hoje você só tem 2 aninhos, mas sei que daqui um tempo vai estar muito mais longe do que nós fomos. Voe alto. Sonhe em escrever sua História.

Meu reconhecimento aos meu amigos da Família Reis que são segunda família desde sempre e meu apoio além do que eu mereço. Em especial Marciano e Solange por serem meus companheiros, conselheiros e amigos de fé. Gratidão também aos meus amigos pessoais Beatriz, Jhol, Matheus e Tainara por serem meus apoios nesse processo e ouvirem minhas reclamações. Estendo também meu afeto ao meu Teacher Lucas, que sempre terá título de mestre na minha vida por me acompanhar desde a UFU e insistir em me ouvir e dividir esse processo do mestrado comigo, mesmo com um oceano nos dividindo. Junto dele, outros parceiros de caminhada que dividem o desejo por uma educação pública e de qualidade para os mais pobres. Minha gratidão aos meus alunos que são por vezes desafio, inspiração e afeto.

Minha citação à banca e agradecimento profundo pelo aceite do convite e pela parceria de sempre. Em especial a Daniela, que já me conhece desde que a caminhada começou e mesmo assim insiste em apoiar esse pesquisador inseguro. Obrigado, Professora. E aos amigos e amigas companheiros e companheiras de jornada que apoiaram este trabalho de forma direta ou indireta.

Meu reconhecimento e gratidão também a Prof. Lúcia por ser a melhor parceria que eu poderia ter neste trabalho formando uma dupla preta. Alguém que tornou tudo

mais simples na caminhada acadêmica que por vezes é ingrata. De referência à orientação, agradeço por tudo até aqui, por sua doçura e comprometimento com um olhar cuidadoso sobre as trajetórias dos que passam pelo trabalho comprometido que só ela tem.

Durante o mestrado eu vi o Brasil passar por uma pandemia, chorar seus perdidos e ter medo do futuro. Mas também vi um país que sonha por justiça diante de tantas mortes e pôde respirar novamente aliviado em 2023 com o fim de um período de desmandos e descontrole. Vi minha bolsa ser valorizada e os sonhos serem novamente tomados de fôlego, e cito aqui meu agradecimento a CNPQ (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Código de Financiamento – Processo 131617/2021-4) pela bolsa que permitiu a produção deste trabalho.

A partir, então, das possibilidades oferecidas e construídas nesse contexto, essa dissertação me instiga a sonhar, lutar, viver e enfrentar o que está porvir. Algo que meus ancestrais muito bem fizeram. Lutaram por suas dignidades nos seus projetos de vida. Desejaram viver em um país com liberdade e cidadania plena aos seus e aos que estavam por vir. Esse trabalho existe porque antes de mim ousaram lutar e não aceitar as definições dos outros sobre suas vontades. E esse continua sendo o projeto para um país de pretos e pretas amantes de si, amor esse que nos foi roubado mas que recuperamos pouco a pouco. Emancipando à si e aos nossos parceiros de luta e de cor.

Meu desejo é uma História escrita por mãos pretas, para pessoas pretas, para tornar o mundo ainda mais negro. Nos permitam sonhar. Ousemos realizar.

*A merendeira desce, ônibus sai  
Dona Maria já se foi, só depois é que o sol nasce  
De madrugada' é que as aranha desce no breu  
E amantes ofegantes vão pro mundo de Morfeu  
E o sol só vem depois  
É o astro rei, ok, mas vem depois  
Emicida – A Ordem Natural das Coisas (feat. Mc Tha)*

SILVA, Geovan Souza. Conflitos e Silenciamentos: Cidadania, liberdade e imprensa no pós-abolição sob o olhar de José do Patrocínio. 2023. 123 Págs. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2023.

### **Resumo**

O presente texto tem como objetivo investigar o periódico *Cidade do Rio* (1887-1902), cujo dono é José do Patrocínio. O trabalho se preocupa em entender as opiniões emitidas nesse jornal, que é um dos porta-vozes do abolicionismo, tendo colaborado com a promulgação da lei em 13 de maio de 1888. Temáticas como racismo, cidadania e liberdade permeiam todo o trabalho, analisadas também a partir de outras fontes, como a literatura, para compreensão de narrativas, memórias e projetos para o Brasil pós-abolicionista e republicano. Nomes como os de André Rebouças, Coelho Netto, Lima Barreto, e outros, também fazem parte da construção das argumentações da escrita, que busca explorar a atuação dos homens de cor dentro do jornal com suas produções e influência. Nesse sentido, a intenção é pensar as denúncias do impresso frente ao racismo sofrido pela população negra do Rio de Janeiro, bem como do próprio José do Patrocínio e seus pares. Entendendo, também, a partir da figura desse abolicionista, suas contradições e motivações, a partir das pistas deixadas nos números do jornal.

**Palavras-chaves:** Racismo; Cidadania; Liberdade; Imprensa.

SILVA, Geovan Souza. Conflicts and Silences: Citizenship, freedom and the press in the post-abolition period from the perspective of José do Patrocínio. 2023. 123 pages. Dissertation (Master's in History) – São Paulo State University “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Faculty of Sciences and Letters, Assis, 2023.

### **Abstract**

The aim of this text is to investigate the newspaper *Cidade do Rio* (1887-1902), owned by José do Patrocínio. The work is concerned with understanding the opinions expressed in this newspaper, which is one of the spokespersons for abolitionism, having collaborated with the end of slavery on May 13, 1888. Themes such as racism, citizenship and freedom permeate the entire work, which is also analyzed using other sources, such as literature, to understand narratives, memories and projects for post-abolitionist and republican Brazil. Names such as André Rebouças, Coelho Netto, Lima Barreto, and others, are also part of the construction of the arguments of the writing, which seeks to explore the performance of men of color within the newspaper with their productions and influence. In this sense, the intention is to think about the newspaper's denunciations of the racism suffered by the black population of Rio de Janeiro, as well as José do Patrocínio himself and his peers. We also want to understand, based on the figure of this abolitionist, his contradictions and motivations, from the clues left in the newspaper's issues.

**Keywords:** Racism; Citizenship; Freedom; Press.

## Lista de figuras

Figura 1 - "Cidade do Rio", uma das últimas capas do periódico, antes de ser fechado de forma arbitrária .....	18
Figura 2 - "Cidade do Rio", capa completa: o jornal vai mudando suas configurações, mas de forma geral segue essa linha editorial de organização da folha impressa .....	18
Figura 3 - República renegando os fazendeiros.....	27
Figura 4 - Representação da República e da Abolição .....	48
Figura 5 - Capa comemorativa aniversário do Cidade do Rio .....	62
Figura 6 – “Cosmorama – A imprensa de arribação”.....	85

## Sumário

<b>Introdução</b> .....	12
<b>Capítulo 1</b> – <i>Cidade do Rio</i> : História, Memória e discursos.....	18
1.1 – <i>Cidade do Rio</i> e o dia seguinte .....	28
1.2 – Quem foi Patrocínio? .....	39
1.3 – Discurso do jornal sobre si mesmo e a construção da memória abolicionista ..	45
<b>Capítulo 2</b> – Produções e contradições a partir de Patrocínio no jornal <i>Cidade do Rio</i> durante a Primeira República .....	57
2.1. República e negritude .....	69
<b>Capítulo 3</b> – Racismo republicano e as reações de intelectuais negros no periódico ....	89
<b>Considerações finais</b> .....	115
<b>Fontes</b> .....	117
<b>Referências</b> .....	117

## Introdução

O objetivo do presente trabalho é entender o jornal *Cidade do Rio*, de José do Patrocínio, a forma de contar sua própria História e a do Brasil do final do século XIX. Assim, é possível pensar nas relações desenvolvidas pelos colaboradores do jornal, em um contexto pós-abolicionista, tocando em temáticas como racismo, cidadania e liberdade. A literatura e a imprensa serão fontes importantes na dissertação sobre a relevância do periódico para o contexto carioca e pós-emancipação do Brasil.

A fonte escolhida para o trabalho, portanto, são as edições dos anos de 1889 à 1902, do jornal *Cidade do Rio*, que está sob a guarda do acervo da Biblioteca Nacional e encontra-se disponível na plataforma da Hemeroteca Digital. Durante o ano de 1894, o periódico permaneceu fechado, em razão da política Republicana de fechamento de jornais que faziam críticas ao governo federal. Assim, os outros números disponíveis na Biblioteca Nacional encontram-se disponíveis de forma gratuita na plataforma online, e foram analisados ao longo deste trabalho.

O periódico faz parte de uma imprensa relevante, pois se constrói em um período de um abolicionismo militante, que usava desses espaços editoriais para disseminar seus ideais e lutar pelo fim da escravidão. Ainda, é interessante notar que o jornal continua existindo e participando dos debates públicos da República, a partir de 1889 até seu fim, em 1902. Seu objetivo inicial era lutar pelo fim da escravidão como um dos porta-vozes do discurso abolicionista e, após a abolição, passou a se comportar de forma a defender a liberdade conquistada pela população negra. A folha reunia nomes e discussões políticas relevantes, sendo amparadas por seu proprietário, José do Patrocínio.

Cada edição do jornal contém, em média, 4 páginas, apresentando notícias diversas, nacionais e internacionais, bem como do dia a dia do Rio de Janeiro no fim do oitocentos. Com anúncios, editoriais escritos sobre política e debates acerca do contexto histórico, as preocupações dos colaboradores do *Cidade do Rio* giravam ao redor de acontecimentos diários, folhetins, colunas de opinião e outras temáticas, que serão esmiuçadas durante este trabalho.<sup>1</sup>

Tornou-se um dos periódicos mais importantes para se entender o movimento abolicionista antes da abolição e o pós-abolição. Tal relevância para o 13 de maio de 1888, por exemplo, se deu devido a reunião de nomes importantes como o próprio proprietário da folha, José do Patrocínio, sendo ele uma referência histórica para falar

---

<sup>1</sup> Algumas das seções que mais se repetem no periódico são Semana Política, Folhetins, O Foro, Interior e outros.

sobre a autonomia do povo preto após a Lei Áurea. Já no pós-abolição, seu papel vai moldando-se conforme o contexto político. Entretanto, o horizonte da liberdade e da cidadania plena estava sempre adiante.

O jornal começa a ser publicado em 1887, ou seja, bem próximo ao ano da emancipação, e perdura até 1902, sob a direção de Patrocínio. No periódico, aparecem nomes como João Clapp, comerciante, abolicionista brasileiro e presidente da Confederação Abolicionista; Joaquim Nabuco, um abolicionista politizado e uma referência para Patrocínio; Luiz Gama, advogado e escritor abolicionista relevante para o fim da escravidão, defendeu ex-escravizados acusados contra crimes praticados por seus senhores, e diversas outras ações contra o cativo; Coelho Netto, escritor e político brasileiro, participante da Academia Brasileira de Letras entre 1897 e 1934, escrevendo obras que colaboram na compreensão do pós-abolição e as perspectivas da imprensa, conforme trabalharei mais à frente; e André Rebouças, engenheiro militar, também abolicionista que advogava pela causa do país como parlamentar negro no Estado. Essas pessoas assinam colunas, têm seus nomes mencionados em contextos diferentes e fazem parte da construção do jornal, tornando-o um corpo importante na leitura da imprensa brasileira do fim do XIX.

Nesse ínterim, o presente trabalho se encontra em meio a um crescente movimento na historiografia brasileira, que busca pensar o pós-abolição a partir de um olhar preocupado com as populações negras, suas lideranças e demandas. Álvaro Pereira Nascimento, em seu texto intitulado “Trabalhadores negros e o “paradigma da ausência”: contribuições à história social do trabalho no Brasil”<sup>2</sup>, faz um balanço de algumas produções ligadas a problemática do Brasil pós-abolição. Sua preocupação inicial, no artigo, é analisar que a historiografia que investiga trabalhadores pobres e o movimento operário na República tende a não incluir a cor dos indivíduos pesquisados<sup>3</sup>.

Ao longo do artigo, Álvaro Nascimento se demonstra incomodado com a abordagem de historiadores dos mundos do trabalho em seus estudos sobre a Primeira República e com as demandas mais comuns nas pesquisas sobre esse recorte. Ao mesmo tempo, o autor faz um balanço importante de como essa área tratou o pós-abolição, o que direciona o viés investigativo deste trabalho. De acordo com Nascimento, os estudiosos que pensam a história do trabalho na República permanecem embranquecendo o debate, ao não descreverem os conflitos e males provocados pelo preconceito racial. Assim, esse

---

<sup>2</sup> NASCIMENTO, Alvaro. “Trabalhadores negros e o ‘paradigma da ausência’: contribuições à história social do trabalho no Brasil”. In: Estudos Históricos, vol. 29, n. 59, p. 607-626, set/dez. 2016.

<sup>3</sup> Ibidem, p. 609.

movimento levaria a reafirmação de uma história única, marcada pela chamada superioridade cultural e racial dos imigrantes que se avolumaram no Sudeste e Sul do país no fim da escravidão<sup>4</sup>.

O autor faz um resgate de pesquisas acerca do recorte temporal da escravidão, produzidas por historiadores que se preocupavam com a riqueza e diversidade de histórias. Pesquisas, por sua vez, apresentadas por meio da investigação das trajetórias individuais e coletivas, de atores e atrizes políticos negros e negras, que encontravam-se nas fábricas enquanto operariado em meio a imigrantes nacionais e livres. Tendo essas pessoas sido agentes na fundação de sindicatos, na organização de greves, abrindo estradas de ferro, participando de companhias de diversos nichos, etc. Assim, Nascimento traça uma lista imensa de produções que se preocuparam em analisar esses processos. De modo que, por meio desse processo de pesquisa, é possível também compreender o pós-abolição como um campo possível de ser lido a partir dessa variedade de atuações, uma vez que elas não desaparecem. Efetivamente, se transformam após a República ou, ainda, geram outras estruturas a partir dessas organizações.

Nesse sentido, a análise de Nascimento se torna um ponto de partida, pois é por meio desse olhar preocupado com o pós-emancipação que é possível destacar as digitais pretas na História, como se pretende realizar neste trabalho. O autor faz um apelo pra que os jovens pesquisadores se sintam convidados a construir a história da participação dos negros na formação dos mundos do trabalho na República, buscando entender o eurocentrismo como um problema<sup>5</sup>.

Sobre a organização a partir dos espaços de trabalho enquanto indícios da diversidade racial na participação política, o autor afirma que:

Nas assembleias, reuniões e visitas cotidianas a estes espaços, creio eu, estes mesmos homens constituíram vínculos pessoais, dividiram opiniões políticas e trabalhistas, que eram forjadas no cotidiano dos mundos do trabalho. Toda esta experiência levou-os a se entenderem como um grupo de pessoas unidas em oposição a outros homens. Seria esta a consciência de classe? Por que não? Ela é parte de um discurso teórico que nos é fundamental, mas que deveria ser mais negro e bem menos eurocêntrico.<sup>6</sup>

A partir desta afirmação é possível entender, então, a imprensa de José do Patrocínio e o jornal *Cidade do Rio*, como parte dessa construção. O periódico em questão não participa da imprensa negra, mas ainda assim se organiza em torno de pautas raciais em diversos momentos, e passa a trabalhar em torno dela – pressupõe-se assim – em uma

---

<sup>4</sup> NASCIMENTO, 2016, Op. Cit., p. 610.

<sup>5</sup> Ibidem, p. 614.

<sup>6</sup> Ibidem, p. 620.

consciência de classe que lhes era comum, como será possível observar.

Neste processo, ao pensar a trajetória do dono do jornal, bem como do seu periódico, o que se busca produzir é uma história pública do negro na Primeira República, que buscou por tantas formas reduzir a importância desses intelectuais bem como de suas redes de atuação e a influência exercida por eles. Por força do racismo, tentaram apagar e silenciar narrativas pretas durante a Primeira República. Entretanto, por vezes a população preta se organizou para sobreviver e permanecer em suas demandas mesmo durante os excessos militares da República. Nesse sentido, Nascimento conclui que:

Não há como negar que a maior parte dos negros(as) foi “bem comportada”: trabalhou duro, foi explorada, humilhada em charges de jornais, classificada com os mais torpes xingamentos, estudou em escolas mequetrefes, viu sua ingenuidade expirar-se ainda na infância, sofreu algum tipo de assédio sexual, teve seus punhos atados pelas algemas da polícia, contentou-se em ser representada por Grande Otelo ou Mussum como escadas de Oscarito e Renato Aragão, perdeu entes queridos por um péssimo diagnóstico médico, foi preterida no emprego. Mas esta população negra também rodava no santo nos terreiros, desfilava seu carnaval, ia à coroação dos Reis do Congo, sambava como um mestre sala dos mares, lutava por um pedaço de terra, trabalhava nas fábricas e indústrias do Mundo do Trabalho.<sup>7</sup>

Tal colocação abre caminhos para compreender como existiam diversas formas de existência e resistência da população negra no pós-abolição. Uma delas acontecia por meio da imprensa, por vezes dúbia e desafiadora no entendimento e em seus discursos, mas que também era formada por homens e mulheres que, embora nem sempre identificados, deixavam seus posicionamentos contra o racismo e a exclusão dos seus iguais nos anais da História. Posicionamentos, esses, que podiam aparecer nos periódicos como forma de denúncia. Esta pesquisa buscará, também, amplificar essas demandas e entender quais os projetos que envolvem seus desejos por cidadania e liberdade no caso do *Cidade do Rio*. Tendo, assim, um compromisso de perceber as contruções contidas na fonte, percebendo-a em suas incoerências e percepções das realidades, como parte da complexidade que se impõe ao pensarmos uma fração da liberdade de um povo, escravizado por séculos, a partir da liderança e organização de Patrocínio.

O objetivo é apresentar José do Patrocínio e o periódico junto com seus projetos de memória e discursos, entendendo como os dois se complementam e discorrer sobre o discurso abolicionista antes da abolição e depois dela problematizando os problemas da temporalidade. Busca-se identificar os discursos dos editores, suas intencionalidades, bem como o lugar que ocupa o proprietário do *Cidade do Rio*, e o modo com que suas decisões e escritas interferem diretamente no discurso do jornal sobre si mesmo e sobre

---

<sup>7</sup> NASCIMENTO, 2016, Op. Cit., p. 623.

o contexto político.

No primeiro capítulo empreende-se uma análise do periódico a partir dos temas apresentados no recorte de 1887 a 1884. Inicialmente, este recorte – 1887-1884 – é a preocupação inicial desse primeiro capítulo, à vista de um balanço geral do início do periódico. Porém, a temporalidade recortada não impede de perceber o jornal como um todo em alguns momentos ao longo do texto. A questão que permeia o capítulo é entender como se constituiu, ideologicamente, o *Cidade do Rio*, qual é sua relação com seus pares e, sobretudo, entender qual o projeto do jornal dentro do contexto em que se inseria, buscando analisar os discursos em diálogo com a literatura de Coelho Netto e Lima Barreto.

Já no segundo capítulo, o objetivo é analisar as produções do jornal e suas contradições dentro escritas de opinião, principalmente as assinadas por Patrocínio em sua coluna chamada “Semana Política”. Ocasionalmente, Patrocínio é criticado por suas participações ambíguas para com a monarquia e a República. No primeiro tópico do segundo capítulo, busca-se pensar esses posicionamentos do dono do jornal, percebendo suas movimentações dentro do contexto histórico que vivia. Nesse sentido, partindo de um contexto racial produzido na figura do jornalista, dois contos passam a fazer parte da análise para pensar os conceitos de República e Negritude, por meio da literatura contida no jornal. Analisando, assim, a colaboração do periódico na explicação das demandas da população negra, e o modo como, nas duas narrativas, seus colaboradores tocam em temas como: racismo, imigração, crescimento do Rio de Janeiro, liberdade e escravidão.

Por fim, no terceiro capítulo, o intuito inicial é pautar o racismo de forma mais específica a partir das notícias contidas no jornal. Ataques ao proprietário, colunas de opinião sobre acontecimentos que obtinham contexto racial e outras temáticas. Nesta parte do trabalho, persegue-se a dimensão global do racismo e a maneira com que intelectuais pretos estão por vezes entrelaçados na experiência da luta contra o preconceito de cor. A bibliografia deste capítulo aponta para as conclusões filosóficas sobre o racismo e em como as experiências de afro-americanos estão frequentemente envoltas de familiaridades, que não são advindas do acaso. No mesmo recorte, se faz necessário pensar as notícias de casos de racismo durante a República, como denúncias contra as tentativas de se manter indivíduos pretos e pretas em estado de inércia e apagamento.

Sendo assim, a presente pesquisa busca se organizar para trabalhar com temáticas que pautam o pós-abolição como essencial na compreensão do Brasil contemporâneo. Percebendo como pautas contidas no século XIX insistem em permanecer na história

contemporânea, mas esbarram na insistência de práticas negras que afinam suas demandas por sobrevivência nos campos políticos, se reinventando e resistindo aos ataques que buscam sufocar vidas e sonhos empretecidos. Perseguindo os projetos por uma sociedade igualitária com liberdade e cidadania no passado, hoje - seja ele qual for - e no porvir.

## Capítulo 1 – Cidade do Rio: História, Memória e discursos.

Figura 1 - "Cidade do Rio", uma das últimas capas do periódico, antes de ser fechado de forma arbitrária



Fonte: "Cidade do Rio", 6 de outubro de 1893. Hemeroteca Digital<sup>8</sup>.

Figura 2 - "Cidade do Rio", capa completa: o jornal vai mudando suas configurações, mas de forma geral segue essa linha editorial de organização da folha impressa



Fonte: "Cidade do Rio", 6 de outubro de 1893. Hemeroteca Digital.<sup>9</sup>

No Brasil, a questão da escravidão e a racial foram debatidas por diversas áreas do conhecimento. No campo da História, as discussões dentro dessa temática estão presentes em diferentes temporalidades, que se iniciam com o desenvolvimento de um modelo econômico, baseado na servidão compulsória. É somente no século XIX que a escravidão passa a ser questionada no Brasil e combatida por diversos grupos

<sup>8</sup> Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?pesq=pasta085669>. Acesso em 8 de março de 2023.

<sup>9</sup> Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?pesq=pasta085669>. Acesso em 8 de março de 2023.

afrocentrados organizados, até sua derrocada em 1888. Até então, a escravização era legalmente permitida.

Diante do fim da escravidão, o campo do pós-abolição começa a tomar forma e dá os sinais de suas nuances. Ao trazer uma liberdade *legal* que deve ser problematizada, a abolição da escravidão colocará em pauta a necessidade de se pensar as condições da população legalmente livre, como, por exemplo, o acesso a saúde, a alimentação familiar, a educação, e outros vetores que tocam nos direitos que todo cidadão deve ter como ponto de chegada. O dia seguinte ao 13 de maio oferece condições para entender o comportamento da sociedade brasileira frente a cidadania negra a ser conquistada, tornando-se uma questão sensível para o campo pós-abolicionista. Em 16 de janeiro de 1889, em uma coluna intitulada “A intriga”, os colaboradores do jornal *Cidade do Rio*, afirmam que os republicanos estavam incomodados com as ações da Guarda Negra, sociedade secreta apoiada pelo jornal e por seu proprietário, José do Patrocínio, composta por ex-escravizados - e nela se lê:

[...] os republicanos de 14 de maio incomodados com a Guarda Negra. Dizem que ela tem por fim armar os negros contra os brancos. [...] Brancos não admitem que negros divirjam da opinião deles.” [...] "restituídos aos seus direitos os negros pensaram que lhes estava garantida pela lei o direito de autonomia mental... [...] enganaram-se eis aí os republicanos de 14 de maio para lhes dizer que lhes é defesa a liberdade de pensamento e de volição quanto à estima e dedicação a princesa, que sancionou a lei igualitária de maio<sup>10</sup>.

A coluna denuncia o caráter escravista do pensamento republicano, que buscava conservar os privilégios, tendo em vista desmobilizar qualquer movimentação da população negra que não fosse adequada aos moldes da República comandada por ex-senhores de escravizados. Ao afirmar, por exemplo, que brancos não admitem que os negros contrariem as opiniões deles, é possível enxergar uma tentativa de racializar a luta dos novos cidadãos. Por que o periódico se preocupa em afirmar que o projeto de República defendido é organizado de brancos contra pretos? Essa é uma perspectiva que aparece somente quando se fala sobre a Guarda Negra ou ela vai perdurar durante a existência do jornal?

Há uma defesa argumentativa de que a Guarda Negra, organizada por homens pretos monarquistas, era um grupo instituído por um pensamento libertário, que buscava autonomia mental. Essa ideia última é crucial na compreensão do tipo de fonte aqui estudada, uma vez que essa autonomia será perseguida pelos jornais oitocentistas de forma expansiva, de forma que nenhum jornal quer construir suas narrativas preso a um

---

<sup>10</sup> “A intriga”, *Cidade do Rio*, 16 de janeiro de 1889.

editorial que não fosse o definido pelos seus pares. Entretanto, é importante compreender a importância do periódico de José do Patrocínio, um homem preto e apoiador da Guarda Negra, até então, estar associando o grupo a uma série de prerrogativas que colocam a população preta como autônoma, livre e perseguidora de ideais igualitários, o que não era inédito, pois essas palavras já estavam sendo discutidas e mobilizadas antes mesmo da abolição. Entretanto, a ideia é aproximar essas palavras do contexto republicano, para analisar os sentidos dessas lutas dentro do contexto histórico da última década do século XIX. A coluna continua:

É patriótico aliarem-se os novos cidadãos aos propagandistas, que aquiescem com o silêncio a importação do chim, que é a baixa do salário, brusca e artificial, com o fito de se reduzir o negro à condição do mais miserável dos operários, do que não ganha nem para alimentar bem a prole. É antipatriótico os homens de coro com o pensamento único de aperfeiçoarem-se, e fortificarem uma ideia de amor e fraternidade. Quem pretende dividir o país em castas? Quem quer aquinhoar os negros com a miséria e o servilismo?<sup>11</sup>

Neste contexto, são dois cenários: um, apresentado pelos republicanos, que buscam conservar a sociedade conforme seus privilégios, tentando manter seus direitos de “senhores de escravizados”; e outro, com a representação do corpo editorial, este último levantando questões sobre direitos dos recém-libertos. Parte da coluna se dedica a afirmar que o objetivo dos representantes do “14 de maio” é “reduzir o negro a condição do mais miserável dos operários”, trazendo a reflexão sobre as intenções do grupo político senhorial da República com o que viria a ser a nova classe trabalhadora: fazer a manutenção da condição de pobreza e servidão dos libertos.<sup>12</sup> Há uma petulante tentativa de afirmar que essa população, agora livre, também era operária e buscaria seus direitos a partir do que fosse necessário.

A Guarda Negra é apontada como a oposição aos discursos que a classe dos republicanos senhoriais representava, carregando em seu nome o seu objetivo, demonstrando que a busca por cidadania da população negra é organizada em sociedades ou associativismo. Líderes ligados ao *Cidade do Rio*, e que fazem parte de uma rede de contato com José do Patrocínio, apoiavam essa organização e faziam a defesa dela de forma ostensiva. Dito isto, é necessário afirmar que a liberdade, que era parte da cidadania pautada pelo 13 de maio, será um tema relevante para a imprensa carioca do pós-abolição. Não somente por conta da Guarda Negra, mas pelo simbolismo e significado que ela carrega. As bandeiras que essa sociedade defendia em seus objetivos aparecem na imprensa, que se tornou um dos espaços essenciais na divulgação e manutenção da luta

<sup>11</sup> “A intriga”, *Cidade do Rio*, 16 de janeiro de 1889.

<sup>12</sup> *Ibidem*.

nos cenários do pós-abolição.

Neste mesmo sentido, outro jornal relevante para o estudo do período e analogias com o *Cidade do Rio*, é o *Gazeta de Notícias*, também publicado no Rio de Janeiro. É possível produzir um paralelo entre os dois jornais, percebendo como o conceito de “14 de maio” é amplo e pode ser tratado de formas diferentes na imprensa, fonte desta pesquisa. Após uma série de descrições das celebrações do 13 de maio no Rio de Janeiro, no dia 14 de maio de 1890, o jornal *Gazeta de Notícias* numa coluna chamada “Depois...”, afirmava que:

Pendem as folhagens secas, murchas, ao longo dos mastros; descem melancolicamente as bandeiras a pancadas surdas de martelo; desabam os coretos festivos, ruínas de uma alegria que passou, restos de um entusiasmo que só extinguiu; e, de novo, ainda estremunhados de sono, ainda fatigados pelo delírio de ontem, entramos na vida chata de todos os dias. E mais funda agora, mais dolorosa deve ser a tristeza que, ontem mesmo, no meio da alegria geral, nublava face dos trabalhadores dos tempos difíceis...<sup>13</sup>

A coluna indica, logo em seu título, falar sobre o “Depois...” do 13 de maio. As festas que aconteceram em celebração à abolição de 1888 se esvaziaram, de acordo com os colaboradores do periódico, como resultado de “tempos difíceis”. Nesse sentido, é provável que o colunista faça uma alusão à República instituída e liderada por Deodoro da Fonseca, muito criticado na folha. O jornal afirma que as festas do 13 maio, em seus primeiros anos, vão durar com muitas festividades e celebração da liberdade. Porém, no fim do dia, ou no “Depois”, quando as celebrações se tornaram pouco mobilizadoras, retornava-se a lógica senhorial, que se fazia presente mesmo com o fim do cativo.

Pode-se observar, tanto na *Gazeta de Notícias* quanto no *Cidade do Rio*, ambos publicados no Rio de Janeiro, a abordagem ao contexto em que a liberdade e as conquistas após o 13 de maio estão sendo contestadas e, assim, questionadas em dois jornais de grande circulação, tendo essas folhas grande potencial de repercussão na sociedade. Ao afirmar, por exemplo, que as celebrações são “restos de um entusiasmo que se extinguiu” o jornal explica que o 13 de maio foi um grande momento de entusiasmo. No entanto, ao mesmo tempo em que surgiu, perdeu a capacidade mobilizadora encontrada em 13 de maio de 1888, o que coloca em xeque a credibilidade da cidadania e da liberdade propostas pela República instituída.

Nesse sentido, um texto que colabora nas discussões sobre a temática é a tese desenvolvida por Renata Moraes e intitulada “As festas da Abolição: o 13 de Maio e seus significados no Rio de Janeiro (1888-1908)”<sup>14</sup>. Na construção de seu argumento, Moraes

<sup>13</sup> “Depois...”, *Gazeta de Notícias*, 14 de maio de 1890.

<sup>14</sup> MORAES, Renata. **As festas da abolição: o 13 de maio e seus significados no Rio de Janeiro (1888-1908)**. Tese Doutorado em História Social da Cultura) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de

analisa a baixa comoção com a data, apontada pelo *Gazeta de Notícias* em outro momento. Ela conclui que “por um lado, sujeitos diversos tomavam a festa nas mãos, promovendo a seu jeito a celebração da data; por outro, no entanto, a própria proliferação de outras outras festas esvaziava, aos poucos, a força dos festejos oficiais”<sup>15</sup>. A pesquisadora explica que haviam tensões envolvendo as celebrações do 13 de maio, pois essas tiveram que conciliar símbolos do passado, os personagens da abolição, abolicionistas e a conjuntura política após o fim do império<sup>16</sup>. Sua afirmação corrobora o argumento anterior, publicado no *Cidade do Rio*, sobre esse contexto de desmobilização. Tendo, ainda, os colaboradores do periódico criticado a capacidade das festas de relembrar a relevância da Lei Áurea.

Dito isto, outro personagem é inserido por ela como parte desse contexto: a figura de José do Patrocínio como um herói louvável, que continuava a receber homenagens com o passar dos anos. Todavia, em 1892, as festas foram feitas sem sua presença pois ele havia sido enviado para o exílio, junto de outras figuras importantes como Dermeval da Fonseca, da *Gazeta de Notícias*; representantes do jornal *Novidades*; João Clapp, presidente da confederação abolicionista; entre outros militares e parlamentares, que também foram retirados da capital fluminense<sup>17</sup>.

Como apontado pela coluna da *Gazeta de Notícias*, ainda em 1890, já era possível perceber a diminuição da mobilização em comemoração a data. A despeito disso, a autora reitera que existiam festas em variados pontos do país, ainda que os festejos oficiais estivessem esvaziados na década de 90. Ainda, de acordo com Moraes, “as festas pela abolição, diante dessa disputa simbólica, pareciam aos olhos dos editores das folhas da cidade esvaziadas e com o sentido reduzido se comparado aquelas dos anos anteriores, principalmente a de 1888.”<sup>18</sup>. Porém, segundo a autora, as celebrações oficiais estavam longe de representar o modo pelo qual os próprios beneficiados pela legislação construía para ela um significado. A importância da lei foi notada em diversas outras formas de se festejar, e isto aponta para a continuidade das disputas em torno do sentido da celebração<sup>19</sup>.

Ou seja, é notável que o problema para a imprensa fossem as desmobilizações que ocorriam em relação às festas oficiais, organizadas em grande escala. O que, para os colonistas dos jornais, representaria um problema para a nação e o discurso republicano,

---

Janeiro. 2012.

<sup>15</sup> Ibidem, p. 260.

<sup>16</sup> Ibidem, p. 258.

<sup>17</sup> Ibidem, p. 257.

<sup>18</sup> Ibidem, p. 260.

<sup>19</sup> Ibidem, p. 256.

tendo em vista a importância desses símbolos para a construção do Novo Estado na década de 1890. As irmandades negras, por exemplo, não perderam o papel ativo que sempre tiveram entre a população liberta do Rio de Janeiro, permanecendo como um ambiente de solidariedades negras, sendo inclusive sempre citadas nas edições celebrativas do 13 de maio no *Cidade do Rio* como um espaço onde haveriam em comemoração à aprovação da Lei Áurea. Nesse sentido, Renata Moraes afirma que:

Assim, no final do XIX e início do XX, foram meios de resistência a manipulação dos sentidos da abolição, uma vez que resistiam à forma como a data era celebrada pela República: com o descarte aos sujeitos do passado, entre eles abolicionistas negros e os membros do Parlamento. Nessas irmandades, compostas por negros, que viam a Princesa Isabel como redentora dos escravos, o aspecto sagrado da abolição ainda se fazia presente<sup>20</sup>.

A afirmação de Moraes abarca mais elementos para compreensão dessas comemorações e em como as datas eram celebradas de formas diversas e a revelia de cada grupo e seus interesses.

Sendo assim, é possível perceber ambiguidades na celebração da Lei Áurea nos primeiros anos da República. Havia quem tomava a festa nas mãos, promovendo as comemorações à sua própria revelia. Entretanto, em outro contexto, a proliferação das festas se esvaziava, o que explica a citação da coluna publicada no *Cidade do Rio* sobre uma desmobilização frente a data, que comemorava um momento emblemático para a população recém-liberta. Os abolicionistas se incomodavam em não ver celebrados seus nomes em festas oficiais e públicas, uma vez que a data acabou por se tornar uma celebração da liberdade vinculada à perspectiva republicana. As comemorações perdiam, assim, o caráter celebrativo da população preta e seus representantes, conforme pretendia o próprio editorial do *Cidade do Rio*.

Ainda nesse contexto, aconteceram também tentativas de associar a data à perspectiva de liberdade nacional produzida no contexto da independência do Brasil em 1822. Pedro Moacyr, colunista do *Cidade do Rio*, critica essa associação, afirmando que o 7 de setembro de 1822 não suscitou tão grande número de propagadores como o 13 de maio de 1888. Para construir seu argumento, o colunista menciona o fato de que os declaradores da independência não queriam a alforria absoluta e imediata do negro, porque o negro representava a exploração do trabalho nas fazendas<sup>21</sup>. Sendo assim, não era possível tratar o 7 de setembro como uma data vinculada à liberdade, uma vez que ela

---

<sup>20</sup> MORAES, 2012, Op. Cit., p. 259.

<sup>21</sup> *Cidade do Rio*, 12 de maio de 1890.

não existia para a população negra em 1822 e o país não era livre com a escravidão em curso. Os mobilizadores da pauta republicana tinham como projeto fazer com que o dia da independência se tornasse um grande símbolo para o novo Estado, o que de fato aconteceu. Essa constatação se aproxima do argumento de Moraes, na medida que é a capacidade de entender as relevâncias dos símbolos que fazem com que seja possível pensar as datas e as celebrações como espaços de disputas de narrativas sobre o outro e sobre “si (s)”.<sup>22</sup>

É possível identificar essa movimentação em torno, por exemplo, da figura de Patrocínio, quando mesmo após seu isolamento, em 1892, seu periódico faz uma afirmação perigosa, colocando-o no centro das celebrações:

Desde o grande dia que neste momento comemoram todos os corações patriotas até hoje, ninguém tem dito com exatidão o que há de real relativamente à iniciativa do movimento abolicionista na Província, hoje Estado de S. Paulo. Não tem sido, felizmente, esquecido o nome do mil vezes admirado Luiz Gama; não são desconhecidos os relevantes serviços de Antonio Bento, nem a aderência de Antonio Prado à causa dos escravos. Mas o que ainda não foi dito, e que hoje pode ser atestado pelo herói do dia, pelo imortal José do Patrocínio, é o ponto de partida dessa propaganda cerrada, forte, entusiástica, que levou tudo de vencida até vitória final, na Província de São Paulo [...].<sup>23</sup>

De acordo com Moraes, nesse contexto, “saudar antigos heróis como José do Patrocínio e a Princesa Isabel parecia um ato de coragem e autonomia.”<sup>24</sup> . Sendo assim, o periódico atuava na produção de uma característica desafiadora para a República de Floriano Peixoto: a de que eles seriam uma pedra no sapato desses que buscavam desenhar a política de acordo com seus desejos, ignorando diversas camadas da população. Não somente a folha de Patrocínio, mas a imprensa fluminense como um todo.

Marialva Barbosa, em seu livro *Os donos do Rio*, afirma que os jornais da década de 1890 no Rio de Janeiro unificavam os vários discursos da sociedade, em busca de um ideal de progresso<sup>25</sup>. Esse ideal vai dar o tom da imprensa da época, que buscava lugar de importância nos discursos políticos. Com isso, esses periódicos começam a incomodar a lógica republicana e passam a ser vigiados de perto, durante a década de 1890.

O *Cidade do Rio*, em especial, vai usar desse espaço para questionar a liberdade parcial que a lei áurea trouxe para o Brasil. Em 3 de outubro de 1890, publica-se uma coluna com o título “A questão negra”, questionando a liberdade conquistada no 13 de

<sup>22</sup> MORAES, 2012, Op. Cit., p. 259.

<sup>23</sup> *Cidade do Rio*, 13 de maio de 1893.

<sup>24</sup> MORAES, 2012, Op. Cit., p. 260.

<sup>25</sup> BARBOSA, Marialva C. **Os donos do Rio: imprensa, poder e público**. 1. ed. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, v. 1, 2000.

maio e os resultados dela obtidos até então. Nela, lê-se:

Não está terminada a campanha abolicionista. Se, diante desta afirmação, pudesse erguer-se no espírito público a tênue sombra de uma dúvida consoladora, bastar-nos-ia, para dissipá-la, apontar para o abandono em que deixou o governo do país a raça emancipada, sob a opressão da ignorância, que é a mais cruel das misérias, e na impotência de se erguer diante do privilégio que ficou de pé contrariando os efeitos da lei de redenção; bastar-nos-ia definir a política inaugurada agora pelo governo da ditadura, que fere desapiadamente a liberdade em nome da república; lembrar a organização das listas de candidatos ao Congresso nacional, recomendadas oficialmente para a eleição de 15 de setembro; recordar as circunstâncias que acompanharam as combinações de nomes, as conveniências atendidas, e a extraordinária exigência a que se subordinou a modificação final das lutas, fazendo-se depender dela, como de força maior e irresistível, a vitória da eleição [...].<sup>26</sup>

A afirmação inicial da coluna questiona o fim da luta pela liberdade com a conquista do 13 de maio. Ainda, o autor da publicação acusa o governo de ter abandonado a raça emancipada - por isso chamo a liberdade aqui pautada de “parcial”, pois ela é incompleta no sentido de oferecer direitos e cidadania. Ao afirmar que a luta abolicinista continua, há indícios de que as perspectivas pautadas antes de 1888 continuaram a atuar durante a nova forma de Estado. Na crítica, há a preocupação em apontar para o abandono que a nação deixou para a raça emancipada, sendo um diagnóstico importante para demarcar o impresso como um espaço de reivindicação. Movimento esse que será refletido nas urnas, na tentativa de eleger Patrocínio e outros parceiros de luta contra os “privilegios” que permaneceram e contrariavam os efeitos da lei de emancipação. Nesse sentido, o autor da coluna continua:

A situação do nosso país definida como foi de modo claro pelo interesse governamental em presença das urnas, nos impõe o dever de prosseguir na campanha gloriosa em favor da liberdade, que é a igualdade, contra o sofisma, que é a traição, e contra o privilégio, que é a violência<sup>27</sup>.

De acordo com a folha, portanto, há um interesse governamental em manter os privilégios políticos. Logo, urge a necessidade do prosseguimento da campanha abolicionista em favor da liberdade, mesmo após o fim da escravidão. Sendo essa uma das justificativas deste trabalho na escolha da fonte, pois a imprensa vai adentrar a década de 1890 com esse discurso de liberdade ainda sensível, colaborando na construção do argumento aqui desenvolvido. A atuação contra a escravidão não é uma exclusividade do *Cidade do Rio*, mas sua configuração como uma produção de um homem preto relevante traz uma particularidade importante para pensá-lo dentro de seu contexto histórico. Um texto que colabora nesta discussão é “Pós-

<sup>26</sup> *Cidade do Rio*, 3 de outubro de 1890.

<sup>27</sup> *Ibidem*.

abolição: o dia seguinte”, de Walter Fraga, no qual o autor aponta a ambiguidade do 13 de maio<sup>28</sup>. Fraga afirma que a data estaria para sempre marcada por disputas sobre sua representatividade simbólica para as lutas que buscavam liberdade e cidadania<sup>29</sup>. O simbolismo desse dia e as celebrações após a data foram suficientes para desagradar os senhores, que entendiam as festas como ações “insolentes” e “insubordinadas”<sup>30</sup>.

Com a liberdade institucionalizada, a população liberta e livre buscava dignidade e cidadania, que seriam alcançadas, por exemplo, por meio da posse de terras. Quando estavam na condição de escravizados, esses trabalhadores viviam na terra dos fazendeiros e grande parte deles não possuía uma propriedade. Após terem sua liberdade decretada, seria necessário que o Estado organizasse uma distribuição igualitária e que oferecesse a sobrevivência de suas famílias. Porém, o que aconteceu foi o contrário, como aponta Walter Fraga. O autor afirma que, entre 1888 e 1889, representantes dos fazendeiros defendiam no Parlamento uma indenização pelas perdas econômicas decorrentes do 13 de maio, reivindicação que não foi atendida pela monarquia<sup>31</sup>. Logo, um movimento de revanchismo pode ser uma explicação para o embarque dos senhores de escravos no discurso republicano, demonstrando assim a manutenção de privilégios durante a República<sup>32</sup>. O dia seguinte ao 13 de maio foi um tempo de renovação dos privilégios – manutenção de poder político, posse de terras, isenção de indenização aos escravizados dentre outros - e, em muitos casos, de permanência da lógica da Casa Grande.

Ao mesmo tempo, outros jornais também estão discutindo as temáticas que estão presentes na folha de Patrocínio. A *Revista Ilustrada*, por exemplo, é uma dessas produções que se preocupa com a indenização reivindicada pelos ex-senhores de escravizados, agora republicanos. Em 9 de junho em 1888, após a promulgação da abolição, o jornal publica uma ilustração que demonstra como o posicionamento crítico à vertente republicana estava presente em folhas fluminenses de forma expansiva.

---

<sup>28</sup> FRAGA, Walter. Pós-abolição: O dia seguinte. In.: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos. (Orgs). **Dicionário da Escravidão e Liberdade. 50 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 351-357.

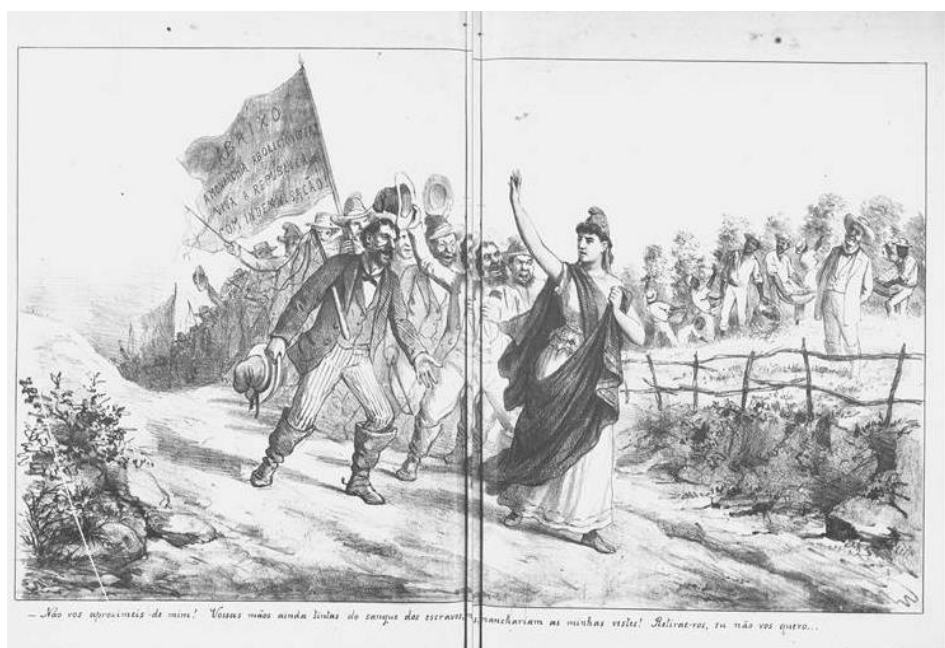
<sup>29</sup> FRAGA, 2018, Op. Cit., p. 351.

<sup>30</sup> Ibidem, p. 355.

<sup>31</sup> Ibidem, p. 356.

<sup>32</sup> Ibidem.

Figura 3 - República renegando os fazendeiros



Fonte: *Revista Ilustrada*, 9 de junho de 1888, Hemeroteca Digital.

Na ilustração há uma bandeira com os seguintes dizeres: “Abaixo a Monarquia Abolicionista! Viva a República com indenização!” representando a esperança da classe senhorial de que a República traria a indenização pela libertação dos escravizados, e a figura republicana fugindo da manifestação logo atrás, com os dizeres na legenda que veêm da expressão da gravura feminina: “Não vos aproximeis de mim! Vossas mãos ainda tintas do sangue dos escravos, mancharia as minhas vestes! Retirai-vos, eu não vos quero...”. Ainda, na mesma ilustração, é possível observar os libertos, representados em meio ao roçado, parando seus trabalhos para observar a cena retratada. Tal expressão é importante para demonstrar como o debate em torno do fim da escravidão era sensível à equipe de diversas folhas. Havia uma ameaça senhorial constante, e que seria combatida pela imprensa carioca, de diferentes formas.

Nesse sentido, o 14 de maio se torna um símbolo de mobilização na República, de conservação de privilégios, mas também da possibilidade de questionar este conservadorismo através dos meios de comunicação. A imprensa carioca, mesmo antes do 13 de maio de 1888, já dava sinais das suas preferências políticas. Humberto Machado, no seu trabalho intitulado *Palavras e Brados – José do Patrocínio e a imprensa abolicionista do Rio de Janeiro*, afirma que, no final do século XIX, “a ‘questão servil’ passou a ocupar os espaços dos jornais, abalando os alicerces do escravismo, na medida

em que suas mazelas eram divulgadas”<sup>33</sup>. Tal contexto ajuda a perceber que uma parte considerável da imprensa carioca já apoiava o fim da escravidão, mesmo anos antes da concretização da liberdade. Quando o jornal criado por Patrocínio passa a existir, observa-se que seu objetivo inicial era veicular e apoiar a campanha abolicionista.

### 1.1 – *Cidade do Rio* e o dia seguinte

O jornal *Cidade do Rio* conta com a escrita de vários jornalistas, literatos e políticos importantes da época, que faziam parte da rede de solidariedade de Patrocínio, tais como: Coelho Netto, Artur Azevedo, Luís Murat, Olavo Bilac, Pardal Mallet e outros. Entretanto, o fato desses intelectuais formarem uma mesma rede, não significava que todos tinham o mesmo posicionamento sobre diferentes assuntos. A união em prol da causa abolicionista não representa a completa identificação em suas perspectivas políticas. Por serem atuantes em movimentos que não eram idênticos, tiveram atuações em contextos que não se igualam. Patrocínio, por exemplo, buscará uma conversa direta com a monarquia que resultará em um rompimento do mesmo com os ideais monarquistas em detrimento da República, enquanto outros desses nomes citados não terão o mesmo posicionamento. Isso porque, o grupo de intelectuais investirá na coesão em defesa do fim da escravidão, mas idealizando diferentes formas de liberdades. Na década de 1890, a equipe do *Cidade do Rio* irá se opor à perspectiva de Deodoro da Fonseca. O editorial do jornal vai defender a política republicana, mas ainda com os pés na monarquia e a cabeça numa república democrata, movimento este bastante questionado em diversos momentos.

Em pesquisa anterior, dados levantados no periódico explicitam as origens ideológicas do *Cidade do Rio* (1887-1902)<sup>34</sup>. O periódico foi fundado pelo abolicionista José do Patrocínio, em 28 de setembro de 1887, e teve grande relevância no cenário político do fim dos anos 1880. Sua data de nascimento já demonstra o significado do impresso, pois coincidia com o aniversário da Lei do Ventre Livre, promulgada em 1871, e que foi precursora da abolição. O jornal contava com uma capa e, logo em suas primeiras edições, trazia o nome de José do Patrocínio em formatos grandes e visíveis. Ele continha, em média, quatro páginas divididas entre assuntos como: escravidão, abolicionismo,

<sup>33</sup> MACHADO, Humberto Fernandes. **Palavras e Brados – José do Patrocínio e a imprensa abolicionista do Rio de Janeiro**. Niterói: Editora UFF, 2014, p. 112-113.

<sup>34</sup> SILVA, Geovan Souza. **Identidades escorregadias: escravidão, racismo e abolicionismo a partir do jornal Cidade do Rio (1887-1888)**. Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Daniela Magalhães da Silveira. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso – Bacharelado em História, Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019.

governo, política, eleições, lazer, propaganda, entre outros.

Desde seu início, o periódico deu sinal de seus objetivos em defesa de direitos aos indivíduos escravizados. Seus dois primeiros números comentam esportes, trazem a reprodução de boas vindas de outros jornais, notícias sobre a Faculdade de Medicina, citação de figuras abolicionistas e outros fatos<sup>35</sup>. Com a continuidade da pesquisa, foi possível perceber o tom de enfrentamento que os colunistas estavam dispostos a bancar, logo nos primeiros números publicados, como se poderá ver a seguir.

Observa-se nos primeiros números a preocupação em criar identidade para o periódico. Patrocínio havia trabalhado em outros jornais como o *Gazeta de Notícias*, escrevendo a coluna “Semana Política”, que teve continuidade no *Cidade do Rio*. Ele usou sua experiência, compreendendo o que poderia encaminhar seus números a serem melhor vendidos e atender seus recortes políticos. O primeiro número ainda se dá num contexto de escravidão, trazendo uma perspectiva diferente da sua escrita a partir da década de 1890. O posicionamento político do jornal, em colunas fixas diárias desde 1887, demonstra que o jornal era um defensor do fim da escravidão e de uma liberdade completa, liberdade essa que será um dos principais eixos dessa pesquisa.

Pouco tempo depois do seu início, um acontecimento deixa ainda mais explícito o posicionamento do jornal diante do contexto da escravidão: A notícia se deu em torno de um ataque policial à tipografia *Vinte e Cinco de Março*, uma organização impressa que defendia o fim da escravidão na cidade de Campos, no Rio de Janeiro, ganhando grande destaque nas páginas da imprensa. O fato ocorreu entre os dias 25 de outubro de 1887, segunda-feira, e 26 do mesmo mês, numa terça-feira. O jornal atacado fora fundado por Luiz Carlos de Lacerda, na cidade de Campos, marcada pelo domínio de senhores escravocratas. Um fato relevante é que o nome do jornal em questão deve-se à abolição antecipada ocorrida na província do Ceará, justamente no dia 25 de março de 1884. Essa nomeação era bastante simbólica para a fundação de mais um jornal abolicionista àquela década.

Para discorrer sobre o ocorrido, será importante apontar para a edição de um jornal local do município de Campos na mesma data, o que permite analisar, de forma comparada, quais seriam as narrativas propostas pelo *Cidade do Rio*. Na folha *Monitor Campista* há a descrição do ocorrido:

Pouco antes das duas horas da madrugada dois policiais do destacamento foram vistos pela gente, empregados do vinte e cinco de março, parados ao pé da porta do sobrado em que se acha estabelecido aquele jornal, e pensando sem

---

<sup>35</sup> *Cidade do Rio*, 1 e 2 de outubro de 1887.

dúvida que eles queriam entregar na oficina disparou sobre eles da janela do sobrado tiros com carga de chumbo e de bala<sup>36</sup>.

O jornal continua a narrativa afirmando que foram os soldados que primeiro atiraram, sendo a resposta dos empregados do *Vinte e Cinco de Março* uma reação a violência dos policiais que estavam destruindo o letreiro do jornal, cobrindo-o de tinta preta, o que gerou a resposta dos empregados com tiros e bombas. Como consequência do ataque, foram presos alguns tipógrafos como Julio Armonde, Leopoldino Ferreira, Feliciano José da Silva e José Francisco de Mattos Sobrinho, acusados de tentativa de assassinato.<sup>37</sup>

Os colunistas do jornal repercutem que este ataque gerou uma “antipatia pela farda [...]”. O abolicionismo, queiram ou não queiram, está ligado ao acontecimento da madrugada de 25 de outubro<sup>38</sup>. Essa antipatia pela farda já apontava os reflexos futuros de uma república tomada de fardados, que buscariam sufocar as vertentes abolicionistas, mesmo após o 13 de maio de 1888. No caso do ataque à tipografia, estamos diante de uma movimentação anterior a Lei Áurea, o que demonstra a resistência da classe senhorial pelo fim da escravidão. Organizados, os escravistas estavam atentos e usando da máquina do Estado para silenciar discursos emancipacionistas na cidade de Campos.

Na mesma coluna, encerrando o texto, a folha busca dar um tom de conciliação para o fim da escravidão: “Quanto seria glorioso para o Brasil que a escravidão, no seu derradeiro momento, se extinguisse suave e naturalmente, sem abalo, sem violência, sem derramamento de sangue”<sup>39</sup>. Propondo, assim, uma narrativa que colocava o abolicionismo em destaque, dando lugar as comunicações pretendidas pelo *Cidade do Rio*, que usará desse acontecimento para começar a desenhar sua identidade, denunciando excessos e convocando seus leitores a pensar sobre o ocorrido à luz de suas percepções sobre o contexto político.

Em 26 de outubro de 1887, o jornal noticia a invasão da polícia ao referido jornal. O relato é de que os ataques se iniciaram durante a madrugada do dia 25 e que as autoridades adentraram o espaço, começando a arrancar o assoalho do prédio para descobrir esconderijos de escravos fugidos, além de cometer espancamentos e prisões em grande número<sup>40</sup>. Diversos presos políticos, como Carlos de Lacerda, se tornaram símbolos da resistência abolicionista naquele período. Tudo isso ajudou a conferir certa

<sup>36</sup> *Monitor Campista*, 26 de outubro de 1887.

<sup>37</sup> *Ibidem*.

<sup>38</sup> *Ibidem*.

<sup>39</sup> *Ibidem*.

<sup>40</sup> *Cidade do Rio*, 27 de outubro de 1887.

identidade combativa para o *Cidade do Rio*. O periódico de Patrocínio tomou posição diante da violência impingida ao jornal de Campos como aos mandos e desmandos da escravidão e seus senhores. Na coluna “Semana Política”, assinada por Patrocínio, o abolicionista afirma que o ministério, dirigido pelo Barão de Cotegipe, distribui a lei: “silêncio ou perseguição”.<sup>41</sup> Afirma ainda que o ministério autorizou a violação do direito de reunião, liberdade e manifestação do pensamento, que “A escravidão serve hoje para eleger senadores e deputados, dar acesso a juizes, empregar bem a parentela das influências políticas. [...] Fora dessa lógica ela perdeu toda sua força”<sup>42</sup>.

O jornal alicerça sua identidade dentro do que considera como relevante para o editorial. Tendo textos escritos com temáticas e posicionamentos diferentes, um trabalho que ajuda a entender essa mudança é o de Flávia Fernandes de Souza, intitulado “José do Patrocínio e a *Cidade do Rio*: Reflexões sobre a atuação de um intelectual abolicionista na imprensa carioca em fins dos oitocentos”<sup>43</sup>. Segundo Souza, a folha teve três fases, e essa divisão ajuda a perceber a mudança de posicionamentos e editorial do jornal. A primeira seria de 1887 à 1889, quando há o nascimento do jornal e construção da sua identidade e das defesas de associações da população liberta e livre como a Guarda Negra. Nesse momento, era preciso lidar com a fragilidade da monarquia, quando o posicionamento político de Patrocínio tornou-se uma questão, pois ele apoia a cena política republicana da capital em 1889, mesmo que com ressalvas. Seu posicionamento se torna dúbio, pois defende a monarquia, entretanto ainda assim preserva a atuação republicana<sup>44</sup>. O segundo período ocorreu de 1890 a 1894, momento de dificuldades para Patrocínio no *Cidade do Rio*. De acordo com a autora, o ano de 1890 foi marcado inicialmente pelo falecimento prematuro da filha do jornalista e o contexto fragilizado da República. O impresso também viveu bons momentos no período por conta da aproximação de Patrocínio com Dr. Francisco Portela, governador do Estado, que favoreceu diversos intelectuais por sua simpatia para com as letras.<sup>45</sup> O último recorte vai de 1895 a 1902, quando o periódico volta de um fechamento arbitrário no ano anterior. Patrocínio retoma a produção de textos políticos com a coluna “Semana Política” e a

---

<sup>41</sup> *Cidade do Rio*, 31 de outubro de 1887.

<sup>42</sup> *Ibidem*.

<sup>43</sup> DE SOUZA, Flávia Fernandes. José Do Patrocínio e a Cidade Do Rio: Reflexões Sobre a Atuação de um Intelectual Abolicionista na Imprensa Carioca em Fins do Oitocentos. Estudos de imprensa no Brasil: I Seminário de Pós-graduandos em História da UFF, Rio de Janeiro, v. 1, ed. 1, p. 1-412, 2012.

<sup>44</sup> *Ibidem*, p. 355.

<sup>45</sup> *Ibidem*, p. 358.

militância engajada do jornal<sup>46</sup>.

Essas configurações - longe de serem definitivas sobre o jornal, pois os recortes propostos pela autora constroem uma leitura organizada da folha - colaboram na compreensão de que o noticiário de Patrocínio tem uma identidade em recortes, que vai se adequando de acordo com o modo como o seu dono movimentava as peças do jogo. O jornalista reagia às demandas de seu tempo e buscava construir seu projeto de nação mesmo que com uma identidade em “recortes”<sup>47</sup>. A identidade fluída do político aflora as possibilidades de análise e abrem possibilidades de interpretação, que colaboram na leitura das políticas monarquistas e, posteriormente, republicanas. Quando a monarquia estava para chegar ao fim, por exemplo, o jornal começa a se deter em discussões sobre a República, e defender como deveria ser o projeto do novo formato Estadista. Com o fim da monarquia, percebe-se a necessidade de se adequar às perspectivas republicanas, incluindo a folha de Patrocínio: com seu fechamento em 1894, o diário também não volta da mesma maneira. Ou seja, em alguns momentos, o editorial parece não ter uma linha jornalística decisiva, pois precisa se adequar ao contexto de exceção do governo e a direção de Patrocínio. Tinha como linha de chegada suas crenças e bandeiras – a liberdade defendida, a cidadania plena da população liberta - mas no mesmo instante não tinha um caminho único, ao mesmo tempo em que apoiava a monarquia em 1889, tinha ressalvas com a República, ou vice-versa. Buscarei apontar essas (in)coerências durante o decorrer do trabalho.

Sendo a folha um palco para José do Patrocínio e seus pares, seu papel no pós-abolição toma corpo na presente pesquisa a partir da década de 1890 no Rio de Janeiro. Na contramão de análises que defendem a atuação de Patrocínio como anestesiada após a abolição. Quando estava na *Gazeta de Notícias*, ainda durante a escravidão, o abolicionista vive o que se considerou um período de grande relevância no contexto político da cidade. Nesse sentido, sua produção após o 13 de maio pode ser explorada também a a partir dessa relevância, tendo em vista que ele continua atuando como diretor da folha *Cidade do Rio* e um investidor em inovações tecnológicas, como será apontado à frente. Vários jornais começam a crescer na década de 90, porém precisam lidar com um estado de exceção da República, ao mesmo tempo que dão o tom do que se torna o

---

<sup>46</sup> DE SOUZA, 2012, Op. Cit., p. 363.

<sup>47</sup> “Recortes” aqui define-se como uma linha analítica sobre o periódico, que não é definitiva sobre a forma como será usada durante toda a dissertação, mas que pode ajudar o leitor no entendimento das fases que a folha vai passar.

enredo jornalístico na capital do Brasil no fim do século. Retomo o texto de Marialva Barbosa que afirma:

O jornalismo carioca, a partir de 1880 e com mais intensidade na década seguinte, passa por um momento de drástica transformação. Do ponto de vista da impressão, as inovações técnicas permitem a reprodução de fotos e ilustrações e maior rapidez no processo de produção. Transformados em indústria da informação, divide-se o trabalho no interior das oficinas: modernas impressoras capazes de imprimir até 20 mil exemplares por hora substituem as antigas manuais; máquinas a vapor, caldeiras de força de 25 cavalos começam a invadir os jornais da cidade<sup>48</sup>.

A citação acima dá mostras do tom do periódico e sua capacidade de produção que está inserida durante o período, contexto em que a indústria do jornalismo está se expandindo e alcançando mais pessoas<sup>49</sup>. Além disso, o jornal *Cidade do Rio* tinha a frente o nome do seu dono, José do Patrocínio, jornalista conhecido pela grande massa brasileira da época por seus livros, literatura e atuação no campo político. Bem como sua rede de sociabilidade, com nomes como Coelho Netto, Luiz Gama e outros, que também faria dele um dos nomes mais conhecidos da época. O que poderia colaborar para o sucesso e alcance do jornal ou para a sua degolada diante do eminente “desprestígio público”, como aponta Ana Flávia Magalhães sobre o que o jornalista irá enfrentar após a abolição<sup>50</sup>. Entretanto, o desprestígio não anestesiou sua atuação. Por conta de sua identidade inconstante, uma vez estabelecida a República e o fim da monarquia, Patrocínio começa a não ter tanta participação na folha, devido a sua dedicação por exemplo ao projeto do balão Santa Cruz<sup>51</sup> e passa a atuar em um cenário menos centralizado que os anos posteriores ao 13 de maio.

Tempo de mudanças e conflitos políticos dentro e fora das folhas cariocas do Rio de Janeiro, Barbosa afirma que, a partir de 1890 buscava-se incluir notícias policiais, crônicas e críticas literárias que vão ocupar lugar na primeira página, tornando-se uma técnica de trabalho que inclui novas máquinas de compor, imprimir, escrever e fotografar<sup>52</sup>. Tal situação ocorre na tentativa de ampliar a tiragem e obter maiores rendimentos. Em seus estudos, Barbosa usa um método proposto por Robert Darnton para

<sup>48</sup> BARBOSA, 2000, Op. Cit., p. 14.

<sup>49</sup> PEREIRA, Leonardo A. M. “Negociações impressas: a imprensa e o lazer dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Primeira República.” In.: *História* (São Paulo), v. 35, e. 99, 2016.

<sup>50</sup> PINTO, Ana Flávia Magalhães. **De pele escura e tinta preta: a imprensa negra do século XIX (1833-1899)**. 2006. 197 f. Dissertação (Mestrado em História) - Departamento de História - Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

<sup>51</sup> Projeto que Patrocínio desenvolveu durante seu exílio entre 1893-1896 buscando criar um balão, inspirado em outros movimentos da mesma época como o de Santos Dumont.

<sup>52</sup> BARBOSA, 2000, Op. Cit., p. 14.

entender a imprensa fluminense, que aponta para uma história social e cultural da comunicação impressa:

[...] ou seja, que estratégias, apelos e valores invocam no seu discurso -, como funcionam essas empresas e de que forma esses textos chegam ao público. Percorrido esse caminho é preciso ver ainda como os leitores entendem os sinais na página impressa, quais são os efeitos sociais dessa experiência<sup>53</sup>.

Este apontamento da autora ajuda a perceber que, no período da década 1890, os leitores mudam a forma de fazer imprensa, o que aumenta exponencialmente as vendas de folhas com fotografia, imagens, caricaturas, etc. Isso tudo aponta para as estratégias que os periódicos e, em específico, o *Cidade do Rio* vão usar para se promover dentro do novo contexto e arrebatar mais leitores. Essas estratégias, apelos e valores são importantes, pois apontam para os objetivos e demandas que o jornal busca produzir para si.

Ainda, Marialva Barbosa afirma que a criação dos correios e do sistema telegráfico possibilitou mudanças na logística da capital e do Brasil como um todo. A circulação do impresso também se altera e, com isso, um novo formato de jornalismo também aparece, inaugurando uma nova forma de fazer jornal: notícias de última hora, preço acessível, ilustrações, menos textos e mais recursos que prendem a atenção do leitor.<sup>54</sup>

Neste período, o jornal muda seu formato, mas sua identidade permanece com o espírito abolicionista, porém com pautas amplificadas, pois o 13 de maio era seu grande objetivo. Nos anos seguintes, o periódico traz críticas à República de Deodoro da Fonseca e permanece denunciando os desmandos do governo republicano militar da Primeira República, marcado por uma fase de transição em que houve uma grande crise política e econômica. Sob a linha da república autoritária ou democrática, há uma Assembleia Constituinte em 1891, que traria grandes mudanças e fortaleceria as oligarquias do país. Essas e outras ações colocavam em xeque a liberdade conquistada pela população negra, pois havia uma manutenção dos privilégios dos mais ricos e um cerceamento das liberdades.

Um fato ocorrido no dia 27 de agosto de 1890 ajuda a entender o contexto: em uma coluna chamada “Cenas da Escravidão”, o jornal afirma que um ex-escravizado

---

<sup>53</sup> BARBOSA, 2000, Op. Cit., p. 15.

<sup>54</sup> Ibidem, p. 16.

chamado Sebastião, vinculado através da escravização à Domiciana Maria de Almeida Vallim, foi solto. O jornal conta sua história no início da coluna. Nascido em Olinda e enviado para o Rio de Janeiro com 14 anos, se tornou praça no 1º batalhão de infantaria, serviu durante 14 anos e deixou o ofício para trabalhar na escuna “Santa Bárbara”, que fazia viagens para a costa da África para a comercialização de escravos. O autor da notícia continua: “No fim de algumas viagens, aborreceu-se Sebastião dos horrores que assistia e resolveu tomar outra ocupação, e para isso desembarcou no Rio de Janeiro, onde, encontrando-se com Manoel de Aguiar Vallim, fazendeiro no Bananal de S. Paulo...” foi chamado para a fazenda na função de ferreiro. Ali, Sebastião construiu família, sobrevivendo na localidade. Entretanto, em 1887, faleceu Vallim, seu amigo que o havia contratado, e passou a ser maltratado pelos feitores. Depois deste fato, quis se retirar da fazenda junto com a família que formou, mas só então “soube que a viúva Vallim, o tinha matriculado como escravo, e aí começa seu martírio”<sup>55</sup>.

Sebastião foi obrigado a sujeitar-se ao cativo, revoltou-se e era barbaramente castigado. Segundo a narrativa do jornal, isto durou até a manhã de 26 fevereiro de 1888, ano do 13 de maio, quando resolveu morrer ou matar. Quando quiseram obrigá-lo a trabalhar, ele se negou e logo veio o castigo, porém, “ao começar [...] o castigo, tomando de uma faca, atira-se contra o feitor e prosta-o com certo golpe.”<sup>56</sup> Logo em seguida foi entregar-se à justiça, que foi surda a tudo quanto narrou em sua defesa, e o colocou na prisão. Anos depois, em 27 de agosto de 1889, Sebastião teve sua liberdade decretada. O jornal afirma que: “Bem haja o generalíssimo Deodoro, em procurar livrar tantos outros que gemem nos cárceres, cumprindo sentenças por crimes que não cometeram”. A dimensão de que Sebastião agiu em legítima defesa é defendida pelo jornal e, ao que se pode interpretar da coluna, a justiça entende da mesma forma, sobretudo o argumento de que ele não havia cometido crime algum.

Na descrição desta notícia, é possível perceber alguns movimentos da folha. O jornal, que nasce como uma ponte entre o passado escravista e um presente em busca da liberdade completa, oferece um exemplo da precariedade da liberdade a que estavam submetidos os libertos. A abolição da escravidão, ao menos em tese, permitiria o alcance de direitos do cidadão aos libertos e, ali, a notícia coloca em xeque os direitos duramente alcançados no pós-abolição. O direito de posse do senhor sobre um escravizado poderia

---

<sup>55</sup> *Cidade do Rio*, 27 de agosto de 1890.

<sup>56</sup> *Ibidem*.

ser questionado e revisado, agora que há liberdade para estes que antes eram escravizados. Em “Cenas da Escravidão” estão presentes o flagrante de ausência dos direitos conquistados no pós-abolição, algumas delas inclusive, como no caso de Sebastião, só foram questionadas por conta da liberdade conquistada no 13 de maio. Wlamyra Albuquerque afirma que “num país secularmente escravista, a extinção do binômio escravo/senhor trouxe instabilidade para relações fundadas em antigas regras, ameaçou velhas políticas de sujeição e inclusão social”<sup>57</sup>. Sebastião era fruto desse contexto conturbado, que coloca a velha política fora de um lugar de segurança, quando começa a ser questionada e julgada. O 13 de maio vai além da libertação legalizada e ameaça das estruturas de um status quo que busca manter a escravidão em um contexto de liberdade.

Outra dimensão relevante é a apresentação da experiência de vida de Sebastião, apontando que havia passado por diversas localidades do país vendendo seu serviço. Entre estas experiências havia, inclusive, o comércio de escravizados vindos da costa da África. Sebastião é um de muitos que podem ter experimentado de narrativas muito parecidas. Por mais que ele tenha trabalhado sua vida toda como liberto, vendendo sua força de trabalho, em vários momentos, sua condição de afrodescendente o colocou como escravizado. Sua condição de liberto durante a escravidão era questionada por conta de sua cor, ainda que legalmente ele fosse um trabalhador livre. Enquanto homem negro, tal condição de liberdade era diariamente questionada. E, no caso dele, essa condição teria sido alterada sem a sua autorização, sendo essa uma das facetas do racismo oitocentista.

O trabalho intitulado “Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX)”, de Sidney Chalhoub, oferece um panorama das dificuldades da vida em liberdade numa sociedade escravista. Nele, o autor busca abordar os aspectos do que se poderia denominar “precariedade estrutural da liberdade no Brasil do século XIX”<sup>58</sup>. Nesse sentido, a análise provoca reflexão sobre a complexidade das “Cenas da Escravidão. Uma das afirmações do autor, ao tratar sobre a perspectiva da liberdade é que grande parte da população negra já estava usufruindo de liberdade antes mesmo do 13 de maio. Entretanto, existiam movimentos que buscavam a reescravização dos indivíduos que haviam conquistado sua emancipação por meio da compra da alforria, como previsto

---

<sup>57</sup> ALBUQUERQUE, Wlamyra R. “Não há mais escravos, os tempos são outros”: abolição e hierarquias sociais no Brasil”. In.: **O jogo da dissimulação – abolição e cidadania negra no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

<sup>58</sup> CHALHOUB, Sidney. “Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX)”. In: **História Social**. Campinas, SP: IFCH/UNICAMP, nº 19, pp. 19-32, 2010, p. 36.

pela Lei do Ventre Livre, e outras formas de se conseguir a emancipação antes da abolição. De acordo com Chalhoub, as “práticas de escravização ilegal produziam insegurança, tornavam precária a liberdade.”<sup>59</sup>

Os sinais de africanidade – a cor, a cultura africana e outros detalhes – de acordo com Chalhoub multiplicavam situações sociais em que esses sinais, quaisquer que fossem, tendiam a ser vistos como indício de cativo.<sup>60</sup> Ou seja, havia uma fragilidade contida na liberdade antes da abolição, que vai perdurar durante todo o século XIX, mesmo após o 13 de maio. Essa é uma das preocupações a serem tratadas no segundo capítulo desta dissertação, pois é uma percepção contida no racismo direcionado a José do Patrocínio. Antes, ainda, é necessário afirmar a necessidade de pensar a liberdade contida em Sebastião, conquistada durante o período da escravidão, que vai desaguar no pós-abolição.

Sebastião e sua mentalidade livre, construída desde seu nascimento em Olinda, reafirma a negação da condição de escravizado. Podiam fisicamente prendê-lo e tomar sua liberdade, entretanto sua mente se comportava e sabia que era livre, e tinha conhecimento sobre como reagiria à situação imposta. É importante considerar que sua estadia na prisão provavelmente não foi passiva, pois dois anos depois a justiça o considera inocente. Isto devido a uma série de possíveis cenários em que ele pode ter se organizado dentro da prisão para ter seu caso revisitado pela justiça, chamando a atenção dos órgãos responsáveis ou de pessoas que o pudessem defender. Até mesmo apelando para jornais como o *Cidade do Rio*, que lutavam na época pelo julgamento de casos parados na justiça – tratarei desta temática páginas à frente.

A história de Sebastião colabora na compreensão do contexto da década de 1890, em que a liberdade ainda é muito recente e precisa ser cultivada, discutida, e muitas vezes tomada a força. O periódico de Patrocínio tem um papel relevante, nesse sentido, pois se torna um espaço político de atuação e defesa da emancipação conquistada. Antes, porém é necessário identificar que a liberdade pautada por meio da história de Sebastião aponta para a “precariedade da liberdade” do século, temática tratada por Sidney Chalhoub em *A força da Escravidão*<sup>61</sup>. O autor traz dados estatísticos, nacionais e do Rio de Janeiro,

---

<sup>59</sup> CHALHOUB, 2010, Op. Cit., p. 49.

<sup>60</sup> Ibidem, p. 55.

<sup>61</sup> CHALHOUB, Sidney. **A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

que indicam que a liberdade estava ameaçada desde a primeira metade do século XIX. Chalhoub afirma que: “Os episódios de pessoas livres que se diziam escravas quando detidas pela polícia suscitou a questão da precariedade da liberdade e suas transformações ao longo do século XIX”<sup>62</sup>. Essa precariedade se inicia, na lei de 7 de novembro de 1831, com a proibição do tráfico africano de escravos, de modo que, como avalia Chalhoub, “a liberdade era experiência arriscada para os negros no Brasil do século XIX, pois tinham a sua vida pautada pela escravidão, pela necessidade de lidar amiúde com o perigo de cair nela, ou voltar para ela.”. Assim, o autor apresenta argumentos que ajudam a ler ainda melhor o episódio com Sebastião, o personagem que tem sua liberdade precarizada antes mesmo do fim da escravidão, e mesmo posterior ao 13 de maio, quando ainda precisou continuar fazendo valer sua emancipação. Sebastião vivia em um limbo entre a escravidão e a liberdade.

As leis que buscavam o fim do tráfico e a Lei do Ventre Livre já apontavam para uma população que buscava sua liberdade mesmo em meio à condição de cativo, como é o caso de Sebastião. O 13 de maio se torna uma forma de estrear um novo ciclo em busca de liberdade plena, que não está relacionada à escravidão legal, mas às entranhas e os ideais construídos a partir dela, buscando restaurar a liberdade precária do Brasil oitocentista. Neste sentido, usar desta história como parte de “Cenas da Escravidão” coloca a narrativa de Sebastião como um “flashback” da vida antes do 13 de maio e em como essas cenas continuariam presentes mesmo com a liberdade legalizada. Ao citar que outros estejam na mesma condição que Sebastião, o jornal colabora na reflexão de que a liberdade, em 1890, ainda é um caminho difícil de ser trilhado e continua precário. Caminho este que o periódico buscará traçar e costurar durante suas publicações no pós-abolição.

O jornal de Patrocínio foi importante para formar opinião e debater questões latentes a vida dos libertos e da nascente República do Brasil. O fato de ser uma folha relevante para estudar a história do país, também carrega a importância de ter um homem negro como dono da empresa. Embora não faça parte da imprensa negra, ainda assim carrega em sua origem e identidade traços da luta negra por liberdade e cidadania por meio da figura de Patrocínio<sup>63</sup>.

---

<sup>62</sup> CHALHOUB, 2012, Op. Cit., p. 29.

Flávio Gomes, ao tratar sobre o pós-abolição e a atuação do *Cidade do Rio*, afirma que “o tom da disputa jornalística adquiriu uma dimensão racial, principalmente com José do Patrocínio no *Cidade do Rio* e com Rui Barbosa no *Diário de Notícias*”<sup>64</sup>. Essa afirmação colabora na percepção de que a pauta racial não será exclusividade de jornais ligados à imprensa negra. Temáticas como a história de Sebastião apontam para o desenvolver da liberdade como uma pauta importante para o editorial do jornal, antes da abolição e depois dela. Dentre muitas, essa parece ser uma questão sensível a José do Patrocínio, que irá trazer a tona tal perspectiva em alguns momentos.

## 1.2 – Quem foi Patrocínio?

A figura de Patrocínio tornou-se emblemática quando se leva em consideração sua vida e a atuação no jornal *Cidade do Rio*. É importante dizer que um dos objetivos desta dissertação é compreender a atuação de Patrocínio dentro do jornal e como seu periódico se aproxima das discussões de cidadania negra. Para tanto, é necessário retomar as origens de Patrocínio e entender sua trajetória política como parte da sua construção como uma liderança abolicionista da época.

Filho de mãe escravizada e pai padre, Patrocínio foi um jovem negro, pobre que conviveu com a lógica escravista. Um trabalho que ajuda na compreensão desta lógica é o de Ana Carolina Feracin “*De “Papa-pecúlios” a Tigre da Abolição: a trajetória de José do Patrocínio nas últimas décadas do século XIX*”<sup>65</sup>. Segundo a autora, por meio dos jornais, foi possível encontrar várias manifestações de oposição a postura e xingamentos como “Preto-cínico”, “Judas”, “negro vendilhão”, “grande mestre” e “herói libertador”<sup>66</sup>, tornando esse personagem oitocentista bastante peculiar e ambíguo.

A coerência é algo que não fazia parte do vocabulário de qualidades de Patrocínio. Suas opiniões são, por vários momentos, ambíguas e mudam no decorrer da sua escrita. Com o passar dos anos, as opiniões e posições do jornalista acompanharam o processo de transformação política. Ainda de acordo com Feracin, citando a perspectiva metodológica

---

<sup>64</sup> GOMES, Flávio. **Negros e política (1888-1937)**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1995, p. 22.

<sup>65</sup> SILVA, Ana Carolina Feracin. **De “Papa pecúlios” a Tigre da Abolição: A trajetória de José do Patrocínio nas últimas décadas do século XIX**. 2006. 1-231 p. Tese de Doutorado (Doutorado em História)- História, UNICAMP, Campinas, 2006. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280643>>. Acesso em: 27 mar. 2023.

<sup>66</sup> DA SILVA, 2017, Op. Cit., p. 21.

de biógrafos e memorialistas, ela afirma:

Segundo a interpretação de biógrafos e memorialistas, a vida de José do Patrocínio foi uma trajetória progressiva de sucessos, marcada pela genialidade. Partindo de uma concepção linear e pouco atenta a sutilezas, não acreditavam em grandes possibilidades de ascensão social e colação profissional para um jovem negro pobre, filho ilegítimo de um padre com uma de suas escravas.<sup>67</sup>

A autora discorda desta afirmação de cunho teleológico, dizendo que este argumento não se sustentou ao longo da pesquisa. Na verdade, Patrocínio teve um atuação política não-linear, com altos e baixos. Os ataques a sua pessoa e ao seu jornal estarão presentes durante toda sua trajetória política. Entretanto, entre seus pares, sua importante atuação não foi perdida, tendo se fortalecido diante do contexto da abolição. Seu perfil complexo torna as afirmações sobre ele ainda mais sensíveis, em cada vez que se descobre mais de suas experiências.

Outro trabalho que colabora no entendimento sobre o jornalista intelectual é a tese de Ana Flávia Magalhães Pinto em “Fortes Laços em linhas rotas: literatos negros, racismo e cidadania na segunda metade do século XIX”. A autora analisa a rede de literatos negros, que incluía Machado de Assis, Ferreira de Menezes, Luiz Gama e outros, que serão de extrema importância na construção da História do Brasil. Se no texto de Feracim percebe-se uma preocupação objetiva com a conduta pessoal de Patrocínio, no trabalho de Magalhães Pinto, sua atuação política assume um papel dentro de uma rede de abolicionistas que estão em diálogo na maior parte do tempo. A autora traz um dado relevante na compreensão da atuação de Patrocínio: até 1880 Patrocínio atuava e dialogava com Ferreira de Menezes e Luiz Gama, sendo eles os três nomes mais influentes do abolicionismo na época. De acordo com Magalhães Pinto:

[...] dos três abolicionistas mais influentes no início da década de 1880, restava apenas José do Patrocínio, que, juntamente com outros homens negros, levaria a missão [fim da escravidão, direitos e cidadania da população negra] adiante a partir do Rio de Janeiro<sup>68</sup>.

Assim, o trabalho ajuda a compreender o papel que Patrocínio vai ter para a história do Brasil. Sua missão era continuar escrevendo e dando corpo às discussões sobre

<sup>67</sup> DA SILVA, 2017, Op. Cit., p. 21.

<sup>68</sup> PINTO, Ana Flávia Magalhães. **Fortes laços em linhas rotas: literatos negros, racismo e cidadania na segunda metade do século XIX**. 2014. 326 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/281270>>. Acesso em: 12 abr. 2023.

cidadania num Brasil escravista. Sem Menezes e Gama, diante da morte dos dois abolicionistas, ele seguiria sozinho e daria continuidade às perspectivas levantadas na década de 1880 como a continuidade do discurso abolicionista, mesmo com o fim da escravidão. Tendo como marca a persistência do impresso *Cidade do Rio* como um importante jornal para a capital federal.

A atuação de Proudhon – pseudônimo de José do Patrocínio - será pensada e criada junto de sociedades e grupos que se organizam ao seu redor. E uma das formas de trazer coerência para o discurso de liberdade pretendido se dará por meio da imprensa. Patrocínio usa a experiência de jornalista na *Gazeta de Notícias*, e posteriormente na *Cidade do Rio*, apurando para que seus discursos fossem cada vez mais específicos. Sua escrita impactava e tal perspectiva fica compreensível a partir da interpretação de fontes como a imprensa, mas também a partir da literatura.

Ainda nesse contexto, Coelho Netto, escritor brasileiro, publica o romance chamado *A Conquista*, em 1889, versando sobre o Rio de Janeiro e a abolição<sup>69</sup>. Na obra, o autor reúne personagens que representam vários literatos da época, tais como Aluísio Azevedo, Luís Murat, Olavo Bilac, Artur Azevedo, Pardal Mallet, José do Patrocínio e outros. Este último foi o único nome que se manteve original durante o livro, de modo que os outros todos recebem nomes fictícios. No romance de Coelho Netto é possível encontrar elementos que demonstram as habilidades e os métodos que colocam as palavras corretas na hora de escrever sobre uma temática que lhes é relevante.

Não é o objetivo principal descrever a narrativa do livro, ou perseguir a história descrita, mas identificar os momentos em que Patrocínio vai aparecer como parte do livro e trazer algumas falas que ajudam a compreender mais sobre quem ele é e suas perspectivas políticas para os periódicos em que trabalhava. No caso do *Cidade do Rio*, com maior relevância na compreensão das intenções do editorial coordenado por ele. Em um dos trechos do livro, Patrocínio se dirige a um dos personagens, buscando falar sobre como fazer um jornal de sucesso no Rio de Janeiro. A narrativa é feita por Coelho Netto, alguém que fazia parte do círculo social de Proudhon, que sabia em detalhes quem ele era e poderia narrar em detalhes as ferramentas de trabalho do jornalista. O literato narra Patrocínio “ensinando” como descrever uma notícia para fazer sucesso entre os leitores,

---

<sup>69</sup> NETTO, Coelho. **A Conquista**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1985.

lê-se:

mas queres encher o jornal com artigos de fundo? — Não, mas quero a notícia feita com talento. É preciso que a local emocione. O público tem necessidade de choques violentos. O melhor jornal é o que mais comove, isto é: o que explora, com mais habilidade, o emocional.<sup>70</sup>

Nesta afirmação, pode-se perceber a relevância que Coelho Netto confere ao conhecimento que Patrocínio tem do periodismo no Brasil oitocentista, como se verá a seguir. Isso porque, a estratégia descrita é possível de ser encontrada em diversos jornais, de modo que a equipe do próprio *Cidade do Rio* usará desse recurso para escrever suas notícias, explorando o aspecto emocional do leitor. Coelho Netto descreve um exemplo prático, atribuindo novamente a fala a José do Patrocínio:

Queres ver? Lê o mesmo fato em dois jornais. Aqui a coisa resumida e seca: "Estando ontem a trabalhar no andaime do prédio em construção à rua tal, número tantos, perdendo o equilíbrio veio abaixo o pedreiro fulano, morrendo instantaneamente. O cadáver foi recolhido ao necrotério." Está aí tudo — o desastre, as consequências do desastre, o destino que teve a vítima. Pensas que isso basta ao leitor? Estás enganado. A notícia, para agradar, deve ser escrita nestes termos. E, inclinando-se sobre a mesa, Patrocínio, passando o dedo pelo mármore, como se escrevesse, exclamou: GRANDE DESASTRE! em letras garrafais... Agora o caso, com todos os temperos: "Quando, ao romper da manhã de ontem, fulano de tal, homem laborioso e honesto, que só via Deus no céu e a família na terra, saiu de casa contente pensando nos filhinhos que haviam ficado adormecidos, mal podia suspeitar, o infeliz, que nunca mais tornaria àquele lar e aos carinhos dos seus, porque a morte insidiosa já o esperava no próprio posto do trabalho. A fatalidade..." — por aí além, em tom patético. A descrição da queda com uma onomatopéia para o bater do corpo na calçada, o esfacelamento do crânio, os miolos salpicando os paus do andaime, os olhos esbugalhados. Depois o necrotério, a chegada da viúva com os filhinhos, o enterro, o luto e a miséria no lar. Finalmente, em remate, um comentário sobre a fatalidade. Não imaginas como uma coisa dessas impressiona<sup>71</sup>.

Observa-se que, de acordo com Coelho Netto, Patrocínio dominava as ferramentas para fazer um jornal de sucesso. Ele sabia como angariar mais leitores e produzir uma folha que instigasse quem lesse, usando as palavras no lugar correto, a riqueza de detalhes, as grandes letras na primeira página, as onomatopéias certas. É possível perceber isso em outros momentos no próprio *Cidade do Rio*. Durante sua candidatura à eleição como deputado federal, ao findar toda a contagem de votos que recebeu, não tendo votos suficientes para assumir o cargo, ele escreve uma coluna que traz elementos contidos na afirmação atribuída a ele no romance de Coelho Netto:

[...] vencido numericamente, não me sinto coagido a curvar a cabeça, aceitando

<sup>70</sup> Ibidem, p 103.

<sup>71</sup> Ibidem.

como bons e julgados os atos políticos, que tenho profligado; [...] dentro de pouco tempo o Rio de Janeiro há de ser um dos modelos de vida representativa.[...] pela apuração, até hoje conhecida, vê-se que muito raras foram as seções, em que não obtive alguns votos, o que prova a generalidade do consenso desta população as minhas ideias e sobre tudo a disciplina espontânea dos espíritos a orientação democrática, que, entendo necessária à pátria para garantia da sua liberdade, paz e progresso<sup>72</sup>.

É possível perceber como ele poderia ter dado a notícia de forma direta, mas, como jornalista experiente, aciona as palavras de uma forma que se torna sua marca registrada. Parte de sua habilidade como diretor da folha, chama atenção para o fato de a coluna estar na primeira página do jornal com o título “Ao Eleitorado Fluminense” e ao fim trazer sua assinatura. O abolicionista sequer usa seu pseudônimo, se posiciona ou coloca seu nome. Ele continua na coluna:

Estou fora do congresso, mas não estou fora da opinião nacional e na imprensa, e na tribuna popular hei de continuar a manter-me com a dignidade e o patriotismo que me levaram já até à honra dos sufrágios dos distintos cidadãos que acabam de dar-me os seus votos.<sup>73</sup>

Neste sentido, um outro romance que ajuda a compreender a dinâmica da redação de um impresso do século XIX é “Recordações do Escrivão Isaías Caminha”<sup>74</sup> que descreve a rotina de um escrivão de um jornal do fim do século XIX e começo do XX. O romance, escrito por Lima Barreto, é publicado em 1909 e tem recursos autobiográficos, uma vez que o autor produz uma escrita que conta muito sobre suas próprias vivências. Neste sentido, ao tratar sobre a imprensa, Lima Barreto estava falando sobre o *Correio do Manhã*, onde ele trabalhava como repórter, que na narrativa é chamado de *O Globo*, jornal em que o personagem Isaías Caminha trabalhava.

Na fonte, é possível acompanhar que a redação que o personagem trabalhava era uma sala pequena, em que se sentavam redatores e repórteres, pairando no ar um forte cheiro de tabaco em um espaço diminuto. O jornal, descrito como de grande circulação, era um periódico de prestígio no Rio de Janeiro.<sup>75</sup> No romance, o proprietário do jornal era Ricardo Loberant, que não tinha fama, mas, ainda assim:

[...] o jornal atraía, tinha um desempenho de linguagem, um grande atrevimento, uma crítica corajosa às coisas governamentais, que, não se sabendo justa, era acerba e parecia severa. Este gostou, aquele apreciou, e dentro de oito dias ele tinha criado na multidão focos de contágio para o prestígio de sua folha. Vieram as informações a seu respeito. Algumas pessoas do foro informaram que o doutor Ricardo Loberant era um advogado violento, atrevido, que tinha por hábito discutir pelos “apedidos” do Jornal do

<sup>72</sup> *Cidade do Rio*, 18 de setembro de 1890.

<sup>73</sup> *Ibidem*.

<sup>74</sup> BARRETO, Lima. **Recordações do Escrivão Isaías Caminha**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2010.

<sup>75</sup> *Ibidem*, p. 53.

Commercio, com mais azedume que lógica, as causas intrincadas que lhe eram confiadas. E o jornal pegou. Trazia novidade: além de desabrimento de linguagem e um franco ataque aos dominantes, uma afetação de absoluta austeridade e independência, uma colaboração dos nomes amados do público, lembrando por este aspecto os jornais antigos que a nossa geração não conhecera.<sup>76</sup>

O autor começa então a descrever a figura de Loberant, uma descrição que pode colaborar na compreensão de Patrocínio também como dono de um jornal de considerável circulação. Sobre o personagem, ele afirma:

As conversas da redação tinham-me dado a convicção de que o doutor Loberant era o homem mais poderoso do Brasil; fazia e desfazia ministros, demitia diretores, julgava juizes e o presidente, logo ao amanhecer, lia o seu jornal, para saber se tal ou qual ato seu tinha tido o *placet* desejado do doutor Ricardo.<sup>77</sup>

Ao que é possível perceber, a direção de um jornal no século XIX era um cargo de grande relevância e respeito dentro do nicho das tipografias. A visão de um diretor endeusado e colocado em um pedestal também se repete nos diversos escritos do jornal de Patrocínio. Dentro da redação havia um jogo de poderes e interesses que colocavam o diretor do *Cidade do Rio* como uma figura endeusada diante de seus pares, algo que Barreto já observava em suas vivências como escrivão em outros jornais.

Nesse sentido, o escritor afirma no romance que todos os diários do Rio de Janeiro se parecem. De acordo com ele, no jornal *O Globo* se decaíssem um pouco as vendas, logo se procurava um escândalo, uma denúncia, um barulho que fosse farejado para o público. Havia, inclusive, quem inventasse coisas terríveis como cárceres privados para gerar mais vendas para a folha, segundo Barreto.<sup>78</sup> Estratégia esta que pode ter sido forjada na imprensa de Patrocínio na exploração, por exemplo, da notícia do jornal Vinte e Cinco de Março em 1887, tratado anteriormente. Isaías Caminha, o personagem de Lima Barreto, via o espaço da redação como um lugar do desprezo por desprezo de um para com o outro, em que o diretor é um “deus inacessível”, caprichoso, cujo menor gesto faz todo o jornal tremer. Porém, para os que vêm de fora para dentro ali seria uma “tenda de trabalho onde moram irmãos”<sup>79</sup>. Dito isto, as descrições de Barreto produzem reflexões importantes que colocam em cheque a credibilidade indubitável que Patrocínio busca dar para o seu impresso. Uma vez que a ideia que se têm é que o *Cidade do Rio* atuava como esse lugar de compreensão e produção de ideias, democrático e aberto. Porém, Barreto oferece o benefício da dúvida, entendendo o espaço tipográfico com um de tensões e

---

<sup>76</sup> Ibidem, p. 54.

<sup>77</sup> Ibidem, p. 65.

<sup>78</sup> Ibidem, p. 73-74

<sup>79</sup> Ibidem, p. 79

disputas, mesmo que se dissesse o contrário.

O periódico de Patrocínio deixa sinais de seus bastidores quando, por exemplo, em 14 de junho 1893 sua equipe noticia que houve uma solicitação do Congresso Nacional que buscava garantir direitos a operários das oficinas públicas da Capital Federal, procurando garantir o pagamento de vencimentos em dias de folga como feriados nacionais<sup>80</sup>. A coluna não se desenvolve na temática, mas pode dar uma pista de que existem trabalhadores do jornal de Patrocínio celebrando esse direito conquistado e, quem sabe, até mesmo lutando pela solidificação do direito no Congresso Nacional.

Portanto, a fonte tratada como um espaço de negociações, de conquistas de público, de leitores, estando inserida em um contexto plural, como no caso da narrativa de Barreto. Patrocínio, usando da sua melhor arma dizia que por meio da imprensa, manteria sua voz sendo ouvido e ecoada. O abolicionista não precisava atuar como político eleito na tribuna para tanto, trazendo nas entrelinhas sua perspectiva política. Patrocínio parecia dominar e ter certeza sobre o sucesso de qualquer jornal que propusesse dirigir, devido à carreira louvável no segmento e por ser parte de um século que produziu donos de jornais que sabiam como vender mais números, rendendo histórias nas colunas para seus empreendimentos. Porém, é provável que ele tenha descoberto aos poucos as pedras no caminho. Uma delas chamada República de Deodoro. O presidente fechou inúmeros jornais, aprisionando algo de extrema importância para a imprensa de Patrocínio: a liberdade.

### **1.3 – Discurso do jornal sobre si mesmo e a construção da memória abolicionista**

O periódico esteve em constante construção e a noção que se tem é que os colonistas sabiam que a folha não duraria muito tempo ou queriam sempre usar do espaço do jornal para reforçar sua identidade. Nele, eram sublinhadas diversas datas comemorativas - como o aniversário do jornal em 28 de setembro; o 13 de maio, lembrando a abolição; e o 15 de novembro, que celebrava a proclamação da República. Essa perspectiva aponta para uma discussão no pós-abolição: a memória está constantemente em construção e disputa. Desde o seu surgimento, o jornal busca “auto-relevância”.

Antes, ainda, é fundamental introduzir uma perspectiva teórica para compreender o ponto de vista historiográfico de memória que se busca produzir. Um autor que colabora

---

<sup>80</sup> *Cidade do Rio*. 14 de junho de 1893..

nessa conceituação e sua função na sociedade é Michael Pollak, em “Memória, Esquecimento, Silêncio”, ao trabalhar com condições de vida em campos de concentração na Europa, a partir da história oral. Para ele, a função e definição de memória é:

[...] operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvar, se integrar, [...] em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes [...] A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as posições irredutíveis<sup>81</sup>.

Polack conceitua a memória a partir de uma perspectiva austríaca, mas ajuda a entender, metodologicamente, o papel dessa memória na discussão proposta neste trabalho. José do Patrocínio é um ator individual no teatro do pós-abolição, mas sua atuação não é solitária. Polack analisa o processo de negociação, necessário para conciliar memórias coletivas e individuais<sup>82</sup>. Processo esse que pode se dar através de diferentes meios, sendo um deles a imprensa, que é uma ferramenta coletiva que será empregada por Patrocínio para trazer coesão e palco às suas atuações no pós-abolição.

Citando perspectivas como o nazismo e o stalinismo, Polack afirma que os dois exemplos têm em comum o fato de testemunharem a vivacidade das lembranças individuais e de grupos durante dezenas de anos, e até mesmo séculos. Lembranças essas que são transmitidas no quadro familiar, em associações, em redes de sociabilidade afetiva e/ou política<sup>83</sup>. Lembranças que, por vezes, são proibidas, indizíveis, ou vergonhosas e são zelosamente guardadas, até mesmo num contexto de privação das liberdades, como em um ditadura. Logo, existem nas lembranças de uns e outros, de acordo com o autor, zonas de sombra, silêncios, “não-ditos”. “As fronteiras desses silêncios e “não-ditos” com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento”<sup>84</sup>, esses deslocamentos tratados pelo autor podem se distinguir nas estruturas, de acordo com ele. Pois a memória “coletiva subterrânea” não está resumida a imagem que uma sociedade majoritária, ou o Estado, deseja passar e impor. O autor vai chamar essas memórias de “memórias clandestinas” e “inaudíveis”, até o momento em que elas passam a aproveitar uma ocasião para invadir o espaço público do “não-dito” à contestação e à reivindicação.<sup>85</sup>

A partir desta argumentação é possível analisar o papel que o *Cidade do Rio* vai

<sup>81</sup> POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio.” In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: vol. 2, nº 3, 1989.

<sup>82</sup> Ibidem, p. 3.

<sup>83</sup> Ibidem, p. 8.

<sup>84</sup> Ibidem, p. 8.

<sup>85</sup> Ibidem, p. 9.

construir para si mesmo. Patrocínio, vários outros colunistas e apoiadores, darão esta missão ao noticiário, afirmando para si mesmos e seus leitores o papel protagonista que a imprensa abolicionista terá para a abolição acontecer e também depois dela. No dia de celebração de 3 anos da folha, em 1890, é possível identificar diversos desses elementos ao longo da edição, como no texto a seguir:

Fez durante ele o que fizera nos dois primeiros: batalhou pela liberdade do povo e pelo progresso da pátria [*Cidade do Rio*]. Iniciou-se no regime da monarquia, reinando ainda o Sr. D. Pedro II, e termina-o no regime da ditadura, reinando o absolutismo do Governo Provisório. [...] manteve-se e mantém-se hoje a "Cidade do Rio" no mesmo posto independente e ativo em que a encontraram os acontecimentos de 15 de novembro, que não a surpreenderam, porque ela os havia anunciado; que não lhe alteram o rumo, porque foi sempre o seu caminho o da libertação. [...] folha republicana, escrevem a 28 de setembro do ano passado, a *Cidade do Rio* é republicana da república e não dos republicanos; advoga ideias e não personalidades.<sup>86</sup>

A coluna é assinada pela Baronesa de Mamanguape, no número de celebração, e reúne colocações que declaram as intenções do jornal em reafirmar as palavras escritas para si mesmos e para seus leitores. Entendendo que reproduzir as palavras escritas para eles era realçar a identidade do jornal. As datas também se tornam um simbolismo para a folha. O 13 de maio e o 15 de novembro são dias significativos, que o jornal vai usar para construir suas características. Neste mesmo número do jornal, de celebração dos três anos, é possível visualizar esse argumento por meio de uma ilustração:

---

<sup>86</sup> *Cidade do Rio*, Ed. 219, 27 de set. 1890.

Figura 4 - Representação da República e da Abolição



Fonte: *Cidade do Rio*, 27 de setembro de 1890, Hemeroteca Digital<sup>87</sup>

Há uma tentativa de associar duas datas de extrema relevância para o Brasil à existência do jornal. Trazendo um simbolismo sobre o 13 de maio e o 15 de novembro que, na imagem, aparecem como complemento um do outro. Na legenda, lê-se:

Glórias do passado, alegrias do presente, esperanças do futuro, que são as palmas virentes de que se coroa em seu aniversário a Cidade do Rio, tudo depõe no primeiro aniversário da primeira lei emancipadora, em holocausto aos brilhos imortais do grande astro, nuncio e precursor das estrelas, seus satélites que surgiram no céu da Pátria a 13 de maio e a 15 de novembro<sup>88</sup>.

No número de celebração, o editorial comemora as glórias do passado e as alegrias do presente da *Cidade do Rio*. A existência do periódico é equiparada à importância da Lei do Ventre Livre, data também celebrada no dia 28 de setembro e aniversário do periódico. O fato de o jornal ter sido iniciado nessa data provocava um apelo intencional, quando se pensa na perspectiva de memória já citada anteriormente. Percebe-se que a associação foi cuidadosamente costurada na narrativa para fazer o leitor dimensionar que “[...] uma coisa dessas impressiona.”<sup>89</sup> Ao buscar impressionar os que acompanhavam o

<sup>87</sup> Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=085669&pagfis=2892>. Acesso em: 9 mar. 2022.

<sup>88</sup> *Cidade do Rio*, 28 de setembro de 1889.

<sup>89</sup> COELHO NETTO, *A conquista*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. Pág. 103.

periódico, reforçava-se essa perspectiva, que é incentivada pelos editores, de que o jornal teria uma função muito importante para a História do Brasil.

Outro fator no caso específico da data de 28 de setembro é o fato de a liberdade ainda ser uma questão para o jornal de Patrocínio, mesmo após a escravidão. O espectro da liberdade ainda rondava o Brasil, pois os privilégios da escravidão defrutados por senhores de escravizados, barões e suas proles, foram mantidos durante a República. Entretanto, o jornal continuou a perseguir – até onde a pesquisa pode avançar – com a construção de um memorial sobre si. Ou seja, era um projeto a longo prazo, e o jornal fazia questão de afirmar sua intencionalidade em aproximar a luta pela liberdade e cidadania a sua própria história. Nas palavras da redação do periódico: “Não está terminada a campanha abolicionista”,<sup>90</sup> ou seja, aquilo que se viu antes do 13 de maio, vai perdurar mesmo após o fim da escravidão, pois essa é uma campanha que não terá fim. Os ideais contidos no abolicionismo não seriam apenas para o contexto escravocrata conservador, mas também agora para a República de mudanças.

Nesse sentido, o argumento de Polack ajuda a entender este contexto. De acordo com o pesquisador austríaco: “O problema que se coloca a longo prazo para as memórias clandestinas e inaudíveis é o de sua transmissão intacta até o dia que elas podem aproveitar uma ocasião para invadir o espaço público e passar do “não-dito” à contestação e à reivindicação”<sup>91</sup>. Há, portanto, uma intencionalidade em fazer uso das datas para se auto inserir no contexto histórico político, passando a buscar credibilidade nos discursos, mesmo após alcançar um dos principais objetivos que era o 13 de maio de 1888.

Para que emerja [...] um fundo comum de referência que possam constituir uma memória nacional, um intenso trabalho de organização é indispensável para superar a simples “montagem” ideológica, por definição precária e frágil<sup>92</sup>.

Patrocínio entendia que precisava se posicionar de forma mais objetiva se quisesse tirar sua própria imagem e a imagem da sua folha da fragilidade após a proclamação da república, pois seu projeto inicial a favor da monarquia teria se desfeito com o novo Estado. Entendia, assim, que precisava trazer seu periódico para o contexto da década de 1890 com o novo governo instaurado. Buscou organizar e preparar o discurso que iria dar o tom da folha dali para frente, fazendo do periódico um mecanismo totalmente imerso nos debates políticos da época.

Ainda tentando fortalecer a memória abolicionista, há diversos outros trechos no

<sup>90</sup> *Cidade do Rio*, 3 de outubro de 1889.

<sup>91</sup> POLACK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio.” In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: vol. 2, nº 3, 1989.

<sup>92</sup> *Ibidem*, p. 8.

jornal celebrativo de três anos de existência da folha, que colaboram no entendimento dessa perspectiva. Lê-se no jornal:

ela [*Cidade do Rio*] há de viver na memória das gerações livres do Brasil, e os historiadores não-dezê-la depor no processo histórico de nossa pátria, na primeira fila das testemunhas honestas e altivas do nosso tempo [...] 13 de maio é a moeda da memória. [...] si neste dia faustoso a Cidade do Rio tivesse de especular vitória [...] teria perturbado a sociedade. [...] ninguém nos agradeceu tamanho serviço. Cobriram-nos de calúnias, ao contrário; afogaram-nos em injúrias. Os republicanos afirmaram que nós nos havíamos vendido.<sup>93</sup>

As palavras usadas na coluna, sem assinatura, indicam a tentativa de criar uma espécie de memorial para a *Cidade do Rio*. Usando do argumento de que o jornal seria uma “testemunha do processo histórico do Brasil”. De acordo com o autor da publicação, o trabalho é de tamanha importância que não havia sequer agradecimentos suficientes para o periódico diante da atuação histórica no 13 de maio.<sup>94</sup>

Durante os eventos científicos em que esta pesquisa foi apresentada, foi possível compreender que os editores da folha criaram um lugar de memória, buscando fugir do esquecimento histórico e reafirmando de si para si mesmos suas colaborações.<sup>95</sup> Diante de um contexto que retirava a monarquia do poder, defendida por Patrocínio e que o apoiava em alguma medida, era necessário dar ênfase às vozes do *Cidade do Rio*. Cabe, aqui, frisar que o argumento não é questionar se o jornal erra ou acerta na hora de se autodefinir, mas sim de diagnosticar a temática da memória que constrói sobre si e os usos que fazem dela dentro da folha. As celebrações do periódico continuam:

[...] entretanto, ao que a Cidade do Rio fez, a história o reconhecerá: foi simplesmente o sacrifício da sua posição e do seu prestígio em benefício dos seus caluniadores. [...] folha republicana, não obedece, entretanto, passivamente, sem exame, a direção dada à propaganda republicana brasileira.<sup>96</sup>

Ao usar das palavras “sacrifício”, “posição”, “prestígio”, os editores buscam uma forma de impressionar e reafirmar seu papel em uma tentativa de dizer que a folha tinha algumas perspectivas republicanas, mas não as obedecia cegamente, explorando sua característica crítica do governo vigente. A relação do periódico com o discurso republicano é bastante sensível. Em 22 de julho de 1889, houve um episódio que pode ajudar a compreender a relação simbiótica da folha com o governo vigente. A partir dele se reforçava a identidade pela qual Patrocínio gostaria que o jornal fosse lembrado no

<sup>93</sup> *Cidade do Rio*, 28 de setembro de 1889.

<sup>94</sup> *Ibidem*.

<sup>95</sup> Eventos como “III Seminário Internacional Histórias do Pós-abolição no Mundo Atlântico” e “10º Ed. Escravidão e Liberdade” foram um dos que colaboraram na construção das perspectivas trabalhadas.

<sup>96</sup> *Cidade do Rio*, 28 de setembro de 1889.

processo histórico. Lê-se no jornal:

[...] sr. Dr. Chefe de polícia tem papel forte a desempenhar. [...] Ontem irrompeu na Rua do Ouvidor uma leva de desordeiros, que apadrinhavam o exercício da capoeiragem dando VIVAS a monarquia e MORRAS aos republicanos [...] a perspicácia do Sr. Dr. Chefe de polícia cabe descobrir de onde parte o mal e destruí-lo na origem. É necessário estabelecer-se uma trégua de honra, entre a monarquia que se defende e a república que doutrina.<sup>97</sup>

É possível perceber o caráter dúbio do jornal em alguns momentos. Por exemplo, em algumas colunas é possível identificar a preocupação do editorial em tratar sobre a cidadania da população liberta. Logo, é uma defesa direta da expressão negra antes escravizada. Entretanto, isso não acontece quando se trata da capoeira, que sempre que aparece é descrita como um problema para os cariocas. No trecho citado é possível perceber inclusive o senso positivo que se tem da repressão ao exercício da capoeiragem, no qual a polícia é elogiada por estabelecer uma relação de violência com essa que também é uma expressão da população liberta. Porém, ao que parece, não aos olhos de boa parte do editorial do jornal.

É possível perceber que o periódico de Patrocínio buscou criar uma memória que está dentro dos seus parâmetros do que deve ser considerada parte da liberdade e da cidadania a ser conquistada pelos libertos. Ou seja, mesmo que seja um jornal que se porta como liderança do abolicionismo, da liberdade, ela não abarca todos os grupos que viveram a escravidão. Ela apoia e celebra quem quer, desde que estes estejam dentro dos parâmetros por ela impostos.

Nesse sentido, em levantamentos anteriores foi possível perceber a relação simbiótica do corpo editorial com os capoeiras. Carlos Eugenio Soares afirma que capoeiras foram nomeados como organização pelo *Gazeta de Notícias*, chamando-os de Partido Capoeira<sup>98</sup>. Para ele, o Partido Capoeira não era um grupo específico, com determinado número de pessoas, mas significava um método, um jeito de fazer política. De acordo com o autor, a partir do jornal *Gazeta de Notícias*, o Partido Capoeira estava ligado ao espaço onde a atuação teria lugar: a rua, a praça pública<sup>99</sup>. Esta política estava ligada não somente a quem se pretendia coagir, mas ao restante da sociedade<sup>100</sup>. Essa afirmação desconstrói a imagem dada pela historiografia de que os grupos de capoeira estavam desorganizados, ou eram a representação exata do que aparecia nos jornais.

<sup>97</sup> *Cidade do Rio*, 22 de julho de 1889.

<sup>98</sup> SOARES, Carlos Eugênio L. **Negregada instituição: os capoeiras no Rio de Janeiro**. 451 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP, 1993.

<sup>99</sup> *Ibidem*.

<sup>100</sup> *Ibidem*, p. 304-310.

Na verdade, eram grupos organizados sendo nomeados como “partido”, ou seja, uma organização com lideranças e diretrizes. É relevante perceber que o grupo também luta por uma liberdade e cidadania cada vez mais completa. Em tese, ela se aproxima do discurso pretendido pela *Cidade do Rio*, entretanto elas não se complementam, pois as formas de se chegar até a cidadania e a liberdade que se sonha para a população recém-saída do cativeiro é diversa, ela pode se dar a partir do discurso dos capoeiras, abolicionistas, republicanos e etc., não estando trancada em apenas uma narrativa.

Entretanto, no discurso de quem escreve no jornal *Cidade do Rio*, qualquer outra narrativa que não fosse a deles, passa a ser problemática, pois não se adequa aos moldes do que pensaram. A defesa do grupo o qual Patrocínio defende é que a liberdade foi conquistada por um grupo específico de abolicionistas, que lideraram a emancipação no Brasil. Nesse sentido, argumenta que: “assim como nos dias da abolição, temos certeza de que o povo nos reconhecerá como um dos filhos que mais tem procurado contribuir para a sua liberdade e para o seu progresso”<sup>101</sup>. Ou seja, buscam construir um projeto de país nos moldes pensados pelos abolicionistas.

Retomo Marialva Barbosa em *Os donos do Rio*, mais especificamente seu terceiro capítulo, intitulado “Imprensa e Poder”<sup>102</sup>. A autora afirma que os grandes jornais do Rio de Janeiro do fim da década de 80 e começo de 90 do século XIX, tinham como função formar um discurso unificado, e possuem um poder inquestionável<sup>103</sup>. De acordo com ela, as folhas estão disputando projetos para uma sociedade recém-saída da monarquia, em que as divergências, rivalidades e dualidades são inúmeras.<sup>104</sup> Ela continua:

[...] através da criação de uma imagem extremamente peculiar, os jornais e os jornalistas criam também uma idealização da profissão e do papel que devem desempenhar esses veículos. Essa imagem, divulgada ao extremo e imortalizada nas páginas impressas, se constitui numa memória do grupo forjada por ele mesmo.<sup>105</sup>

Essa afirmação não era exclusividade de nenhum dos jornais da época. De acordo com ela havia uma proximidade física das redações que eram localizadas na Rua do Ouvidor, Sete de Setembro e Avenida Central. Essa aproximação física também sugere uma aproximação na forma de fazer imprensa. Boa parte dela estava buscando um “lugar ao sol” e a *Cidade do Rio* não faria diferente. Barbosa afirma que os jornais se tornaram “senhores de memória”, de modo que o que está impresso transforma-se em documento,

<sup>101</sup> *Cidade do Rio*, 22 de setembro de 1889.

<sup>102</sup> BARBOSA, 2000, Op. Cit.

<sup>103</sup> BARBOSA, M. C. 2000, Op. Cit., p. 115.

<sup>104</sup> *Ibidem*, p. 116

<sup>105</sup> *Ibidem*.

que identifica o que está contido nas páginas como verdade absoluta<sup>106</sup>. Essa afirmação da autora colabora na identificação do *Cidade do Rio* como parte desse grupo jornalístico que atua para marcar a História com suas tintas e cores conforme desejam.

No caso do jornal de Patrocínio, existe um viés que aponta para o abolicionismo e para a pauta racial. Embora em alguns momentos o editorial se afaste das discussões, o nascimento e a história da folha são imbricadas à perspectiva racial. O periódico vai usar dessa narrativa para impor suas verdades e propor suas narrativas sobre si. Há um “resultado do esforço de sociedade históricas para impor ao futuro – voluntário ou involuntariamente – determinadas imagens de si próprias”<sup>107</sup> afirma a autora.<sup>108</sup> Ao apresentar suas ideias, valores e concepções, muitas delas divergentes e conflituosas, os diários faziam parte de um único processo, em que o que estava em jogo era a imposição de projetos elaborados pelos grupos dominantes, na sua larga maioria.<sup>109</sup> Este comportamento era plausível diante do contexto de recente saída da monarquia, em que se torna emergente a formação de uma nova ordem e dinâmica econômica, social e política<sup>110</sup>. Os jornais vão tomando um papel de extrema relevância no contexto histórico, uma vez que “os diários constituem-se como um dos senhores da memória da sociedade, aumentando seu campo de atuação e, sobretudo, o seu poder”<sup>111</sup>.

A afirmação de Barbosa ajuda a compreender de forma ainda mais ampla o que José do Patrocínio buscava fazer com sua folha, e que sua tentativa não era exclusiva. Ao contrário, fazia parte da imprensa da capital do Brasil, que entendia seu papel para o presente que viviam e o futuro que buscavam construir. Essa construção coletiva de um jornalismo carioca forte é possível visualizar em um dos números de 1889, quando o jornal noticia o Centro Tipográfico Treze de Maio. Na coluna lê-se que:

Convite a todos os irmãos conselheiros a reunirem-se em sessão ordinária, da diretoria e conselho, domingo 7 do corrente, a rua do General Câmara n° 327, as 11 horas em ponto. Secretário interino: Luiz da França e Silva.<sup>112</sup>

A convocação reuniria, provavelmente, diversos nomes da imprensa para discutir temáticas referentes ao jornalismo carioca de forma coletiva. Essa será uma ação que vai se repetir no ano de 1893, reunindo os jornais em prol de uma causa ou encontros para discutir temáticas que envolviam os diários. Ou seja, os objetivos dos jornais eram muito

---

<sup>106</sup> Ibidem, p. 118.

<sup>107</sup> Ibidem.

<sup>108</sup> Ibidem, p. 115.

<sup>109</sup> Ibidem, p. 116.

<sup>110</sup> Ibidem.

<sup>111</sup> BARBOSA, 2000, Op. Cit., p. 116.

<sup>112</sup> *Cidade do Rio*, 6 de abril de 1889.

próximos uns dos outros, tinham perspectivas de missão não muito diferentes umas das outras.

As afirmações de Barbosa corroboram no entendimento de como os jornais tinham um papel de relevância e agiam como formadores de opinião. O que os maiores jornais da época buscavam era certa “autoidentidade atribuída”<sup>113</sup>, isto é, selecionavam alguns fatos e relegavam outros ao esquecimento. A imprensa tinha o poder da escrita, mas não tinha em suas mãos a capacidade de abarcar todas as frentes de memória e história, mas se dizia ser regente do que deveria ser rememorado ou esquecido. Mesmo que a notícia fosse ordinária, se fosse uma meta para o jornal torná-la excepcional, os editores assim o fariam, tornando-os – em suas mentes - senhores dos lugares, tornando-as em agentes de suas próprias narrativas<sup>114</sup>. Sendo assim, essa é uma chave de análise na compreensão das memórias e produção de narrativas, não exclusiva dos impressos. Havia outras formas de se definir as populações afrodescendentes e suas definições de liberdade.

No caso do *Cidade do Rio*, além de formador de opinião, se constituía como uma liderança abolicionista que vai tomar forma a partir do discurso jornalístico. Discurso esse que deve ser questionado e pensado ao se tratar sobre o pós-abolição, uma vez que esse será um período de grandes emblemas e problemas a serem discutidos com a população liberta ou para ela.

A memória pensada pelos abolicionistas e veiculada no *Cidade do Rio* reúne temáticas que vão borbulhar durante boa parte da década de 1890 na imprensa de Patrocínio. Por isso, se faz necessário visitar as intenções, os projetos que serão descritos nas colunas do jornal, pois elas demonstram mais do grande mapa republicano brasileiro e da capital do país.

Esse mapa formado por várias cores busca apontar para a liberdade, cidadania e raça como problemáticas a serem encaradas no pós-abolição. Se fará necessário pensar: O que é liberdade? A emancipação no 13 de maio é suficiente para o projeto pensado pelos abolicionistas? Como se construiu o discurso libertário e quais os projetos de quem busca dar voz a essa premissa? A autonomia da população negra está ligada somente à perspectiva de cativo ou também pode ser aproximada do discurso de cidadania?

Ana Flávia Magalhães Pinto oferece ferramentas para esses questionamentos da pesquisa em seu texto intitulado “Temporalidades, História e Memória”, em que ela afirma que as narrativas históricas não são ingênuas, tampouco naturais<sup>115</sup>. As ações

---

<sup>113</sup> BARBOSA, 2000, Op. Cit., p. 117.

<sup>114</sup> Ibidem.

<sup>115</sup> PINTO, Ana Flávia Magalhães; SANTOS, José Eduardo Ferreira dos; SANTANA, Tiganá; ORALITURAS, CASA SUELI CARNEIRO, FUNDAÇÃO ROSA LUXEMBURGO. Bianca Santana

humanas são tomadas de prioridades, hierarquizações e curiosidades acerca do que precisa ser lembrado e do que pode ser esquecido<sup>116</sup>. De acordo com a autora, ao fazer isso, os atores da história estão participando da escrita da história até mesmo quando não se sentem responsáveis por ela<sup>117</sup>. Essa afirmativa se encontra com as intencionalidades propostas neste texto, pois coloca os escritos do periódico como um rico material para pensar memória, liberdade e cidadania à população negra do fim do século XIX, e os projetos envolvidos em torno dessas tensões.

Ainda, Ana Flávia Magalhães Pinto afirma que ao longo de vários anos as narrativas expostas colocavam pessoas negras como expressão máxima da ideia de “outro”. Assim, a construção controlada e restrita do “nós” na história do Brasil colocou pessoas negras na condição do “outro”<sup>118</sup>, de modo que “[...] esse ‘outro’ que expressa uma oposição ao sujeito-base dessa narrativa, tem servido para que a gente fique compulsoriamente se colocando no lugar de coadjuvante.”<sup>119</sup>. Ao usar a expressão “a gente” a autora se refere a população negra a quem ela está se dirigindo em primeira pessoa. Essa afirmação colabora na análise feita a respeito do jornal ao tratar a Princesa Isabel como um dos principais pilares do 13 de maio e buscar amarrar sua imagem à luta da população negra contra o cativo. Quando o que se vê é um papel coadjuvante sendo oferecido a grupos majoritariamente negros que participaram da luta pela abolição, e oferecendo a elite embranquecida o substantivo de “Redentora”. É importante lembrar também que Patrocínio buscava defender a monarquia pois era a posição política que defendia até dado momento, de modo que sua defesa da imagem da família imperial deve ser observada a partir desta ótica também. O projeto republicano na década de 80 ainda era uma incógnita que desabrocharia no final do mesmo período e mais especificamente durante os anos 90. Retomo aqui o contexto político o qual Patrocínio vivia, suas inseguranças e proteção ao período político do reinado, pois ele foi um atuante e observador do que acontecia, estava vivendo a História em seu tempo presente e se posicionando conforme os anos passavam. Ou seja, a depender dos óculos usados, existem diversos motivos pelos quais Patrocínio poderia se posicionar em defesa da Princesa Isabel, pois ao fazer isso também estava protegendo a liberdade ameaçada pela república. Não era possível adivinhar as intencionalidades daqueles que ainda estavam

---

(Org.); Natália Carneiro (Org.). *Temporalidades, História e Memória - insumos para ancoragem de memória negra*, São Paulo. 2021. Ed. 1. Módulo 1, p. 1-176. Disponível em: [https://casasuelicarneiro.org.br/?jet\\_download=332](https://casasuelicarneiro.org.br/?jet_download=332). Acesso em: 27 out. 2022.

<sup>116</sup> Ibidem, p. 12.

<sup>117</sup> Ibidem.

<sup>118</sup> Ibidem, p. 13.

<sup>119</sup> Ibidem.

buscando dar a cara do novo modo de governar o Brasil.

Portanto, a produção de um periódico como o *Cidade do Rio* não poderia vir sem um projeto de cidadania memorialístico desenvolvido por seus diretores. Era necessário reafirmar as existências e as relevâncias própria instituição. Nesse sentido, a autora comenta que:

O racismo afeta justamente o nosso entendimento daquilo que dá a medida da nossa existência, aquilo que, por razões também históricas, nos acostumamos a chamar de nossa humanidade. Essa necessidade de pessoas negras e indígenas saírem pelo mundo dizendo que “nós somos pessoas” tem muito a ver com esses sintomas que nós acabamos sendo orientadas e orientados a negligenciar.<sup>120</sup>

Tomado de um contexto racial, havia uma necessidade de se autoafirmar e produzir um conteúdo que alicerçasse as demandas dos abolicionistas, que vão se utiliza da imprensa. A necessidade de produção de afirmações sobre si era uma necessidade produzida pelo contexto histórico republicano.

---

<sup>120</sup> Ibidem, p. 16.

## Capítulo 2 – Produções e contradições a partir de Patrocínio no jornal *Cidade do Rio* durante a Primeira República

Como citado anteriormente, o jornal *Cidade do Rio* perpassa por diversas temáticas pois estava inserida em um contexto carioca republicano que instigava os colonistas em diferentes debates do pós-abolição. Nesses debates é possível identificar discursos republicanos presentes nas colunas, bem como seus respectivos apoios e críticas. Os colonistas foram contemporâneos de vários presidentes como Deodoro da Fonseca, presidente entre 1889-1891; Floriano Peixoto, entre 1891-1894; Prudente de Moraes, entre 1894-1898; e Campos Sales, chefe de Estado entre 1898-1902. Os quatro políticos citados tiveram papéis distintos na formação do estado republicano oligárquico e influenciaram as opiniões do jornal enquanto estiveram à frente do governo.

Diversos estudos se preocuparam com a formação do Estado neste período. No texto “Os cenários da república: o Brasil na virada do século XIX para o século XX”, Margarida de Souza Neves, observa um dinâmico ritmo temporal que abrangia as grandes cidades como a capital carioca<sup>121</sup>. Entretanto, no interior, segundo a autora, “nada parecia romper uma rotina secular, firmemente alicerçada no privilégio, no arbítrio, na lógica do favor, na inviolabilidade da vontade senhorial dos coronéis e nas rígidas hierarquias assentadas sobre a propriedade, violência e o medo”<sup>122</sup>. Essa diferenciação entre o interior e a capital federal do Brasil foi o objetivo inicial da autora para demonstrar que o Rio de Janeiro convivia com dois cenários e é importante partir desta premissa para entender o Brasil da última década do oitocentos<sup>123</sup>.

A equipe do *Cidade do Rio* demonstrava uma grande preocupação com os discursos presentes na capital sobre nação, liberdade, direitos e outros temas como será demonstrado a seguir. Tanto o é que seu título e as temáticas trabalhadas nos editoriais são voltadas para as discussões pontuais, principalmente na política da capital federal. Entretanto, isto não significa que o interior fosse ignorado. Temáticas sobre ele apareciam noticiados das primeiras páginas, como quando acontece a prisão de Carlos Lacerda em 1889 e o jornal afirma, logo na primeira página que casos como esses ficam muitas vezes sepultados no interior.<sup>124</sup> Para Neves, há o entendimento da complexidade de se pesquisar o contexto republicano, pois ele demarca um país em reconstrução, com diferentes

<sup>121</sup> NEVES, M. de S.: Os cenários da república. O Brasil da virada do século XIX para o século XX. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge Luís (orgs.). **Brasil Republicano: Estado, sociedade civil e cultura política. O tempo do liberalismo excludente. Da Proclamação da República à Revolução de 1930**. 1º Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003, v. 4. p. 14-44.

<sup>122</sup> Ibidem, p. 11.

<sup>123</sup> Ibidem, p. 12.

<sup>124</sup> *Cidade do Rio*, 12 de agosto de 1889.

projetos e prioridades. A autora continua: “Por toda a parte novos agentes e novas práticas sociais transformam as cidades. Empresários e operários redesenham os polos da conflitividade social”<sup>125</sup> dimensionando que a cidade se transformava e novos conflitos estavam sendo colocados diante das novas realidades.

O *Cidade do Rio* conviveu com dois períodos de governos autoritários: o primeiro chamado de República da Espada de 1889 à 1894, governado pelos militares Marechal Deodoro de Fonseca e Floriano Peixoto. Este foi o tempo em que a República se instituiu e teve seu caráter ditador escancarado, inclusive por conta do fechamento de jornais, sendo um deles o periódico de Patrocínio. Em sequência, começou a República Oligárquica, tendo durado de 1895 a 1930, período que também deixou suas marcas no jornal.

É importante refletir a partir de suas colunas sobre como a folha se posicionava dentro da República, bem como as organizações presentes e as políticas representativas do governo vigente da década de 1890. Como já iniciado no primeiro capítulo, como parte da organização de uma linha temporal para o texto, a preocupação primeira é tratar da temática republicana da capital – a partir das linhas de cidadanias, liberdades, racismo e imprensa – dentro do tempo de existência da fonte, que parte de 1887 até 1902. O compromisso inicial é compreender esse recorte, sem uma linha cronológica crescente, mas dentro da década proposta e dos dois primeiros anos do século XX.

Para José do Patrocínio, o projeto de República ainda era uma novidade no começo da década de 1890, e seus escritos vão tomando forma e gerando discussões entre a população carioca, na medida que vão ganhando outros contornos. Tais práticas foram tomando forma no decorrer dos anos, orientadas pela troca de presidentes e a aproximação ou não entre Patrocínio e os mesmos. Inicialmente, o dono do jornal se posicionou a favor da República, mesmo tendo tido uma atuação em defesa da monarquia em momento anterior a 1888. Esta mudança gerou desconfianças e desafetos como o de Joaquim Nabuco, que havia sido um de seus pares na luta pela abolição. Patrocínio afirma, em diversos contextos, que seu apoio a monarquia se devia em grande parte a figura da Princesa Isabel e a sua atuação em defesa do fim da escravidão, e não da monarquia como um todo.

No ano de 1890 era possível perceber algumas discussões que apontavam para o modelo de pareceres a ser construído dentro do jornal sobre o governo republicano. Em 18 de agosto, meses antes do primeiro ano do aniversário da proclamação da República,

---

<sup>125</sup> Ibidem, p. 17

é possível encontrar nas páginas do *Cidade do Rio*:

[...] a república só é invencível, porque assenta na fraternidade universal, e vive da aplicação das leis sociais, indestrutíveis como as demais leis naturais [...] lugar para todos. [...] ao país convém que todos sintam-se cidadãos e todos contribuam para engrandecê-lo pelo trabalho e moraliza-lo pela fiscalização.<sup>126</sup>

A notícia ventilava as convicções, no editorial do jornal, de que a República poderia oferecer uma sociedade fraterna, livre, moralizada, com lugar para todos. Essa afirmação tornou-se um ponto de partida e representava a esperança de um novo formato de governança que poderia olhar para a população e atender as demandas para além do que havia sido produzido durante a monarquia. Entretanto, essas esperanças se confundem com diversos casos que desafiavam o discurso republicano.

Um exemplo disso, antes mesmo da proclamação da República, aconteceu quando, em fevereiro de 1889, foi noticiado no jornal que um candidato a vereador deu queixa na delegacia alegando que um tal Fuão Monteiro, escravizado por ele, teria fugido de sua fazenda e este requeria que ele fosse capturado. O delegado Sr. Gesteira, responsável pelo então 3º Distrito de Campo Grande, acatou a demanda do fazendeiro na captura do fugitivo “afim de que seu procedimento não fosse imitado por outros”<sup>127</sup>. Sobre o acontecido, o colunista da folha afirma: “É incrível que, depois da lei 13 de maio, ainda continuem as perseguições contra homens que são hoje cidadãos tão respeitáveis como outros quaisquer”. Esse contexto oferece ferramentas de análise para pesquisar a temática que se desenhava no começo da década de 90: uma república tomada de demandas de diversos grupos e que era controlada em grande parte por ex-senhores de escravizados. Sendo que muitos desses estavam, ainda, ancorados na máquina pública, como no caso da notícia de um vereador que se emparelhava no governo para produzir suas convicções.

O novo governo, baseado agora em uma lógica representativa republicana, precisará organizar as diversas pautas que vão aparecer coletivamente e individualmente por meio da imprensa, dos protestos de rua, de associações. Os republicanos precisariam se preocupar em selecionar quem seria correspondido em suas demandas, e as respostas, evidentemente, viriam a ser para as classes que os governantes representavam. Questões como: indenização para ex-senhores, imigração, reurbanização, recém-libertos e outros pontos serão incógnitas a serem debatidas dentro de um projeto de nação que estava em discussão e em disputa, mas que teria um olhar específico para privilegiar as classes que

<sup>126</sup> *Cidade do Rio*, 18 de agosto de 1890.

<sup>127</sup> *Cidade do Rio*, 27 de fevereiro de 1889

os grupos dominantes representassem. O ocorrido demonstra que os senhores de escravizados, agora republicanos, buscariam de todas as formas conservar seus privilégios, reafirmando que o aparelhamento do Estado em torno dos ex-escravizados permanecia. A delegacia que deveria seguir as leis instituídas, representada na figura do Sr. Gesteira, escolhe ignorar a lei de Abolição para atender ao pedido de um possível importante nome entre os fazendeiros, com visível grande influência nos mandos e desmandos da política da cidade.

A notícia demonstra também como as práticas do interior do Rio de Janeiro estavam sendo denunciadas no jornal da capital, deixando visível o caráter atento dos editores em denunciar o racismo, defendendo assim sua principal vertente: a igualdade de direitos civis. O colunista, ao opinar sobre o ocorrido, denuncia que o homem perseguido por buscar colocar em prática a lei de liberdade instituída, também já deveria ser considerado um cidadão respeitado, como outro qualquer.<sup>128</sup> A defesa pela cidadania plena já dá as suas facetas nessa afirmação que busca mostrar o caráter criminoso do Estado Policial da época.

Thomas H. Holloway, em seu livro *Polícia no Rio de Janeiro – Repressão e resistência numa cidade do século XIX*, traça um mapa de dados e perspectivas das guardas policiais do século XIX na cidade do Rio de Janeiro<sup>129</sup>. Ele afirma que “...as práticas policiais tinham mais a ver com a repressão e o uso arbitrário da autoridade do que com a regulamentação e proteção da sociedade”<sup>130</sup>. À exemplo disso, em 1893, já no pós-abolição, há um ocorrido que pode colaborar na construção dessa análise do contexto. Em 26 de fevereiro do mesmo ano, em uma coluna tradicional do periódico, chamada “O Foro”, escreve-se uma crítica ao chefe de política do período. O escritor conta várias situações de excesso das forças policiais, narrando, por exemplo, que há presas que estão sofrendo aborto devido ao descaso com as Casas de Detenção, que há agentes atirando em imigrantes em plena luz do dia, ou ainda que existem delegados que “em pleno luz do dia, à vista das testemunhas [...] esbordoou, ensanguentando, um preto, velho e bêbado”<sup>131</sup>. Os dois episódios retratam uma força do Estado que colaborava para a manutenção das violências à favor da repressão direcionado aos libertos.

Ainda em agosto de 1890, o jornal notícia oito libertos que permaneceram 25 dias presos “sem serem interrogados, sem culpa formada [...] somente para a satisfação de

<sup>128</sup> *Cidade do Rio*, 27 de fevereiro de 1889.

<sup>129</sup> HOLLOWAY, T. H. **Polícia no Rio de Janeiro; repressão e resistência numa cidade do séc. XIX**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

<sup>130</sup> *Ibidem*, p. 221.

<sup>131</sup> *Cidade do Rio*, 26 de fevereiro de 1893.

vinganças e caprichos do suplente do delegado de polícia”<sup>132</sup>. Aqui, cabe retomar uma afirmação cunhada no jornal, que nomeia o Rio de Janeiro como uma “cidade negra” na década de 90<sup>133</sup>. Essa observação é sumamente importante, porque revela a característica da cidade, que aos olhos de diversos republicanos era uma qualidade à ser sufocada pela repressão – apontada por Holloway – das forças policiais, que teriam a função de reprimir as expressões de afrodescendentes.

Em “Cenários do pós-abolição no Vale do Paraíba paulista: tutela, trabalho infantil e violência sexual (1888-1889)”, Maria Aparecida Chaves R. Papali desenvolve investigação sobre o trabalho a partir da infância<sup>134</sup>. A autora faz um importante diagnóstico que serve para entender ações como as do ex-senhor de escravizados. Segundo Papali, “o final da escravidão traz um impasse: não obstante sinalizasse para uma perspectiva de país moderno, possibilitava, também, a perda do controle sobre o trabalho, função tão cara aos nossos mais ferrenhos escravagistas”<sup>135</sup>. Ou seja, há uma perda de referência dos moldes escravocratas. Argumento esse também desenvolvido por Wlamyra Albuquerque, que afirma que na sociedade do pós-abolição, as regras sociais do mundo escravista foram mantidas por interesse das elites, que buscavam restringir a cidadania para os seus grupos<sup>136</sup>. Para a pesquisadora, um dos principais pilares da sociedade escravista no pós-abolição foi transbordar as regras sociais da época posterior para o pós-emancipação<sup>137</sup>.

O ocorrido descrito foi um de vários outros casos que se multiplicaram durante o pós-abolição. Os que haviam perdido o controle sobre seus escravizados também perdiam o controle sobre a forma de produção que se desenharia no pós-abolição, o que era uma ameaça à lógica presente durante a História do Brasil até ali.

Nesta parte da escrita o objetivo é tratar dessas temáticas a partir dos projetos republicanos, entendendo como os diálogos de cidadania e liberdade estão sendo feitos e transversam a temática de raça. Levantando, assim, essas discussões tendo como ponto de partida as opiniões, notícias e escritos diversos dos colunistas da *Cidade do Rio* e das demandas envolvendo o dono da folha José do Patrocínio, ressaltando seu

<sup>132</sup> *Cidade do Rio*, 27 de agosto de 1890.

<sup>133</sup> *Cidade do Rio*, 3 de setembro de 1890.

<sup>134</sup> PAPALI, M. A. C. R.; ZANETTI, V.; CASTILHO, M. H. O. Cenários do pós-abolição no Vale do Paraíba paulista: tutela, trabalho infantil e violência sexual (1888/1889). In.: **Afro-Ásia**, Salvador, n. 56, 2017. DOI: 10.9771/aa.v0i56.23248. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/23248>. Acesso em: 11 abr. 2023.

<sup>135</sup> *Ibidem*, p. 148.

<sup>136</sup> ALBUQUERQUE, Wlamyra R. “Não há mais escravos, os tempos são outros”: abolição e hierarquias sociais no Brasil”. In.: **O jogo da dissimulação – abolição e cidadania negra no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 94-139.

<sup>137</sup> *Ibidem*, p. 123

posicionamento como homem negro, político, jornalista e escritor do século XIX e começo do XX.

No início da República com Deodoro da Fonseca há uma série de controles que estavam sendo colocados em prática e que norteavam as ações do jornal. O livro *O Brasil Republicano: estrutura de poder e economia (1889-1930)*, de Bóris Fausto, demonstra o contexto a partir do qual o *Cidade do Rio* tecerá críticas a organização vigente militar, com a posse de um novo presidente. Uma vez que, no governo provisório, a força de repressão era baseada no exército e, mais do que isso, nas Forças Armadas<sup>138</sup>.

De acordo com o argumento de Bóris Fausto, a oposição, tanto imperial como a dos burgueses agrário republicanos, teve de restringir-se à retórica e que não se mostrava organizada, mas se homogeneizava pela disposição de pautas em comum contra a República<sup>139</sup>. Existiam críticas sendo produzidas contra um governo que se caracterizava pelo nepotismo, compadrio e com foco na “cristalização”<sup>140</sup> do clube militar, que viria substituir o antigo sistema de patronato imperial.

A situação do recém-liberto, citado nesse contexto e na notícia referida, oferece o tom de como a população preta foi tratada nas primeiras décadas da república em detrimento de privilégios das classes mais ricas. A liberdade, por força do racismo, foi questionada perante a restrição das movimentações que era um direito de todos. Homens pretos, como José do Patrocínio e outros intelectuais como Luiz Gama, Coelho Bastos, Machado de Assis, questionavam as atitudes escravocratas dentro de uma sociedade republicana e sem escravização. Suas demandas irão reivindicar cidadanias e questionar as perseguições, tendo como um dos palcos de luta o jornalismo, tratado por Boris Fausto como um dos principais palcos de luta no início da década de 90, em razão das diversas ferramentas de controle que restringiam as manifestações de rua, por exemplo.

Nesse sentido, em um número raro dentro do jornal, uma ilustração chama atenção no dia 27 de setembro de 1890, data simbólica também pela comemoração de dois anos de existência da *Cidade do Rio*. A folha sempre produzia números celebrativos em datas importantes e uma delas era sua data de início. Retomando a discussão iniciada no primeiro capítulo, uma ilustração datada no mesmo dia pode ajudar a entender o argumento aqui pretendido.

Figura 5 - capa comemorativa aniversário do *Cidade do Rio*

---

<sup>138</sup> BORIS, Fausto. **O Brasil republicano, v. 8: estrutura de poder e economia (1889-1930)**. 8. ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, p. 43.

<sup>139</sup> Ibidem, p. 44.

<sup>140</sup> Ibidem.



Fonte: *Cidade do Rio*, 27 de setembro de 1890.

No canto superior esquerdo é possível perceber os dizeres “13 de maio” e “15 de novembro” juntos, e representados por duas figuras com posição espelhada e com vestimentas idênticas. A ilustração oferece o tom de aproximação que os colunistas do jornal buscarão dar à data da abolição e, de alguma forma, ao movimento abolicionista representado na figura de Patrocínio. Buscando, assim, consolidar a interpretação de que são dois momentos de extrema relevância e que não se opõem. Pelo contrário, se complementam e em alguma medida lutam pelo mesmo ideal de liberdade. Tudo isso na teoria e na visão embasada dos escritores ligados ao jornal.

Havia um forte discurso em defesa da proximidade das datas consideradas importantes. Luiz Murat, em número comemorativo pelos cinco anos de Abolição, em 1893, afirma que “quem fez o 15 de novembro foi o 13 de maio”<sup>141</sup>. Tal assertiva indicava a importância dos dois acontecimentos pelos “pares” de Patrocínio. Para Murat, o 13 de maio teria gerido o 15 de novembro de 1889, afirmação que, à época, poderia ser considerada perigosa para um projeto de governo que buscava se desfazer dos marcos que fizessem alusão a população afro-brasileira.

Os primeiros anos da República, entre 1889-1895, são essenciais para compreender o caráter autoritário da República formada em 15 de novembro. Nesse sentido, Elio Chaves Flores faz um balanço desse primeiro período, afirmando que houve uma sedimentação da tradição republicana<sup>142</sup>. Muitos acreditavam que a República se

<sup>141</sup> *Cidade do Rio*, 13 de maio de 1893.

<sup>142</sup> FLORES, Elio Chaves. “A consolidação da República: rebeliões de ordem e progresso”. In.:

opunha à Monarquia, mas na prática ela não se constituiu como se esperava, porque o projeto político vitorioso foi das grandes oligarquias, em oposição ao projeto que buscava mudanças mais expressivas e maior poder a população<sup>143</sup>.

Segundo Flores, tradições e costumes do regime monárquico foram mais duradouros e não seriam tão facilmente removidos com a proclamação da República, o que levou a necessidade da força contra a oposição e o frequente uso das intervenções militares nos anos entre 1889 e 1895<sup>144</sup>. Fruto do grupo mais radical que desejava maiores mudanças em favor da população, especialmente dos mais pobres e afrodescendentes, o jornal se posicionou criticamente contra as preposições dos dois governos vigentes no período.

A conjuntura estava tomada de intenções conservadoras, que buscavam manter inalteradas as relações sociais mesmo com a Proclamação da República. Organizações negras buscaram se proteger da truculência na República, e uma das mais conhecidas agremiações foi a Guarda Negra, citada primeiro capítulo. A organização tinha como intuito defender as demandas de uma parcela da população negra. Ela é uma produção que demonstra as movimentações de Patrocínio e revelam a capacidade de organização das comunidades de afrodescendentes no deflagar da república. Em texto intitulado “No meio das águas turvas Racismo e Cidadania no alvorecer da República: A Guarda Negra na corte – 1888-1889”<sup>145</sup>, Flávio Gomes aponta que homens e mulheres negros, partindo de suas tradições de luta e experiências da escravidão após a emancipação, buscavam forjar novas experiências de liberdade<sup>146</sup>. O autor explica que a Guarda Negra, ligada ao “isabelismo”, buscava conseguir a participação política naquele período do pós-abolição, se tornando uma preocupação das elites. A inserção dessa parcela da população no mercado de trabalho livre e a demanda por cidadania e direitos eram preocupações do grupo que desagradavam as classes oligárquicas.

Flavio Gomes afirma que, entre os objetivos da Guarda Negra, um deles era defender as vertentes monarquistas, isso porque a maioria dos participantes desse grupo era preta e preocupava-se com o que a elite poderia planejar, agora vestida de república,

---

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano, livro 1: o tempo do liberalismo excludente: da proclamação da república à revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 46.

<sup>143</sup> Ibidem, p. 47.

<sup>144</sup> Ibidem.

<sup>145</sup> GOMES, Flávio dos Santos. “No meio das águas turvas (Racismo e cidadania no alvorecer da República: a Guarda Negra na Corte – 1888-1889)” In.: **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, n. 21, 1991, p. 75-96.

<sup>146</sup> Ibidem, p.77.

por isso a necessidade de defender a vertente política que havia assinado a Lei Áurea<sup>147</sup>. O argumento da Guarda Negra colabora na visão mais amplificada dos projetos da república e em como eles se desenvolveram a favor das próprias concepções, excluindo a população recém-liberta. Porém, em contrapartida, também solidifica o campo de lutas da população preta que se organizava para se autoafirmar e proteger seus ideais.

O posicionamento de Patrocínio como um dos apoiadores do grupo dentro do jornal era defender a organização, embora não sem críticas. *A Cidade do Rio* e a Guarda Negra se entrelaçam, por exemplo, na data de criação, 27 de setembro, que também é uma data celebrativa da Lei do Ventre Livre. Marcos simbólicos esses que não devem ser ignorados, pois não são marcas aleatórias e ainda são vívidas para a História.

Matheus Gato, em seu livro *O Massacre dos Libertos*, oferece alguns argumentos na compreensão desse contexto que fazia com que atuantes da Guarda Negra e boa parte da população preta defendesse a monarquia. O historiador refere-se a um acontecimento na cidade de São Luís do Maranhão durante o processo de instauração da República em 17 de novembro de 1889. Havia boatos entre a população de que o golpe militar poderia restaurar a escravidão. A informação mobilizou parte da população negra da cidade a protestar contra a Proclamação da República em frente à sede do jornal *O Globo*. A movimentação foi violentamente reprimida pelas forças policiais do Estado produzindo muitas mortes e feridos e, embora tenha sido um conflito de grandes proporções, foi noticiado discretamente, o que, de acordo com o Matheus Gato, foi pouco explorado pelos historiadores da história contemporânea.

O argumento central do estudo de Gato recai sobre a experiência da subordinação racial, a clivagem de direitos e toda violência física e simbólica que derivou as escolhas políticas e os interesses das pessoas negras no pós-abolição<sup>148</sup>. Esse vetor de análise é uma chave importante na compreensão, por exemplo, do argumento do “isabelismo” que aparece no *Cidade do Rio* ancorado na experiência de seu proprietário.

Compreendemos também que a defesa de Patrocínio e o seu investimento em organizações que protegessem a monarquia e seus ideais são resultado de narrativas golpistas advindas antes mesmo do 15 de novembro de 1889. Havia uma tensão que pairava frente as ameaças à cidadania conquistada. Isto por conta de um governo que se apoiava em um discurso antidemocrático. Gato afirma que o medo do retorno ao cativo, no caso de São Luís, ganhou forma de um protesto de rua e tal sentimento muito

---

<sup>147</sup> Ibidem, p. 88

<sup>148</sup> GATO, Matheus. **O massacre dos libertos: sobre república e raça no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 2020, p. 27.

provavelmente estaria presente também na capital federal, o que poderia motivar o posicionamento do jornal<sup>149</sup>. O *Cidade do Rio* surgiu com a missão de colaborar com o discurso abolicionista em 1887, o que culminou em ataques contra o jornal e seu proprietário. Assim, o medo do retorno do sistema escravocrata se apresentava em diferentes formas de protesto.

É relevante perceber o lugar do “isabelismo” dentro de um recorte racial, em um contexto que ameaçava os projetos abolicionistas. O medo do retorno da escravidão ainda era sensível, bem como o revanchismo que os senhores de escravizados estavam dispostos a sustentar, que também dava o tom dessa escolha política. Defender a Princesa Isabel – não para todos, mas para muitos – era defender a liberdade conquistada de uma república desconhecida e ditadora.

Nesse sentido, as versões sobre a Guarda Negra eram de que o grupo existia como uma milícia de navalhistas e capoeiras, pagos pelo Império. Gomes trabalha a questão afirmando que este posicionamento era uma forma de reduzir a organização a uma leitura racista, de que essas produções pretas eram apenas em gratidão ao império, visão também reproduzida por historiadores. Entretanto, ela mostra que os libertos buscavam reivindicar suas demandas de liberdade e gritando o seu “não quero” para a República<sup>150</sup>. Patrocínio ajudou a criar a Guarda Negra no começo da República, financiando e apoiando intelectualmente com o jornal *Cidade do Rio*. Porém, com o avançar do tempo, ainda em 1889 o intelectual começa a tecer algumas críticas à organização, mesmo que ainda apoiador crítico do regime republicano. Sobre isso, Gomes afirma que:

Os discursos de Patrocínio [...] nem sempre foram tão divergentes quanto parecia com relação a atuação da Guarda Negra [...] nunca tinha negado seu namoro com o republicanismo, ainda que criticando alguns de seus feitos e direcionamentos propagandísticos após a abolição.<sup>151</sup>

Nesse processo, Patrocínio aderiu formalmente à campanha do republicanismo em 1889. Dentro das diversas contradições de Patrocínio, uma delas ocorreu quando, em 14 de julho de 1889, houve comemorações da Revolução Francesa e, ao que dizem os noticiários da época, um grupo de republicanos teria sido atacado por um grupo de “desordeiros”, com acusações diretas à Guarda Negra e à “malta de capoeiras”<sup>152</sup>. Ao analisar a mesma edição, Flávio Gomes descreve que Patrocínio se posicionou criticando a Guarda Negra pelo acontecido e a participação política dos libertos. Tal opinião se

<sup>149</sup> Ibidem, p. 120.

<sup>150</sup> GOMES, 1991, Op. Cit., p. 78.

<sup>151</sup> Ibidem, p. 88

<sup>152</sup> *Cidade do Rio*, 14 de julho de 1889.

repetiu em outros contextos e, de acordo com Gomes, “seus discursos passaram a ser quase uma reprodução dos discursos acusadores de Rui Barbosa, de Alcindo Guanabara e dos demais republicanos”<sup>153</sup>.

Ora, Rui Barbosa foi um de seus maiores oponentes no debate republicano e, ainda assim, Patrocínio continuou criticando a ação das capoeiras, pedindo providências das autoridades policiais do Império. Nesse sentido, a leitura é de que os “ideais republicanos” já haviam criado raízes no pensamento de Patrocínio. Ao se aproximar do republicanismo vigente, ele produzia contradições à sua própria imagem, mudando seu discurso para criticar uma organização que ele mesmo defendeu anos antes. De acordo com Gomes, a mudança na narrativa comprovava a ideia de que os republicanos buscavam evitar agitações populares antirrepublicanas e que a participação das massas seria prejudicial aos interesses.<sup>154</sup> Patrocínio se aproximou desses símbolos nesse primeiro momento republicano, criticando partidos que eram seus pares e ajudando a extinguir a Guarda Negra, que ele ajudou a construir, mas que se desintegrou nos anos seguintes. Por isso, pensar um jornal dirigido por um jornalista contraditório e confuso a seus contemporâneos, e também aos historiadores posteriores a ele, exige um trabalho historiográfico que ofereça cenários capazes de apontar seus motivos ou, ao menos, criar hipóteses sobre suas motivações ao produzir projetos de nação.

A visão sobre os capoeiras já era bastante deturpada dentro do jornal antes mesmo do republicanismo de Patrocínio. Ainda em 6 de março de 1888, encontra-se a notícia de que os capoeiras são fontes de “desordens e perturbações da cidade”.<sup>155</sup> Não era uma novidade entender os capoeiras – alguns deles integrantes da Guarda Negra – como uma classe perigosa para o bem estar da monarquia ou da República. A interpretação de que o capoeirismo era perigoso tinha raiz racista, fato demonstrado pela repressão contra a prática e projetos de extinção que se consolidaram após o 15 de novembro de 1889. Patrocínio parecia ceder para se adequar as demandas republicanas. Havia ainda uma moral tradicionalista, que fazia com que mesmo abolicionistas enxergassem os capoeiras como uma ameaça à segurança popular e não uma expressão de cidadania e luta por liberdade. Leitura essa que já estava sendo lapidada já em 1888, antes da proclamação da República e do 13 de maio, pois a raiz da repressão apontada está no contexto da escravidão. Pensando nisso, ainda sobre a Guarda Negra Patrocínio afirma:

A raça que fez pelo trabalho a riqueza pública, a raça que tem tido sempre os maiores encargos da nossa sociedade, desde o cativo até as fileiras rasas da

---

<sup>153</sup> GOMES, 1991, Op. Cit., p. 88.

<sup>154</sup> *Ibidem*.

<sup>155</sup> *Cidade do Rio*, 6 de março de 1888.

batalha, não teve ainda o quinhão de instrução, que lhe devia tocar na partilha equitativa dos direitos sociais [...] Massa de homens de cor instruídos não tendo senão acidentalmente contato com seus irmãos, acontece que a maioria fica muitas vezes à mercê das conspirações de interesses de indivíduos, que, e dizendo amigos dos negros, se aproveitam da coragem e abnegação deles. [...] Homem de cor, apelo para aqueles a quem dei em dedicação toda a minha mocidade, e todo o meu coração [...] É necessário que todos os homens de cor mais instruídos se consagrem a propaganda humanitária de esclarecer a seus irmãos, a quem o cativo roubou a noção da vida social. [...] Urge convencer aos nossos desditosos irmãos de que eles vão ser dentro em pouco condenados a um cativo ainda pior do que o de ontem, o ódio público<sup>156</sup>.

No trecho acima, observa-se que as afirmações de Patrocínio constituem um discurso que buscava pacificar a república, explicitando o desejo por um acordo, entre a população recém-liberta e o republicanismo, que pudesse cessar os conflitos. Patrocínio se adequava a um movimento abolicionista familiar à época, que punha a instrução para a população negra como chave principal para o fim do cativo social. Ele o fazia através de um discurso positivista, que daria aos recém-libertos, condições para a plena cidadania. Isto ancorado em algo que seria pior que o próprio cativo, de acordo com o Patrocínio: “ódio público”.

O termo “ódio público”, a que Patrocínio se refere, pode ser uma citação ao racismo violento - agora republicano - que poderia ser produzido com outra roupagem que não a do cativo, mas transferido em outra perspectiva. Perspectiva essa de que, se não houvesse instrução correta para os “homens de cor” e o apaziguamento das lutas como a da Guarda Negra, as mazelas da herança escravista continuariam por séculos. Patrocínio aponta para um futuro em que os populares negros teriam que enfrentar algo pior que a escravidão.

Entretanto, o que poderia ser pior que o trabalho obrigatório sem remuneração naquele contexto? O escritor enunciava seu receio quanto ao futuro incerto da república, igualando-se a boa parte da população recém-liberta, que também não sabia o que esperar da República. Mas, ao contrário de alguns que entendiam a luta nas ruas como única ou principal saída, Patrocínio julgava que a conciliação de classes poderia ser uma resposta para o contexto agitado do início da década de 1890. Não é exagero afirmar que ele abre mão de alguns ideais para produzir uma ideia de sociedade pacificada para a república instituída. O jornalista propõe que a população faça suas escolhas e afirma: "reconheço aos homens de cor o direito de pensar como lhes aprouver politicamente [...]"<sup>157</sup>. No entanto, não abre mão do desejo de produzir uma sociedade que pensasse como ele e seus pares.

<sup>156</sup> *Cidade do Rio*, 15 de julho de 1889.

<sup>157</sup> *Ibidem*.

Gomes afirma que Patrocínio parece se alinhar à Ruy Barbosa, um dos mais criticados pelo literato, tendo sido chamado de “mártir imaginário” pelo jornalista<sup>158</sup> que o considerava um republicano que sentia-se mais importante do que realmente era para o Brasil. Sendo assim, um dos possíveis entendimentos para tal posicionamento é que Patrocínio poderia estar negociando suas crenças e partidarismos, em nome de um projeto republicano que ele acreditava que, de forma integral ou parcial, poderia oferecer resoluções as questões que achava importante para a população negra para a República. Estas soluções deveriam vir de acordo com os modos idealizados em escritos publicados em seu periódico. Entretanto, os discursos serão diversos, juntamente das inúmeras organizações que vão se construir a partir de suas próprias demandas. E se elas são diversas, qual a forma de pensar dos colunistas da folha que são dirigidos por Patrocínio? Como o impresso colabora na construção de projetos de nação para a população negra?

## 2.1. República e negritude

A temática racial se torna central para ler o *Cidade do Rio* na época republicana. Um das formas em que a questão aparece na imprensa é a partir da literatura, mais especificamente nos folhetins e contos, comuns na maioria dos jornais do Brasil do oitocentos. Literatos como Machado de Assis, Luiz Murat, Joaquim Nabuco, André Rebouças e outros serão uma referência para pensar as narrativas dentro do periódico.

Um conto e um folhetim, escritos em datas diferentes, ajudam a desbravar as questões propostas. A primeira é do colunista que assina como “Zé dos Anões” que escreve um texto com o título “Conto do Vigário”. A história se inicia com dois homens de origem rural, chegando de trem ao Rio de Janeiro e ajuda a explicitar os discursos presentes na época sobre cidadania e liberdade pautadas pela imprensa de Patrocínio, conforme apontado anteriormente. A narrativa começa contando sobre um “homem da roça” – substantivo usado pelo autor da coluna – que chega a cidade do Rio de Janeiro, junto de outros de mesma origem, com uma possível “grande sorte” logo em seu primeiro dia na cidade:

Diversos deles embarcavam em bondinhos da rua direita, exceto um, que não tomara nenhum bonde, e ficara parado à esquina do Quartel, espiando os bondes que passavam. O bom do roceiro pusera-se a andar em direção à Intendência Municipal, seguindo como consensualmente os passos de um indivíduo esgrouviado, também com ares de roceiro, e sem repararem em dois sujeitos que o seguiam de perto, com olhares oblíquos por baixo das abas dos chapéus. Foi então que deu-se esse incidente: o homem da frente deixara escorregar do bolso falso do paletó um bem feito embrulho, cuidadosamente amarrado, e com este rotulo em letras muito gordas: "dois contos de réis" [...] Estacou o roceiro diante de tão grossa "maquia" que tiveram o cuidado de

<sup>158</sup> *Cidade do Rio*, 21 de julho de 1890.

apanhar e guardar, sem grande constrangimento: e, julgando certamente desacertado continuar a seguir de perto um indivíduo que caminhava agora muito mais leve do que ele, não só deixou imediatamente de acompanhá-lo, mas voltou-lhe as costas e começou a andar pra trás... Foi caipora, porém, porque logo dois indivíduos o cercaram dizendo - Nós também somos filhos de Deus.<sup>159</sup>

A história continua narrando que, após andar pela cidade, os dois homens, que agora acompanhavam o rapaz chegado do interior, se apoderaram do embrulho de dois contos de réis e, em seguida, avistam o verdadeiro dono do pacote procurando seu objeto perdido. "No parque não havia ninguém, olharam para traz, por entre o gradil, e viram o homem esgrouviado procurando o embrulho sobre a relva *onde foi proclamada a República*. [...]". O grifo destacado em itálico colabora no entendimento de que esse espaço é um local de evidência no conto, pois deixa pistas de possíveis interpretações da narrativa pretendida. É um lugar de expectativa, que metaforicamente pode fazer parte da interpretação sobre o contexto histórico de esperanças republicanas. O autor continua: "Avançaram para o interior do Parque; mas não tinham andado muito, quando viram que o sujeito alto lhes seguia as pegadas...". O personagem protagonista, que inicia a história, acaba despistando os outros dois que o haviam cercado, logo após o furto do pacote. Entretanto, mal sabia ele que também havia sido enganado pelos companheiros que se apoderaram do artefato e o trocaram sem seu consentimento:

[...] quase não cabia em si de contente o bom do homem, por haver escapado dos outros, enganando-os; e apertava com amor os dois contos de réis, isto é, o embrulho, contra as contê-las, bem junto do coração. [...] Aqui, depois de acantear-se comodamente no lugar mais sombrio da casa, foi mandando vir alguma coisa: Vinho de madeira, doces, marmeladas, etc. Pois sentia-se com apetite. Serviram-no bem, graças a deus, e depois de bem servido, quisera ainda queijo, talvez para esquecer do homem esgrouviado<sup>160</sup>.

Este contexto final pode ajudar a analisar o conto dentro de seu contexto histórico, em 7 de outubro de 1890, no período da recente república, que ainda estava por se desdobrar em diversas camadas. República essa que, assim como retratado no conto, tinha seu início em um golpe. No início da narrativa, é possível perceber que o homem recém-chegado do contexto ruralista para um grande centro parece ter feito um bom negócio ao pegar o pacote: "[...] não podia agora esquecer-se do embrulho, e pudera-se". Na parte final da narrativa, é possível identificar elementos que podem servir na interpretação do conto a partir da temática de cidadania, liberdade e memória. Pois o personagem principal que chega da área rural é um provável cidadão preto, pois a população negra era a

<sup>159</sup> *Cidade do Rio*, 7 de outubro de 1890.

<sup>160</sup> *Ibidem*.

principal mão de obra da época nas grandes fazendas de 1890. Diversos ex-escravizados chegam ao Rio de Janeiro buscando uma oportunidade dentro do contexto republicano, conforme é possível perceber no trabalho de Lúcia Helena Oliveira Silva, que versa sobre processos emigratórios de recém-libertos para a capital do país na época<sup>161</sup>. O pacote se torna uma grande “oportunidade” de mudança ou de uma leve esperança “e pudera-se”!

O trabalho de Lúcia Helena Oliveira Silva aponta que, na cidade do Rio de Janeiro, entre os anos de 1880 e 1920, há uma grande presença de migrantes negros e que esse fluxo se manteve constante após a abolição.<sup>162</sup> Essa elaboração de vivências produziu diversas agitações nas ruas durante o período. Nesse sentido, Silva afirma que a partir de 1890, começam a instalar-se mais leis de caráter restritivo que criaram contextos de exceção da polícia carioca<sup>163</sup>. Entretanto, é possível perceber que a atuação repressiva da polícia não conseguia controlar a presença dos negros, embora ela seguisse buscando cerceá-los à força<sup>164</sup>. Neste contexto, o “Conto do Vigário” toma ainda mais corpo ao elaborar a descrição do personagem como um homem preto que buscava formas de sobreviver em uma nova localidade. Perceber a movimentação da população a partir da literatura é também uma chave para enxergar o republicanismo como um movimento político que colocava em pauta a dignidade dos novos cidadãos. No caso do homem da roça, podemos observar a descrição de um cidadão buscando condições de vida em uma cidade, que a despeito de toda sorte, daria uma vida mais digna a ele.

O item representado na história pode servir como metáfora para o discurso republicano da época, que parecia bastante promissor tendo em vista o contexto político, sendo inclusive defendido por José do Patrocínio em alguma medida, como apontado anteriormente – diga-se de passagem, uma defesa do republicanismo, e não do governo de Deodoro da Fonseca vigente no ano. Entretanto, ainda assim, se tratava de um “pacote” advindo de um “golpe” mesmo que com disfarce de democrata. A história intitulada “O conto do Vigário” termina com a cena do personagem principal abrindo o pacote:

A primeira capa era de papel branco: tirou-a e viu outra capa de papel azul. Ficou branco. Tirou a capa de papel azul e viu mais outra de papel pardo. Ficou roxo. Tirou a capa de papel pardo, e descobriu ainda mais outra de papel vermelho. Ficou rubro. Tirou a capa de papel vermelho e maldito embrulho! Restava-lhe ainda uma de papel cor de tijolo. Ficou queimado<sup>165</sup>.

<sup>161</sup> SILVA, Lúcia Helena Oliveira. **Paulistas afrodescendentes no Rio de Janeiro pós-Abolição (1888-1926)**. São Paulo: Humanitas, 2016.

<sup>162</sup> Ibidem, p. 119.

<sup>163</sup> Ibidem, p. 129.

<sup>164</sup> Ibidem, p. 129

<sup>165</sup> *Cidade do Rio*, 7 de outubro de 1890.

O final da história oferece diversas possibilidades de interpretação e uma delas é a de que “O Conto do Vigário” já começa a ser entendido como parte da narrativa “vigarista” da república. O que é possível perceber a partir da construção da narrativa que coloca a Praça da República como o local em que o dono do pacote busca reencontrar seus ganhos e algum tipo de “oportunidade única”, compartilhada entre todos os personagens. Entretanto, acaba se tornando uma grande enganação para quem se apegou àquele “símbolo republicano” de forma tão esperançosa. O colunista encerra a História narrando que:

Disseram-lhe que se queixasse à polícia: deviam ter-lhe dito que se queixassem ao bispo... que é o que eu digo aos amáveis leitores que tiverem a ingenuidade de acreditar neste "conto do vigário" e noutros que porventura impinja neste lugar, as terças feiras, com o fim somente de roubar-lhes o tempo, e o cobre: com o fim de embrulhara-los... a semelhança do que os três gajos fizeram ao homem da roça que por sua vez embrulhou o dono do queijo<sup>166</sup>.

Há aqui um movimento interessante do escritor que traz o sentimento de “enganação” como parte do conto, trazendo-o inclusive ao leitor que se envolveu no conto, na tentativa de “confundir” as ideias, enganar, golpear. A relevância desta narrativa se dá no entendimento de que a recém-proclamada República ainda poderia ser um grande e vazio pacote de embrulhos, decepcionando quem esperasse por um “grande tesouro”. No caso do homem da roça, provável popular preto, a República se tornou um “pacote” de mentiras amargas e que teria uma continuidade sem fim de vigarices. De modo que uma enganação levaria à outra e o republicanismo tornava-se uma grande incógnita para os libertos e, posteriormente uma certeza de golpe, que enganaria a todos os envolvidos, mesmo que inocentes, como no caso do dono do queijo que terá o prejuízo advindo do não-pagamento da conta do homem da roça.

A possibilidade do “conto do vigário” se tornar uma regra para os cidadãos pretos à época ajuda a perceber a memória como uma importante ferramenta na construção de narrativas. Uma vez que a República se iniciava no fim do século como uma questão para os populares e uma certeza para as classes senhoriais. Havia diversos discursos que buscavam fazer com que a República não se tornasse um “conto do vigário”, mas que a transformaria em um campo de disputa por direitos e cidadanias garantidas, como no caso da Guarda Negra. A defesa dos colunistas do *Cidade do Rio* também passa por essa máxima, pois seus discursos buscavam lugares para si mesmos, na busca de subsidiar a História futura com um conteúdo que desviasse da lógica vigarista que os Republicanos poderiam dar à época. O que estava em jogo, no contexto do conto, era demonstrar, a

---

<sup>166</sup> Ibidem.

partir da narrativa, que a República estava fadada ao fracasso em todos os cenários.

Sendo assim, tais fontes servem como um ponto de partida para pensar cidadania na história contemporânea. Para o campo historiográfico, cultivar essas autoafirmações e questionamentos do contexto histórico a partir das interpretações da literatura é demonstrar como as opiniões e memórias precisam ser revisitadas. Sobretudo dentro de narrativas que foram feitas no passado por negros e negras, que lutaram por suas cidadanias, apontando para um futuro em que suas digitais seriam relevantes para entender o presente que se desdobraria.

Por isso, o pós-abolição se torna um campo de disputa no passado e no presente. Ao olhar para a década de 1890 a partir da fonte impressa é possível compreender que José do Patrocínio e seus pares buscavam lutar por um lugar na recém-declarada república, construído a partir de suas próprias versões de cidadania e liberdade, distantes de golpes de esperteza. Por isso, este se torna um campo de lutas, pois haviam sujeitos históricos que estavam participando ativamente da construção de um país que não fosse baseado em um “conto do vigário”, mas que fosse enraizado em demandas reais e honestas sobre suas realidades. As memórias deveriam ser acordadas dentro das tratativas dos jornalistas da folha, reafirmando assim seus lugares no Brasil pós-abolicionista.

Outra janela que o conto oferece é a percepção dos diferentes posicionamentos dentro do mesmo jornal. Nesse contexto, conforme visto anteriormente, Patrocínio já se adequava às defesas republicanas. No entanto, o jornal afirmava que havia diferentes opiniões, de diferentes pessoas, dentro do periódico e que tal característica era bem vinda. Em uma polêmica envolvendo o jornal *Gazeta*, é possível encontrar críticas às colunas de opinião do *Cidade do Rio* e seus escritores. No periódico de Patrocínio a máxima é de que só poderá haver interesse dos leitores nas colunas da folha se os autores tiverem plena liberdade para escrever dentro do jornal<sup>167</sup>. Sendo assim, o editorial oferece margem para a interpretação de que pode haver divergências dentro do noticiário, pois poderiam usar a liberdade concedida para escrever sobre o que decidissem. Esse posicionamento fica explícito em outros momentos e explicam “O Conto do Vigário” ser narrado da forma como é, mesmo que possa vir a ser interpretado como um contraponto ao que o editor-chefe defendia na época.

Por exemplo, no ano de 1899, há um episódio em que um dos colunistas produz uma opinião em uma das colunas da folha, que gerou uma grande polêmica. Durante a pesquisa não foi possível identificar a qual coluna exatamente o diretor do jornal se referia quando

---

<sup>167</sup> *Cidade do Rio*, 7 de agosto de 1889.

decidiu por desligar o Sr. Dr. Urbano Neves por ter escrito da forma como fez, mas o ponto que produz interesse é pensar a dita “liberdade de escrita” que supostamente existia dentro da redação. Patrocínio, sobre o ocorrido afirmou:

[...] o autorizei a fazer a publicação infamante que me obrigou a dispensá-lo da Cidade do Rio. É ter sangue frio somente assim quem é capaz de dar curso às mais baixas torpezas. Não quero descer a retaliações: o pessoal da Cidade do Rio é testemunho de que o Sr. Dr. Urbano Neves não me consultou, e isto disse ao gerente da folha que o aconselhou a não dar publicidade a artigo que não estivesse no molde da folha.<sup>168</sup>

O episódio dimensiona que, a depender do tipo de publicação, como adiantado no primeiro capítulo, as liberdades de escrita poderiam ser reavaliadas ao não se adequarem às diretrizes do jornal. No “Conto do Vigário”, pode-se ter usado dessa liberdade para tratar de forma irônica, por meio das ferramentas da literatura, para criticar a República. Movimento esse que o próprio Patrocínio fará em diversos outros momentos para expandir suas opiniões que mesmo que republicanas, ainda assim críticas ao governo. Ele termina a situação com Urbano Neves dizendo que “[...] Na *Cidade do Rio* houve sempre inteira liberdade para os redatores, guardados os *limites que a direção* considera de seu direito traçar a folha, em nome da decência das conveniências sociais” (grifo meu)<sup>169</sup>. Ou seja, há uma liberdade de escrita, mas que não perpassa os *limites da direção*, expressão que poderia facilmente ser trocada por “*limites de Patrocínio*”. No caso de Urbano Neves, a polêmica continua, pois o escritor pede proteção da polícia, alegando que Patrocínio e outros indivíduos suspeitos estavam cercando sua moradia. A situação será parcialmente admitida por Patrocínio em uma coluna chamada “Caça a um covarde”, em que ele faz uma ressalva de que teria ido até a casa de Urbano na tentativa de buscar explicações, não de violentá-lo. Devido a essa situação, é possível perceber que Patrocínio precisou se dedicar a resolver a polêmica envolvendo seu editor agora demitido. De modo que a questão extrapolou os limites do jornal e o editor-chefe precisou traçar os limites da opinião emitida. Isto também enuncia a que ponto chegou a questão, sendo necessário o próprio Patrocínio buscar resolver o problema pessoalmente após um tempo sem ter colunas assinadas no periódico, dando a dimensão de que o ocorrido se agravou e precisou ser tratado às pressas.

Há um intervalo de quase dez anos entre o caso do “Conto do Vigário” e o de Urbano Neves, que possuem temáticas diferentes, mas se encontram na mesma folha e podem colaborar na compreensão das liberdades de escrita dentro do jornal. A hipótese é

<sup>168</sup> *Cidade do Rio*, 3 de janeiro de 1889.

<sup>169</sup> *Ibidem*.

de que aquilo que fugisse da alçada do jornal e pudesse se tornar uma questão pública, como no caso de Neves, deveria ser cuidado de perto por Patrocínio. Mas algumas opiniões que fossem de discordâncias pontuais poderiam usar da liberdade parcial a ser oferecida pela direção da folha.

Ou seja, o Conto do Vigário poderia ser um desses casos em que uma opinião supostamente diferente da de Patrocínio serviria para fazer coro à ideia de liberdade de produção dentro do jornal, desde que ela não fosse posteriormente contrária à direção. Por isso, há possibilidade de compreender o conto como uma janela de interpretação da folha sobre a época vivida, uma vez que ela reflete a opinião nebulosa dos editores, que entendiam a República como uma possível “vigarice”, sendo a folha palco para projetos diferentes dentro de um mesmo espaço. É possível também interpretar a escrita como uma crítica indireta ao posicionamento de Patrocínio, pois ele também poderia, como o homem do Conto do Vigário, estar se enganando com o “pacote de réis” encontrado, repleto de camadas a serem retiradas para encontrar algo com pouco ou nenhum valor.

Robert Darnton colabora na compreensão da organização de um jornal como o *Cidade do Rio*<sup>170</sup> e as contradições contidas em uma redação. Em *O beijo de Lamourette*, ao tratar sobre a imprensa do século XX e trazer sua experiência de trabalho no jornal The New York Times, o autor afirma que resguardadas as devidas proporções e lógicas do século XIX, práticas oitocentistas se repetiam na primeira metade do século XX. Darnton afirma que alterações profundas na estrutura de poder de um jornal afetam o estilo de redação dos repórteres, embora quem trabalhe em posição mais baixa não saiba exatamente o que se passa entre os editores e executivos. No contexto do “Conto do Vigário”, ainda, Patrocínio não havia sido censurado como ocorrerá em 1893, no governo de Deodoro da Fonseca. Mas antes mesmo disso ele já sabia que poderia exercer seus pequenos poderes dentro de seu empreendimento. Por isso, o autor defende que se entenda a maneira como os repórteres dos jornais trabalham, pois elas podem explicar muito do jornal.<sup>171</sup> Ou seja, a ação de Patrocínio em controlar as opiniões emitidas era óbvia, sendo ele dono da tipografia, mas o jornalista entra em contradição diante das afirmações de que dentro do *Cidade do Rio* os colunistas tinham liberdade para opinar.

No caso do jornal há dois momentos diferentes: um, em que há uma permissão da direção jornalística no caso do conto e outro, em que há uma censura direta, seja qual fosse o assunto. Sendo assim, Patrocínio buscava costurar um estilo de trabalho, que toma

---

<sup>170</sup> DARNTON, Robert. Jornalismo: toda notícia que couber a gente publica. In: **O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução**. São Paulo: Companhia das letras, 1990, p. 41-57.

<sup>171</sup> Ibidem.

forma em 1887, em seu início, e vai gerar o que se vê em 1899, com Urbano Neves. Darnton afirma que o contexto do trabalho modela o conteúdo da notícia, e as matérias também tomam forma sob a influência de técnicas que são herança da forma de contar história dentro de cada empreendimento jornalístico<sup>172</sup>. Ou seja, o jornal demonstra uma narrativa de liberdade que vai sendo moldada de acordo com a vontade de Patrocínio, que enquanto se dedicou com proximidade do seu negócio impresso pôde demandar mais de sua régua intelectual. Entretanto, essa vontade fogia de seu controle em alguns contextos, como é possível ver no caso de Neves.

Ainda no mesmo sentido, em 1897, há uma coluna que ajuda a compreender o argumento aqui desenvolvido. No governo de Prudente de Moraes, o jornal demonstrou, em diversos momentos, diferentes apoios e críticas ao presidente. Inicialmente houve uma reação dos escritores da folha em relação ao governo apoiado em uma república golpista. Porém, o tom das críticas se alteram com o passar do tempo, reflexo de uma produção de sujeitos históricos que vão se adequando aos seus contextos. O que inclusive o próprio editorial afirma sobre si:

[...] A Cidade do Rio nem sempre esteve de acordo, ou, melhor, combateu mesmo asperamente muitos atos do governo do honrado Sr. Prudente de Moraes. Nunca, porém, perdeu a esperança no homem sereno e bom, modesto e impertérito. Mais tarde, soube a Cidade do Rio que o presidente da constituinte estava gravemente enfermo, esta circunstância viu explicar-lhe o motivo de uns tantos desfalecimentos que a surpreendiam.

Talvez tivéssemos pedido demais a um governo, encarregado da tremenda liquidação da revolta; talvez nos houvéssimos apaixonado com as primeiras decepções e passássemos a julgar menos calmamente: é que fomos sinceros e molestamos o amigo venerando, fizemo-lo em nome da sua própria glória e dos sagrados interesses da República. Graças a Deus, nada pretendemos individualmente do governo e podemos dizer o que pensamos, sem pedir que nos agradeçam, sem esperar que nos compensem.<sup>173</sup>

O jornal busca manter-se controlado em suas críticas em março de 1897, pois é o período em que o Moraes se ausenta para tratar uma doença. O que é importante ressaltar, para entender as produções e opiniões do jornal, é que a folha se afirma diversas vezes enquanto corpo editorial e não pessoal de Patrocínio. Na coluna citada, o periódico começa com a observação de que a folha “nem sempre esteve de acordo”, ou seja, o corpo editorial buscava consolidar próprias percepções de mundo. Demonstrando, ainda, que a visão política da equipe por trás da folha está em construção dentro dos processos históricos, e vai se adequando conforme as narrativas vão se desdobrando.

Em uma nítida busca por um lugar nas discussões pautadas do final do século, o

---

<sup>172</sup> Ibidem, p. 58.

<sup>173</sup> *Cidade do Rio*, 4 de março de 1897.

impresso busca se isolar para defender sua própria identidade, ao afirmar por exemplo que são individuais, que falam o que pensam e sem esperar gratidão por isso. Nesse sentido, é possível perceber um corpo de escritores que busca se moldar de acordo com os interesses produzidos. Entretanto, na tentativa de adequação, há uma série de contradições que podem ser postas sob o jornal, que é um dos pontos de partida desta pesquisa. Porém, as próprias escritas na folha vão afirmar essa identidade como marca dorsal do mesmo:

Por isso mesmo parecemos contraditórios, quando só temos mantido na vida uma opinião: respeito aos governos dignos; guerra aos governos fracos ou indignos. A Cidade do Rio recebe o honrado Sr. Prudente de Moraes como uma família, que se julgou desamparada para sempre, e revê o chefe, são de corpo e de espírito, para fortalece-la com o seu exemplo.<sup>174</sup>

Ao se autoafirmar como “contraditórios”, os colaboradores do periódico se colocam em um campo difícil de definir, pois as contradições impedem de fazer com que se encaixe essa produção dentro de somente uma chave de análise. A própria existência da folha, enquanto parte das realidades que o envolvem, fazem com que sua duração de quase 15 anos formem um emaranhado de interpretações sobre o mesmo fato.

Obviamente, essa não é uma exclusividade da folha de Patrocínio, sendo uma tratativa que perpassa a imprensa oitocentista e até mesmo de séculos posteriores, como apontado por Darnton. Entretanto, é importante fazer essa demarcação para analisar o periódico como um produto de seu tempo, com contradições e opiniões que por vezes argumentam “contra si”. Nesse mesmo sentido, posteriormente, em 1900, o jornal volta a tocar na temática do governo de Prudente de Moraes em detrimento à imagem de Campos Salles, presidente no período. Na notícia se lê: “A *Cidade do Rio* não pertence, como não pertenceu jamais, a nenhum dos partidos políticos que ambicionam do poder público”<sup>175</sup>. Essa afirmação busca lançar luz à produção de autorelevância da organização para o contexto político, associando a imagem da mesma a Prudente de Moraes, em um momento em que Campos Salles era criticado nas colunas do periódico. Moraes gravou-se na história da vida política, de modo que “a Cidade do Rio deu o melhor dos seus esforços, toda a sua boa vontade, todas as suas energias, toda a sua dedicação; e das páginas da sua vida são essas as que considera de sua glória”<sup>176</sup>. Ao que é possível perceber desde o primeiro capítulo deste trabalho, a *Cidade do Rio* busca sempre tomar para si um chão que a consolidasse como uma grande organização para a época, fosse ela

---

<sup>174</sup> *Cidade do Rio*, 4 de março de 1897.

<sup>175</sup> *Ibidem*.

<sup>176</sup> *Ibidem*.

associada à imagem de Patrocínio ou na de presidentes eleitos.

As contradições são um reflexo de como o jornal gostaria de ser visto pelas lentes de seus leitores, ou seja, como uma organização conhecida por “irredutível a sua independência individual no modo de encarar os acontecimentos, no de pensar”<sup>177</sup>. Isso se refletia nas opiniões que eram publicadas no jornal, buscando atender a demanda principal da folha em ser, inicialmente, uma produção democrática em detrimento da república instaurada:

A seus colaboradores, encarregados do preparo das demais colunas da Cidade do Rio, não cabe corresponsabilidade imediata nas opiniões emitidas pelo seu diretor político - isso por mútuo acordo entre este e aqueles, e sem que isso possa importar no desfalecimento da solidariedade que entre os membros da mesma redação deve existir, sem quebra da harmonia de vista que entre todos deve reinar.<sup>178</sup>

Há uma tentativa desta fonte em afirmar que, mesmo que algumas colunas possam ir em desencontro as opiniões do editor-chefe, a “harmonia” entre todos deveria reinar como parte da característica solidariedade e democracia da folha. E, nessas contradições, o episódio com Urbano Neves produz ainda mais material para questionar tais colocações e compreender a fonte pesquisada como uma produção do século, tomada de suas contradições em seus materiais e posicionamentos.

Ainda nesse sentido, o periódico toca em questões diferentes por ser formado por pessoas diversas. Um dos tópicos sensíveis a Patrocínio residia justamente no tocante a população negra e as desigualdades que assolavam esse grupo. Como editor-chefe, esta é uma pauta que Patrocínio trouxe repetidas vezes. Após o 13 de maio de 1888, alguns historiadores como Humberto Fernandes Machadodefendem, há o encerramento de uma das suas principais lutas<sup>179</sup>. Entretanto, é possível dimensionar que a pauta inicial foi expandida para outras perspectivas que perpassam pela mesma temática, agora as condições de vida dos libertos. Tal perspectiva foi inserida nos diversos conteúdos no jornal com artigos sobre raça, cidadania e liberdade, conforme adiantado anteriormente no primeiro capítulo.

Na mesma linha de análise do “Conto do Vigário” é possível encontrar o suplemento literário trazendo temáticas pretas, como o caso do folhetim denominado “Noite de Núpcias”. Nele, é possível perceber algumas ideias que explicam as diversas possibilidades de existência e interpretação das populações negras e dos imigrantes. A

---

<sup>177</sup> *Cidade do Rio*, 4 de março de 1897

<sup>178</sup> *Ibidem*.

<sup>179</sup> Sobre o tema ver: MACHADO, Fernandes Humberto. **Palavras e Brados – José do Patrocínio e a imprensa abolicionista do Rio de Janeiro**. Niterói: Editora UFF, 2014.

história começa a aparecer na segunda página, em uma nova seção do jornal chamada “Cidade Nova”. O periódico define esse recurso jornalístico como uma segunda versão do periódico dentro do impresso, a ideia era que esta seria uma perspectiva humorística e irônica do contexto carioca brasileiro em referência a República que muitos diziam defender.<sup>180</sup> O folhetim, dividido em diversos números, começa contando a história de Gertrudes, uma portuguesa que vem para o Brasil como imigrante junto de seu sobrinho Augusto. Ao chegar no Rio de Janeiro, a imigrante se depara com uma grande cidade do começo dos anos 1880 e busca por uma ocupação remunerada<sup>181</sup>. Gertrudes então começa a trabalhar para uma família do centro da cidade, na casa de Madalena e do Sr. Albino Vieira, por 5 mil réis, “quantia essa que pareceu boa a mulher, uma verdadeira fortuna”<sup>182</sup>. Enquanto isso, Augusto seria “adotado” por um taverneiro chamado Domingos. O garoto havia sido contratado para trabalhar, porém acaba escravizado pelo “adotante” que agredia o sobrinho de Gertrudes. Cansado das violências sofridas, o menino foge para reencontrar-se com sua tia. Ao presenciar os ferimentos do Augusto, a tia indaga a si mesma: “Então era pra isso que ela tinha trazido para o Brasil o filho de sua adorada irmã?”<sup>183</sup>. A partir dessa constatação, ela o coloca para morar junto da família do Sr. Albino Vieira, onde ela já tinha estadia. A patroa Magdalena, se afeiçoa do garoto e investe em sua educação para leitura e escrita.

Em um dado momento, Augusto se vê envolvido em uma situação que revela algo importante na narrativa. Certo dia, Augusto vê o carteiro na porta e, com a curiosidade de criança, afirma na mesa de jantar que a mãe – era assim que ele já chamava a patroa de sua tia – enviava cartas para um desconhecido. Assim, o marido de Magdalena acaba por desconfiar de traições da esposa<sup>184</sup>. Neste contexto, Vieira quer expulsar Gertrudes e seu sobrinho ao descobrir que a criança era incumbida de levar cartas para o amante de Magdalena. Albino Vieira, de punhos cerrados, ameaçou os que estavam na mesa, deixando todos assustados com a cena:

Augusto Severo, mais espantado ainda, levantou-se também e correu para Magdalena, abraçando-a.

- Papai! Não mate mamãe! Não mate mamãe! Gritou ele.

A tia Gertrudes, ao ouvir esses gritos, veio apressadamente da cozinha, mangas arregaçadas, saber o que acontecera.

Tudo para fora e já! Bradou o Albino! Sucla de Alcoviteiros! Recebi-

<sup>180</sup> *Cidade do Rio*, 6 de novembro de 1897.

<sup>181</sup> *Cidade do Rio*, 6 de abril de 1898.

<sup>182</sup> *Cidade do Rio*, 7 de abril de 1898.

<sup>183</sup> *Cidade do Rio*, 11 de abril de 1898.

<sup>184</sup> *Ibidem*.

os tão bem na minha casa e pagam-me auxiliando a sem vergonha dessa miserável que...

Magdalena ergueu-se. O seu olhar agora tinha lampejos sinistros de um relâmpago em noite de tempestade.

- Não vão para a rua porque não deixo e não quero! Exclamou ela, retendo nos braços Augusto. Severo responde

- Miserável! Depois da traição, a insolência! Eis a mulher mais desgraçada, mais baixa que tenho conhecido! Não sei onde estou que não te agarre pela garganta!

- Se és capaz, faze!<sup>185</sup>

Neste processo, ao serem expulsos da casa de Vieira, a esposa Magdalena apoiará financeiramente um lugar para Gertrudes e seu sobrinho morarem, onde a tia de Augusto vai inclusive abrir um comércio. Uma vez que a “bela Magdalena, esposa do Albino Vieira e antiga amante do Barão de Louzada, tinha influído para a que a tia Gertrudes a tanto se arriscasse”.<sup>186</sup> Anos depois, no decorrer da narrativa, Augusto se envolve amorosamente com a patroa de sua tia, que passou a fazer visitas corriqueiras depois de alguns anos afastada de Augusto e Gertrudes. O marido de Magdalena, já desconfiado das anteriores traições da esposa, acaba descobrindo mais uma deslealdade da esposa por um bilhete deixado em sua residência, agora em um contexto ainda mais caótico. A traição teria sido consumada com aquele que havia feito estadia em sua casa anos antes. Nos acontecidos do folhetim, Albino Vieira flagra os dois personagens em traição e os dois homens entram em um embate que faz com que Augusto vá para a cadeia prestar depoimento. O que se sabe é que Augusto é fruto de um contexto de busca por sobrevivência. Teria inclusive mudado de nome para Silva Tristão, após ser enquadrado na polícia pela luta corporal com Vieira, na tentativa de reconstruir sua própria história depois da morte da Tia<sup>187</sup>. O contexto de expulsão dos dois imigrantes demonstra a fragilidade do contrato social que a população branca buscava ter com os que lhes eram “estranhos”, ainda que estes fossem “quase da família”, dada a percepção de que Augusto já chamava o casal de “mãe” e “pai”.

A narrativa muda de contexto e passa a contar a história de Júlia, uma mulher que gostava de ler romances de Coelho Netto, Olavo Bilac e outros. Sendo um dos seus livros preferidos o de Aluísio Azevedo e seu romance *O Mulato*. Ao ler a história contada por Azevedo, Júlia ficava com raiva do preconceito de raça sofrido pelo personagem protagonista. A leitora era uma abolicionista de coração, que não tolerava quem também não o fosse. Tinha uma forte ligação com a imprensa e um dos seus objetivos principais era se casar. A partir deste ponto Júlia assume como personagem principal do folhetim,

<sup>185</sup> *Cidade do Rio*, 12 de abril de 1898.

<sup>186</sup> *Cidade do Rio*, 13 de abril de 1898.

<sup>187</sup> *Cidade do Rio*, 23 de abril de 1898.

tendo como enredo sua busca por um marido. Adiantando o final da História, Júlia acaba por se casar com Augusto – os caminhos do sobrinho de Gertrudes e a abolicionista se cruzam e os dois acabam por firmarem casamento. Mas outras figuras aparecem na narrativa. Antes de chegar neste ponto do folhetim, é apresentado ao leitor o irmão de Júlia chamado de Chiquinho, morador de Curitiba, que estava de viagem e voltava para o Rio de Janeiro na virada da monarquia para a República para visitar sua mãe e irmã. Nesse contexto, Júlia estava procurando um parceiro para casar-se e o irmão leva uma série de homens para conhece-la com intenção matrimonial. Muitos se interessam por Júlia, mas algumas divergências impedem a união com alguns parceiros, como o fato de um deles ser republicano e a mãe de Júlia seguir a vertente monarquista<sup>188</sup>.

Dado o contexto republicano, o autor do folhetim começa a desenvolver a cena de uma segunda visita de Chiquinho, mas agora com sua esposa e uma “criada” “mulata”, de nome Clara. Em uma de suas saídas com alguns amigos, ao voltar para casa, Chiquinho encontra a “mulata” conversando com um “esbrocha” dentro da casa de sua mãe e o mesmo ameaça o homem, que responde com golpes de capoeira:

Trouxe consigo do Paraná uma criada – mulata de seus vinte e cinco anos, cheia de corpo, fisionomia grosseira. Certa noite quando voltavam do teatro, mais cedo do que de costume, por incômodos de D. Francisca, encontraram a porta da rua aberta. Ficaram surpreendidos com aquilo. Seria possível que a Clara (Assim que se chamava a mulata) adormecesse esquecendo-se de fechar a porta?

O Chiquinho entrou na frente, passos.

Qual foi o seu espanto quando ao chegar à sala de jantar encontrou em companhia de Clara um esbrocha, ambos sentados a conversar sossegadamente.

A vista de Chiquinho a mulata fugiu para a cozinha.

O cabrocha levantou-se

- O que está fazendo aqui a essas horas? Perguntou-lhe Chiquinho: quem é o senhor que entrou em cerimônia em minha casa.<sup>189</sup>

Chiquinho, como republicano “valente”, lança o revólver e os dois começam a lutar com golpes de capoeiragem. Chega a polícia, a vizinhança acorda, e o homem é preso no meio da confusão<sup>190</sup>. Neste momento, a narrativa começa a desembocar em uma situação parecida com a vivida por Gertrudes junto com Augusto quando são expulsos da casa de Albino Vieira e Magdalena. A “mulata” envolvida na situação é surpreendida pela mãe de Júlia e Chiquinho, que decide então resolver a situação com Clara:

D. Francisca, por sua conta e risco, sem consultar ninguém, foi a cozinha,

<sup>188</sup> *Cidade do Rio*, 14 de junho de 1898

<sup>189</sup> *Cidade do Rio*, 4 de julho de 1898.

<sup>190</sup> *Cidade do Rio*, 2 de julho de 1898.

onde encontrou Clara ancorada no canto do fogão e botou-a pela porta fora.

- Sai, peste! Para a rua, sem vergonha! Sem demora! [...] Quando Chiquinho chegou, D. Francisca contou-lhe o que havia feito.

- Foi pouco, mamãe; a senhora devia dar-lhe uma porção de cachações<sup>191</sup>.

É importante lembrar que a narrativa do folhetim começa contando a história de uma trabalhadora imigrante, tia daquele que futuramente seria genro de Francisca. Gertrudes tinha as mesmas funções que Clara, a “mulata” escravizada por Chiquinho. Entretanto, há uma diferença entre as duas mulheres: Gertrudes recebe um apoio financeiro de Magdalena para se reestabelecer após ser expulsa por Albino Vieira, o que não ocorre com Clara. Ela é expulsa de seu lugar de convivência comum, no Rio de Janeiro, em um lugar certamente desconhecido por ela, pois vinham de viagem de Curitiba. As chances de aquela ser uma cidade excluída do conhecimento dela são altas, o que torna seu contexto ainda mais sensível, sendo também necessário que ela tivesse algum tipo de apoio financeiro de sua rede de trabalho para reconstruir sua nova vida forçadamente, agora, carioca.

Há aqui uma diferença no tratamento de duas representantes de populações empobrecidas, que são tratadas de forma desigual uma da outra em seus problemas relacionados ao trabalho e cidadania. No caso de Gertrudes, ela de alguma forma é amparada por alguém para dar continuidade a sua vida no Brasil. No caso de Clara, qual é destino da mesma? Para onde ela se dirige? Qual o desenrolar da história dessa mulher que em alguma medida se aproxima da vivência de Gertrudes? São duas mulheres que tem trabalhos parecidos, mas que não são auxiliadas da mesma forma.

Os personagens representam o contexto político da década de 1890, marcada pelas diversas divergências políticas. No caso da família de Júlia, ela era abolicionista e tinha dificuldades com quem não o fosse. Seu irmão era republicano e sua mãe monarquista. O romance retrata bem o embate entre as diferentes posições políticas, que buscavam angariar cada vez mais aliados.

O romance termina com o casamento de Júlia e Augusto Tristão, agora chamado de Comendador. Uma abolicionista casada com um imigrante. Na noite de núpcias – momento que dá título ao conto – tão esperada por Júlia, Augusto desdenha de sua companheira. Júlia se prepara para ter seu sonhado momento íntimo com seu parceiro e buscava convencê-lo a se entregar aos desejos nupciais.

“- Meu Maridinho! – Sim, Dizes muito bem. Teu Maridinho! Para a vida e para

---

<sup>191</sup> *Cidade do Rio*, 4 de julho de 1898.

a morte”.<sup>192</sup> Ao que parece, a narrativa se desdobraria em uma linda noite de celebração do casamento. Entretanto, “o Comendador abriu a gaveta da mesinha da cabeceira e tirou um barrete de lã que enfiou na cabeça. Julia achou aquilo muito prosaico”. Assim, o Comendador prosseguia: “Não estranhes coisa alguma. Vamos dormir. – Dormir? – Dormir, sim. [...] - Dormir, Augusto? Inqueriu com uma espécie de revolta da carne contra aquela indiferença do marido”<sup>193</sup>. Em seguida, Augusto, agora Comendador, soprou a vela e voltou as costas à Júlia. “O silêncio que reinava foi quebrado por um som estranho semelhante ao ronco longínquo de um trovão. Depois outro som, de natureza diversa, monótono, contínuo, começou a se ouvir. O comendador dormia e dormindo roncava”<sup>194</sup>. Nesse contexto, Júlia parece assustada com o futuro, pois esperava muito mais da noite e de seu companheiro:

Atônita com o que vira e ouvira, Julia sacudiu o marido violentamente. Augusto Severo não de acordo [...] ergueu-se, saltou da cama, riscou um fósforo e acendeu a vela [...] quem a visse então, desconheceria por certo a formosa e meiga morena, cuja história em pálidos traços temos aqui descrito. [...] mirou-se no cristal polido. Rápida, desprende a camisa dos ombros e uma nuvem de rendas e de sedas caía a seus pés. Os seus cabelos, negros, luzentes flutuavam sobre as suas espadas... Nua, inteiramente nua... [...] um suspiro profundo saiu do seu peito.

- Bela noite de núpcias, murmurou ela.

- Quanto tempo a levou a contemplação da própria imagem não sabemos dize-lo. Meia hora talvez...

Uma inspiração veio de repente [...] - Tentemos um último esforço! [...] Aproximou-se do marido e sacudi-o por diversas vezes.

Augusto Severo acordou, e estremunhado encarou-a.

- Que queres? Perguntou.

- O que quero. O que quero? Ainda perguntas, Augusto? Soluçou a morena.

O comendador fitou-a e vendo-a nua disse-lhe com interesse:

- Veste-te, menina! Podes apanhar uma constipação.

Júlia, ao receber este segundo insulto, disse-lhe apenas: - Burro! Besta! Dorme, animal! E saiu desesperadamente do quarto.<sup>195</sup>

A história termina com um epílogo, que se dirige aos possíveis leitores do jornal que teriam prolongado conversas sobre o folhetim nos encontros na Rua do Ouvidor, e resumia a narrativa. Por fim, Júlia teria fugido com um homem chamado “Rivadavia”, sendo este nome de um deputado federal da época. O folhetim não pode ser deixado de ler como um artigo de luxo na compreensão política da República. Em primeiro plano porque ele está em uma seção relativamente nova na folha, que busca ser “humorística” em um sentido irônico. Mas sobretudo porque, antes, já havia sido adiantado pelo editorial

<sup>192</sup> *Cidade do Rio*, 8 de julho de 1898.

<sup>193</sup> *Ibidem*.

<sup>194</sup> *Ibidem*.

<sup>195</sup> *Cidade do Rio*, 9 de julho de 1898.

que esse espaço na folha seria dedicado a pensar as governanças republicanas. Ou seja, é um folhetim tomado de posicionamentos a partir desta lógica, que exige o esforço atento de análise.

No caso, é possível perceber algumas aproximações entre três personagens femininas. Júlia, representando o abolicionismo; Gertrudes, representando a classe imigrante; e Clara, retratando a perspectiva de uma população negra recém-liberta. Há uma possível análise que é o fato de que essas três mulheres foram abandonadas, rejeitadas, expulsas de seus espaços comuns. No caso de Júlia, é possível ver que ela foi menosprezada por diversos pretendentes e, inclusive, por seu marido na noite de núpcias. Gertrudes foi expulsa de seu lugar de moradia por algo que ela não tinha se quer se envolvido diretamente. E Clara foi também repudiada por sua atitude de liberdade, de se permitir socializar com pessoas de fora da família que possivelmente a escravizava, mesmo após o 13 de maio de 1888.

Além das três personagens da história que estão diretamente ligadas a perspectiva de escravidão, abolicionismo ou imigração, há também a narrativa de Magdalena, esposa de Vieira no começo do folhetim. Diferentes das outras personagens, ela faz parte da elite financeira do Brasil, mas ela tinha algo em comum com as outras mulheres: todas buscavam liberdade. No caso de Magdalena, a liberdade de poder se relacionar afetivamente. É perceptível, então, a preocupação da sessão em falar sobre liberdade em diversos planos. Júlia tem uma preocupação inicial com a abolição, mas que não é um pensamento republicano, representado por Chiquinho, que demonstra isso inclusive por ter uma escravizada no seu leito familiar, representando a classe republicana que buscava liberdade para si, mas não se preocupava em oferecer indenização para os escravizados. Pelo contrário, entendiam que eles é que mereciam indenização para continuar reproduzindo seus ganhos livremente.

Júlia, ao buscar a felicidade republicana a partir de uma união estável, acaba por ser renegada na principal noite das cerimônias de casamento do século XIX, a prometida noite de núpcias. É possível aqui aproximar essa análise pois a República também prometia uma série de liberdades pautadas no início da década, com diferentes projetos que prometiam uma liberdade plena. Entretanto, essa liberdade alcançada no 15 de novembro de 1889, a provável “Noite de Núpcias” entre os ideais abolicionistas e republicanos, não se concretizou. Pelo contrário, o abolicionismo foi sufocado em suas demandas e precisou se esforçar para se manter no plano político.

Enquanto isso, Gertrudes, apoiada na perspectiva de uma vida melhor no Brasil, representa uma classe de pessoas que receberam apoio financeiro e social para criarem

raízes no Brasil, inclusive financeiramente e com suas respectivas famílias. Gertrudes, com a “indenização” branca que recebe de sua patroa, consegue se estabelecer no Brasil e morrer em boas condições, sobretudo se comparada à realidade da personagem Clara, por exemplo. A tia do Comendador deixa boas quantias para que Augusto tivesse plena cidadania no Brasil após sua morte. Num claro exemplo de como os imigrantes foram convidados a permanecer, para embranquecer um país que se negava preto e afrodescendente. No jornal, há uma ilustração em 1901, alguns anos após a publicação do folhetim, que soma nas reflexões sobre a narrativa. O título do desenho é “Cosmorama – A imprensa de arribação”.

Figura 6 – “Cosmorama – A imprensa de arribação”.



Fonte: Cidade do Rio, 16 de agosto de 1901. Hemeroteca digital.

Na legenda, se lê: “RECEMCHEGADA – Uma velha ovarina, que, não podendo mais carregar carvão ou vender peixe na terra, emigra à procura de trabalho, humilde e bonacheirona. INSTALADA – Uma mulher da vida, que recebe na pena e no lápis com a mesma facilidade, a descompostura das janelleiras de officio das ruas.” Aqui, é possível perceber a visão da época sobre as diferenças com que eram tratados aqueles que imigraram para o Brasil no século XIX. No caso da ilustração, a senhora torna-se alguém com roupas simbolicamente ligadas à classes mais altas do que quando chega ao país, desfrutando de uma casa com boas condições e em uma posição de “descanso”, ou apenas de observação, em contrapartida a perspectiva de trabalho inicial do lado esquerdo.

No folhetim, as condições em que Gertrudes vive não são associadas ao tipo de

crítica produzido na imagem, pois ela também era uma trabalhadora. Mas o que é possível perceber e reafirmar a partir da gravura é a diferença no tratamento dos imigrantes em detrimento dos recém-libertos no país. Nos dois momentos, tanto no folhetim quanto na figura posterior, ficam perceptíveis as “condições” oferecidas para os imigrantes, encontrado na figura de Magdalena, com o apoio financeiro a sua antiga empregada, e na mudança de condição de vida explicitada na imagem divulgada na edição de 1901. Enquanto no caso de Clara, a situação é diferente, pois ela é deixada à própria sorte, sem uma definição exata do que acontece com a personagem, sendo essa uma aproximação da realidade de muitos libertos após o 13 de maio.

No caso de Clara, ela tem uma narrativa parecida com outras mulheres desenvolvidas em romances do século XIX. No conto intitulado *Mariana*, de Machado de Assis, é possível perceber semelhanças entre as trajetórias de mulheres analisadas até então. Se no folhetim temos mulheres “excluídas” ou “retiradas” de seus seios de convivência para um não-lugar, como no caso de Clara, no conto de Machado de Assis, a personagem Mariana tira a própria vida tendo em vista que seus sentimentos foram rejeitados e ignorados pela família senhorial<sup>196</sup>.

Um texto que ajuda a referenciar o folhetim, compreendendo melhor suas funções e particularidades, sobretudo ao tratar sobre imigração, é “‘Idiosincrasias cromáticas’: projetos e propostas de ‘imigração negra’ no Brasil Republicano”, de Flávio Gomes. Nele, o autor afirma que há silêncios e esquecimentos que foram justificados a partir do argumento de progresso e civilização ancorados por emancipacionistas e abolicionistas<sup>197</sup>. A partir dos projetos de imigração, o autor afirma que o imaginário das elites estava associado à barbárie quando se pensavam em África, escravidão, escravo e negro<sup>198</sup>. A substituição do escravo pelo trabalhador livre, pela mão de obra imigrante, não era somente uma questão de lucros, mas antes uma questão racial a ser desenvolvida no Brasil. No folhetim publicado na *Cidade do Rio*, isso fica evidente a partir da vivência de Gertrudes quando ela recebe subsídios para sua sobrevivência no Brasil, recebida com um emprego assalariado. Enquanto Clara ainda é uma escravizada, mesmo num contexto posterior à lei de emancipação.

Gertrudes chega no Brasil já como trabalhadora livre e assim permanece, pois o que o Brasil procurava era um trabalho livre, branco, europeu e imigrante<sup>199</sup>. Nesse

<sup>196</sup> ASSIS, Machado. **Obra Completa. Vol. II, contos**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997.

<sup>197</sup> GOMES, Flávio. “Idiosincrasias Cromáticas”: projetos e propostas de “imigração negra” no Brasil Republicano. In.: DOMINGOS, Petrônio; Gomes, Flávio dos Santos. **Da nitidez e invisibilidade: legados do Pós-emancipação no Brasil**. Belo Horizonte: Fino Trato. 2013.

<sup>198</sup> Ibidem, p. 205.

<sup>199</sup> Ibidem.

contexto, a literatura torna-se uma possibilidade de análise para compreender a questão. Leonardo A. M. Pereira colabora nesta argumentação ao analisar a escrita de Machado de Assis. Sobre o literato, o pesquisador diz que o colunista conseguia, a partir de seu olhar crítico, mostrar-se capaz de captar os principais desafios e impasses atravessados em seus contextos históricos pelos círculos letrados<sup>200</sup>. A excepcionalidade de Assis é inquestionável, porém sua atuação faz parte de um contexto oitocentista em que, a partir da década de 70, os romancistas produzem um movimento de ligação da literatura com seu contexto de produção. Não que não existam romances muito antes escritos que tenham tocado na realidade paralela à uma narrativa criada, são inúmeros os exemplos que podem servir como ponto de partida para demonstrar que essa é uma habilidade romancista já desenvolvida muito antes do século XIX. Porém, o que traz a exceção é o contexto em que estavam sendo escritos esses romances, pois as discussões republicanas estavam presentes nos dois contos trabalhados anteriormente. “Como Machado de Assis, vários outros autores buscavam então uma fórmula literária que lhes permitisse dialogar mais diretamente com o tempo”<sup>201</sup>. No período, Pereira afirma que os autores eram estimulados tanto por novas correntes estéticas de inspiração europeia, quanto por questões e desafios propriamente locais.

Essa produção intelectual dos anos 1870 desemboca no final de década de 90 do século XIX, com produções importantes de Machado de Assis, como *Esaú e Jacó*, que tratam diretamente sobre as questões envolvendo monarquia e república. Sendo assim, o folhetim tratado pode ser explicado como uma produção marcada por conflitos de seu tempo. Nesse sentido, o trabalho do historiador torna-se perspicaz na tentativa de encontrar pistas dentro das narrativas, movimentação já apontada no primeiro capítulo, a partir de Coelho Netto.

José do Patrocínio também produz seu romance a partir dessa premissa metodológica. Seu romance *Motta Coqueiro ou Pena de Morte* toca em situações não somente do seu presente político, mas de sua história pessoal. Esse é um argumento produzido por Marcos Teixeira de Souza, em seu texto “Motta Coqueiro ou pena de morte – Uma trama entre a memória social e a literatura”, em que ele afirma que a obra de Patrocínio estava alicerçada em memórias individuais, subentendendo-se que a utilização de memórias individuais era um procedimento literário sob o qual o dono da folha se sentia à vontade

---

<sup>200</sup> PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. A realidade como vocação: literatura e experiência nas últimas décadas do império. In.: GRINBERG, K. & SALLES, R. (orgs.). **O Brasil Imperial, vol. III: 1870-1889**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

<sup>201</sup> Ibidem, p. 2009.

para produzir seus textos<sup>202</sup>. A obra, publicada ainda em 1877, já contava com essa movimentação da escrita de mobilização de presentes e passados que estariam inerentes às narrativas.

No romance, Patrocínio busca produzir uma nova versão para a morte de Motta Coqueiro, um senhor de engenho noticiado na época como um dono de terras violento. De acordo com Teixeira o certo era que o jornalista dispunha de uma memória individual e coletiva, herdadas de sua infância em Campos que desembocou em diversas cenas de sua escrita. Essa movimentação demonstra a capacidade dos literatos da época em desenvolver textos de opinião, cercados de realidades paralelas que tivessem ligação direta com o presente. Fosse uma contemporaneidade monarquista ou republicana, não era possível fugir da produção intelectual e deixar de tocar em questões de seu próprio tempo.

---

<sup>202</sup> SOUZA, Marcos Teixeira de. Motta Coqueiro ou pena de morte: Uma trama entre a memória social e a literatura. In: Literaturas Africanas e Afro-brasileira. N. 4. Jul- dez. 2014. Pág. 21

### Capítulo 3 – Racismo republicano e as reações de intelectuais negros no periódico

Neste capítulo da pesquisa trazemos nossas análises sobre as discussões raciais presentes no século XIX, buscando compreender como elas aparecem no periódico de Patrocínio e nas movimentações políticas do jornalista. Evidentemente, a temática de raça e racismo transcorrem toda a dissertação e retomaremos a algumas pauta já trabalhadas anteriormente a partir de novos olhares.

“Uma nação é muito mais difícil de governar do que uma fazer; um povo livre não se leva com a mesma facilidade como se administra uma ponta de escravos.”<sup>203</sup> Assim, Patrocínio terminava uma de suas colunas em que elaborava uma análise do contexto político de 1895, no mês de junho. O jornalista faz uma crítica ampla após as eleições para o senado, colocando em xeque uma parcela dos republicanos apoiados no novo governo. Patrocínio se referia aos ex-senhores de escravizados que, em sua opinião, precisavam entender a complexidade que seria governar um país em um modelo democrático. Para isso, evidenciava que era preciso mudar os hábitos de quem se acostumara a governar fazendas, que funcionavam sob a lógica comum de: um manda e todos obedecem. Na gestão de um governo, havia necessidade de uma mobilização política, o que demandaria diálogo com diversas frentes e, dentre elas, aquelas que antes eram suas subordinadas. A liberdade era uma “nova demanda” naqueles moldes, que não se levaria com “facilidade”, pois era uma qualidade complexa em um Estado democrático republicano. Isso porque a autonomia, conquistada pelos recém-libertos em 13 de maio, que era agora reafirmada com o governo republicano, teria grande complexidade para ser organizada.

Nesse mesmo contexto, no dia 29 do mês, Floriano Peixoto, um dos adversários políticos de Patrocínio, veio a óbito em decorrência de uma cirrose hepática. Tal situação, desdobrou um contexto de violência contra Patrocínio e produziu conteúdo para o argumento aqui pretendido para tratar sobre racismo e em como o abolicionista era atacado por diversas frentes. A perspectiva é pensar em como esses contextos, que envolvem ataques físicos e psicológicos direcionados a Patrocínio ou à folha, podem fazer parte de um importante quebra cabeça do racismo oitocentista.

No dia seguinte à morte de Floriano Peixoto, um grupo de exaltados promoveu uma “desordem na rua do Ouvidor, fazendo da arruaça a sua arma de combate”<sup>204</sup>. Houve, neste ínterim, tiros de revólver despertando conflitos que levaram até a porta da *Cidade*

---

<sup>203</sup> *Cidade do Rio*, 17 de junho de 1895.

<sup>204</sup> *Ibidem*.

*do Rio*, onde “desordeiros conhecidos [...] apedrejaram aos gritos de ‘morra’ à nossa redação e de “vivas” ao Marechal que acabava de falecer”. Esse episódio mostra quão polêmicas eram as questões das pautas por cidadania que estavam sendo discutidas por Patrocínio e indicava que seus inimigos, mesmo depois de mortos, seriam colocados como símbolos de luta contra as demandas que ele discutia. O ódio que se reproduzia em torno do jornal após a morte de Peixoto era um símbolo dos acirramentos e um claro sinal. O ocorrido se desdobrou:

[...] onda popular que interveio a nosso favor, não só alarmaram o nosso pessoal tipográfico como a muitas pessoas inermes, que passavam, e que vieram refugiar-se em nossa redação [...] Agradecemos ao grupo de populares que, nesse momento crítico, fez dos seus peitos barricadas contra o punhal e o revolver jacobino, o apoio que nos deram, quando o nosso chefe, na porta da *Cidade do Rio*, rodeado de dois ou três companheiros de trabalho, procurava impedir o ataque de mais de quinhentos exaltados que nos insultavam. [...] travou-se em nossa porta um verdadeiro combate à arma de fogo, escapando de ser vitimado por uma bala na cabeça o redator político da *Cidade do Rio* e ficando contundidas muitas pessoas que auxiliaram a nossa defesa.<sup>205</sup>

Há desenhado neste acontecimento um episódio violento contra Patrocínio e tudo aquilo que ele representava. O jornalista era um profundo crítico de Floriano Peixoto e de seu governo golpista, instituído no início da República. Algumas críticas veiculadas na folha contra Floriano diziam que este estava “assassinando o Brasil para salvar a ditadura com a mesma humanidade com que Napoleão III assassinava a França para salvar o império”<sup>206</sup>. Dizia ainda que em uma confusão durante o ano de governança de Peixoto, um repórter do periódico fora ferido. Os colunistas da *Cidade do Rio* afirmavam que o presidente instituído precisava responder “em que tempos vivemos e até que ponto devemos confiar” no governo<sup>207</sup>.

Percebe-se que o periódico mobiliza inimigos, mas também estimula fiéis para defender Patrocínio, bem como a folha, mesmo que isso representasse risco de vida. Na confusão, as provocações geraram reações que buscavam proteger, de forma indireta ou direta, os ideais que Patrocínio representava. Antes mesmo do ocorrido de 1895, já havia uma tensão sendo produzida entre as duas figuras centrais e seus seguidores. As motivações para ataques como esse contra Patrocínio, como já apontado nos capítulos anteriores, se repetiram diversas vezes, ancoradas em um discurso racista, quando se leva em consideração o contexto do *Cidade do Rio*, um jornal preocupado com pautas raciais em torno da população mais pobre. Vale, então, perguntar: por que esses movimentos de

<sup>205</sup> *Cidade do Rio*, 30 de junho de 1895.

<sup>206</sup> *Ibidem*.

<sup>207</sup> *Cidade do Rio*, 20 de fevereiro de 1893.

oposição se sentiam à vontade para gritar “morras” a Patrocínio? Haveria um incentivo apenas “político” e republicano? É possível analisar casos como esse enquanto aparições do racismo oitocentista que se desdobra em diversos outros países durante o século XIX?

Por meio dessas questões levantadas, é necessário empreender reflexões sobre o contexto, apurado até aqui, do lugar do racismo dentro da folha e o modo como seus opositores buscaram organizar ataques diretos aos projetos ancorados no jornal. Um trabalho que pode ajudar no desenvolvimento dessa análise é *O contrato racial* de Charles Mills, que busca entender o conceito de “contrato racial” a partir da filosofia de Rousseau, Kant e outros<sup>208</sup>. O argumento do autor é de que existe um contrato racial do qual a população negra e não-branca não participa deste contrato, que exclui suas cidadanias. Charles Mills afirma que:

O objetivo de analisar o contrato não ideal não é ratificá-lo, mas usá-lo para explicar e expor as desigualdades da atual política não ideal e nos ajudar a ver através das teorias e justificativas morais oferecidas em defesa delas. Dá-nos uma espécie de visão de raio-X da verdadeira lógica interna do sistema sociopolítico. Assim, ele faz um trabalho normativo para nós não por meio de seus próprios valores, que são detestáveis, mas nos permitindo entender a história real da política e como esses valores e conceitos funcionaram para racionalizar a opressão, de modo a reformá-los.<sup>209</sup>

O autor defende, dessa forma, que a filosofia política embranquecida não dá conta de analisar as questões da população preta e não-branca. O contrato racial, que ele defende, se divide em uma ponte conceitual entre duas áreas segregadas: por um lado, o mundo da ética branca dominante, preocupada com justiça e direitos abstratos; por outro lado, o pensamento nativo americano, afro-americano, historicamente focado em questões de conquista, imperialismo, colonialismo, colonização branca, direito a terras, raça e racismo, escravidão. Tais questões não aparecem na filosofia política dominante, mas são centrais para a maior parte da população no mundo<sup>210</sup>. Mills demonstra que as questões apontadas por pretos e pretas estavam tomadas de demandas que a filosofia dos “senhores de engenho” não são capazes de produzir, pois estão preocupadas com um tipo de cidadania global que engloba somente os seus iguais – brancos. Ele busca produzir uma nova vertente de análise, que se posiciona criticamente em relação a justificativas oferecidas pela filosofia tradicional para os problemas relacionados a democracia, política, direitos, cidadania entre outras. De acordo com Mills, tal forma leva a pensar o sistema sócio-político e em como essa esquematização mantém o status quo de pessoas brancas em lugares de privilégios, por meio de um contrato racial assinado por eles

<sup>208</sup> MILLS, Charles. **The Racial Contract**. Nova Iorque: Cornell University, 1997.

<sup>209</sup> Ibidem, p. 5.

<sup>210</sup> Ibidem, p. 4.

mesmos, ainda que de forma “inconsciente”.

Houve tentativas dos republicanos jacobinos de enquadrar Patrocínio e seus pares em uma vertente que os sufocasse à força do racismo. Revelando, assim, a importância da movimentação de uma folha que juntasse pautas em favor da cidadania a partir da atuação de intelectuais afrodescendentes. Intelectuais que produzissem discursos a fim de disputar também o campo político das ideias da população preta oitocentista. Definir esses pensadores como “intelectuais” já é uma subversão às perspectivas racistas presentes, que tentavam censurar as movimentações de cidadãos pretos e pretas bem como anular as influências dessas figuras em deslocamento, que foram extremamente mal vistas durante o século XIX. A agitação de um homem ou mulher preto fora de um lugar de servidão era uma ofensa as regras sociais evolucionistas ancoradas em Charles Darwin. Mills afirma que a grande virtude do “contrato racial”, “era que ela fornecia respostas aparentemente diretas, tanto para questões factuais sobre as origens e funcionamento da sociedade e do governo, quanto para questões normativas sobre a justificação de estruturas socioeconômicas e instituições políticas”<sup>211</sup>.

Qualquer lugar que fosse uma posição de destaque, permanência, significado para pessoas não-brancas, se tornava uma ameaça ao contrato racial. E quando os ocupantes desses espaços, como Patrocínio, ousavam questionar as estruturas – no caso, da República da década de 1880 – sofreriam as represálias advindas das tentativas de questionamento das disposições republicanas. Posições essas que são brancas, baseadas em raízes europeias e positivistas. O autor continua:

O Contrato Racial é aquele conjunto de acordos formais ou informais ou meta-acordos (contratos de nível superior sobre contratos, que estabelecem os limites da validade dos contratos) entre os membros de um subconjunto de humanos, doravante designado por (mudança) "racial " [...] como "brancos" e coextensivos (levando em consideração a diferenciação de gênero) com a classe de pessoas completas, para categorizar o restante subconjunto de humanos como "não-brancos" e de um status moral diferente e inferior, subpessoas, de modo que tenham uma posição civil subordinada nas políticas brancas ou governadas por brancos que os brancos já habitam ou estabelecem ou em transações como estranhos a essas políticas [...] mas em qualquer caso o propósito geral do Contrato é sempre o privilégio diferenciado dos brancos como um grupo em relação aos não-brancos como um grupo, a exploração de seus corpos, terras e recursos, e a negação de igualdade de oportunidades socioeconômicas para eles<sup>212</sup>.

A intenção inicial ao trazer a presente argumentação do autor é a mobilização de dados que ajudem a compreender Patrocínio como um participante dessa classe de não-brancos, que é desqualificado pelos racistas em suas habilidades e posicionamentos. Mills

---

<sup>211</sup> MILLS, 1997, Op. Cit., p. 4

<sup>212</sup> Ibidem, p. 11.

afirma que o propósito do contrato é assegurar as vantagens e privilégios dos cidadãos brancos, mantendo a subordinação dos não-brancos. Esse argumento é também central no trabalho de autoras(es) importantes que pensam o pós-abolição como Wlamyra Albuquerque, Flávio Gomes, que usam desse argumento para pensar o Brasil emancipado, como citado nos capítulos anteriores. Os grupos conservadores republicanos se organizavam politicamente para que a população negra recém-liberta tivesse uma posição que Mills chama de “posição civil subordinada”. O que não ocorreu no pós-abolição, pois há inúmeras movimentações de populares não-brancos que buscavam construir espaços de reivindicação de seus direitos que não fossem baseados no contrato racial proposto por brancos, mas que fossem ressignificados a partir dos projetos que estavam sendo colocados no fim do oitocentos.

Se faz necessário pensar o contrato racial historicamente, compreendendo como esse argumento se aloca dentro de um recorte histórico como o século XIX. Mills busca construir essa posição de que é possível analisar o contrato racial a partir do colonialismo, das viagens de descoberta do “Novo Mundo” e outros recortes temporais. O que justifica também o uso dessa mesma perspectiva analítica para o recorte do pós-abolição a partir do contrato racial, que “tem a melhor pretensão de ser um fato histórico real. Longe de se perder nas brumas dos tempos, é claramente localizável historicamente na série de eventos que marcaram a criação do mundo moderno pelo colonialismo europeu”<sup>213</sup>. Sobre o século XIX, especificamente, o autor afirma que “no século XIX, a opinião branca convencional assumiu casualmente a validade incontroversa de uma hierarquia de raças ‘superiores’ e ‘inferiores’, ‘mestres’ e ‘súditos’, para as quais, é óbvio, devem ser aplicadas regras diferentes”<sup>214</sup>.

Esse diagnóstico do autor é um processo “transnacional”, uma vez que “pode-se dizer que o Contrato Racial cria uma política branca transnacional, uma comunidade virtual de pessoas ligadas por sua cidadania na Europa em casa e no exterior”. Assim, a ideia de subordinação está presente no Brasil tanto quanto no contexto global, como é possível perceber em diferentes realidades e processos mesmo que anteriores à década de 90 do século XIX.

Prova disso é a experiência de intelectuais negros que se puseram para fora do Brasil e enfrentaram um racismo transnacional dentro de um contrato racial, que é branco independente dos limites de fronteira. André Rebouças, um intelectual próximo de Patrocínio e contemporâneo a ele, antes mesmo do 13 de maio de 1888, já entendia que

---

<sup>213</sup> MILLS, 1997, Op. Cit., p. 20.

<sup>214</sup> Ibidem, p. 27.

suas liberdades seriam recenseadas por uma estrutura muito maior que ele. Rebouças foi retratado por Coelho Netto em seu romance como um nome importante da imprensa oitocentista, tendo trabalhado como engenheiro para o governo imperial brasileiro. Na *Cidade do Rio* ele era chamado de “decidido imperialista”, “amigo da família reinante”, e considerado um abolicionista apoiador, com “alma de democrata [...]”, está em toda obra de liberdade de nossa terra. No Globo colaborou com Quintino Bocayuva, na Gazeta da Tarde com Ferreira de Menezes e, em seguida foi um dos mais assíduos redatores desse jornal e da *Cidade do Rio*<sup>215</sup>. Tal postura demonstra a aproximação desse intelectual preto com uma rede de contatos que passava pelo proprietário do *Cidade do Rio*.

O texto “‘Mr. Perpetual Motion’ enfrenta o Jim Crow: André Rebouças e sua passagem pelos Estados Unidos no pós-abolição”, de Luciana da Cruz Brito, oferece uma possível leitura da condição de pessoas não-brancas intelectualizadas à uma vista mundial. A autora se preocupa em seguir os passos de Rebouças em uma viagem aos Estados Unidos na década de 1870 nos Estados Unidos, mais especificamente em Nova York. Nos EUA, já em seu período de pós-abolição em 1860, trabalhadores brancos lutavam por melhores condições de trabalho, ao mesmo tempo que expressavam sua antipatia pela agenda dos trabalhadores negros<sup>216</sup>. Enquanto isso, Rebouças, um jovem engenheiro negro se preparava para uma viagem como servidor do Império Brasileiro e representante do mesmo. O engenheiro se percebia como um membro das elites intelectuais, seu talento, status social, habilidades profissionais e sua presença no universo das letras faziam – aos seus olhos e de muitos de seus pares – dele um nome de peso para representar o Brasil em locais importantes como na Europa e nos EUA<sup>217</sup>. Um dos principais objetivos da pesquisa da autora é entender o cenário social e racial da Região Norte dos Estados Unidos durante a reconstrução (1865-1877), que foi um período de conquistas para a população negra do país, a partir das pistas deixadas por Rebouças<sup>218</sup>.

O engenheiro esteve no país durante o período do Jim Crow, em que somente homens brancos e de posses poderiam adentrar vagões de trem e navios sem serem arrastados para fora dos espaços em que estavam. Homens e mulheres negros viajando sozinhos, ainda que na primeira classe, também representavam uma ameaça por conta do medo de uma mistura racial<sup>219</sup>. “Compartilhar um vagão, assento com um homem negro, ainda que ele fizesse parte da burguesia, seria uma atentado a segurança das mulheres

---

<sup>215</sup> *Cidade do Rio*, 17 de maio de 1895.

<sup>216</sup> BRITO, Luciana. “Mr. Perpetual Motion” enfrenta o Jim Crow: André Rebouças e sua passagem pelos Estados Unidos no pós-abolição. In.: **Revista Estudos Históricos**, 32 (66), 2019.

<sup>217</sup> *Ibidem*, p. 243.

<sup>218</sup> *Ibidem*, p. 245.

<sup>219</sup> *Ibidem*, p. 247.

brancas presentes”<sup>220</sup>. Ao chegar em Nova York, em 1873, Rebouças encontrou um jogo de forças entre republicanos, muitos deles negros e democratas, ainda infelizes com os avanços no acesso aos direitos conquistados pela população negra. No mesmo período, a cidade ainda convivia com a tensão do século XIX estadunidense. A metrópole havia passado recentemente por um período de protestos que buscavam democratizar o voto livre dos recém libertos<sup>221</sup>.

Ao chegar em Nova York sozinho, o viajante não esperava ser tão difícil encontrar pouso. Ouviu várias negativas de diferentes lugares que tentou se recolher, mas sem sucesso. De acordo com Brito:

No Brasil, sendo membro das elites nacionais e protegido por uma rede de amigos poderosos, como a própria família imperial, Rebouças custou a aceitar a fragilidade e a localidade da sua condição, que mudaria fora do território nacional. Ainda de acordo com Spitzer, momentos como esse, de exclusão e rejeição, eram geradores de crises existenciais e incertezas, e pessoas nessa condição “intermediária” questionavam sua identidade, suas escolhas e seu verdadeiro lugar no mundo. No meio dessa possível crise de identidade provocada pela rejeição, Rebouças pode ter se sentido sozinho e inseguro como se tivesse sido descoberto, semelhante à maneira como se sente<sup>222</sup>.

O trecho expõe uma série de condições raciais as quais Rebouças estava colocado, pois esse “não-lugar” na América do Norte não era o que ele encontrava no Brasil haja vista sua importância política no governo monárquico e para a construção do Estado Nação ao qual ele trabalhava para fazer crescer.

Todo o contexto vivido por Rebouças constrói uma reflexão importante para a presente pesquisa no entendimento das experiências de mundo de homens negros intelectualizados. Rebouças se surpreende com o tratamento recebido nos EUA, porque no Brasil ele estava protegido pelos seus pares, sua história estava alicerçada em diversas raízes que, por vezes, poderiam colocá-lo como próximo das classes majoritárias. Entretanto, ao sair de seus espaços de conforto percebe que sua pele, independente da sua condição de “primeira classe” em seu país, o colocaria em condição servil e diminuta diante de um país racialmente dividido. Sendo uma divisão prática e estabelecida a partir de leis constitucionalizadas.

A autora aproxima a experiência do cativo, o uso da oratória e da escrita como armas usadas por diversos homens negros e dentre eles o próprio Rebouças. Ela também cita Luiz Gama como um desses exemplos, afirmando que, por meio dessas ferramentas, existiram armas de denúncia contra os horrores da escravidão e clamores por cidadania.

---

<sup>220</sup> BRITO, 2019, Op. Cit., p. 247.

<sup>221</sup> Ibidem, p. 250.

<sup>222</sup> Ibidem.

A história de Gama – um dos maiores intelectuais brasileiros do século XIX, atuando como advogado abolicionista desde a década de 1860 –, de Frederick Douglas – um amigo do presidente Grant dos EUA, que também havia sido rejeitado nos hotéis da capital, Washington - e de André Rebouças deixam óbvias, de acordo com Brito, que a experiência negra nas Américas pode ser muito diversa: “ao mesmo tempo em que, a despeito das barreiras geográficas, todas as suas vidas e experiências eram marcadas pela sua condição racial”<sup>223</sup>. Frederick Douglas, de acordo Luciana Brito:

[...] acreditava que as pessoas que compunham uma burguesia negra eram as maiores vítimas do ódio branco, porque desafiavam lugares raciais e estereótipos, contrariando argumentos de que pessoas negras deveriam estar num determinado lugar racial porque eram inferiores biológica e socialmente<sup>224</sup>

Essa afirmação traz uma capacidade analítica para as vivências de Patrocínio, que também podem ser observadas a partir dessa chave, pois o racismo ancorado no contrato racial de Mills produz uma proteção aos privilégios da população branca, que se fecha diante dos argumentos racistas ancorados na ciência racista do século XIX. Os considerados homens pretos burgueses, que estavam rompendo com as entranhas racistas apenas por permanecerem em espaços majoritariamente brancos, ao mesmo tempo em que desafiavam esses contextos, também se tornavam alvos. Entretanto, a formação de um considerável número desses nomes trabalhados até aqui é advinda de estratégias de liberdade e sobrevivência. As famílias de Patrocínio, Luiz Gama, André Rebouças e outros, conviveram com a escravização em seus seios familiares, e essa vivência deu ferramentas importantes de negociação e reivindicação nos momentos em que era necessário enfrentar discriminação, preconceitos, para trafegar em espaços antes exclusivos dentro do contrato racial.

Nesse sentido, Brito também analisa o suposto silêncio de Rebouças em torno das suas experiências no exterior, e afirma “O relativo silêncio de Rebouças a respeito de detalhes da segregação racial na sociedade estadunidense pode também ter sido orientado pela sua estratégia familiar de sobrevivência no mundo dos brancos.”<sup>225</sup> Dito isto, a percepção das experiências individuais pode ser analisada coletivamente quando se pensa nas demandas da população preta recém liberta do pós-abolição. A escolha calculada de Rebouças em permanecer em silêncio, a despeito das discriminações sofridas por ele podem demonstrar uma construção que barganha com seus projetos pessoais e coletivos

---

<sup>223</sup> BRITO, 2019, Op. Cit., p. 254.

<sup>224</sup> Ibidem.

<sup>225</sup> Ibidem, p. 257.

na tentativa de ascender socialmente. Esses recortes privativos tinham por vezes objetivos mais amplos.

Exemplo disso é a trajetória de Teodoro Sampaio, que ajuda a perceber os projetos dos pensadores negros no século XIX. Ele foi um homem preto, nascido em 7 de janeiro de 1855, filho de uma escrava de nome Domingas da Paixão Carmo e um pai padre, chamado Manuel Fernandes Sampaio. Teodoro Sampaio é um dos fundadores do IHGSP de São Paulo em 1898, instituição que presidiu em 1922. No texto de Wlamyra Albuquerque, “Teodoro Sampaio e Rui Barbosa no tabuleiro da política: estratégias e alianças de homens de cor (1880-1919)”, a autora afirma que a trajetória de Sampaio permite perceber como um homem de cor, nascido em um contexto escravista, interpretou suas relações que o forjaram no pós-abolição<sup>226</sup>. A preocupação primeira do engenheiro, ainda na década de 1880, foi garantir a compra da alforria de seus três irmãos e a consolidação da sua carreira como engenheiro<sup>227</sup>. No seu entender, seu último objetivo citado garantiria a liberdade de seus familiares. Entretanto, a autora afirma que seu contexto o colocava em reduto escravista. Assim, Albuquerque defende que os vínculos que ele mantinha com alguns viscondes informam o quanto ele lançou mão da “proteção”, “bondade” e “generosidade” de grandes senhores de escravos, buscando reafirmar sua própria liberdade. A autora afirma que suas relações demonstram como “um ‘homem de cor’, constituído num dos mais tradicionais redutos escravistas nas Américas interpretou as conexões e a gramática política que o forjaram como sujeito no pós-abolição”<sup>228</sup>.

A reflexão inicial busca abranger como homens de cor por vezes poderiam buscar se aproximar do branqueamento pretendido pela lógica senhorial, em busca de uma inserção política. O fato deles estarem se movimentando dentro de espaços embranquecidos, poderia “embranquecê-los” e os aproximar de vertentes antes criticadas, como mencionado no segundo capítulo, ao tocarmos na trajetória de Patrocínio, que também traçou métodos para se alicerçar no campo político. Mas, por vezes, essa pode ser uma leitura rasa das habilidades desses homens e mulheres. No caso de Sampaio, por exemplo, sua presença em lugares políticos importantes não o embranqueceu, como no caso de André Rebouças. Pelo contrário, isso os teria escurecido diante de situações de discriminação.

Wlamyra Albuquerque reproduz um contexto biográfico narrando um episódio

---

<sup>226</sup> ALBUQUERQUE, Wlamyra. “Teodoro Sampaio e Rui Barbosa no tabuleiro da política: estratégias e alianças de homens de cor (1880-1919)”. In.: **Revista Brasileira de História**. vol. 35, N. 69, 2015, p. 83-99

<sup>227</sup> *Ibidem*, p. 83.

<sup>228</sup> *Ibidem*, p. 88.

em que Sampaio foi indicado para um cargo de nomeação oficial para trabalhar em uma obra com técnicos americanos. Ele conta, em autobiografia, que os técnicos “não apreciavam a companhia dos homens de cor. Fui assim eliminado e experimentei o primeiro espinho do preconceito entre nós”<sup>229</sup>. É significativo perceber a movimentação desses nomes que são uma referência para sua época e que ousavam frustrar as expectativas racistas, internacionalmente colocadas. E, mesmo que tivessem todas as competências necessárias para ocupar qualquer cargo que o fosse, ainda assim precisariam lidar com a discriminação e a desconfiança a despeito de sua cor. Brito enfatiza que:

Os viajantes negros do século XIX nos fazem perceber a fragilidade da liberdade e da cidadania no mundo pós-abolição e também os diferentes caminhos que foram trilhados nas cidades americanas e europeias para cada uma a seu modo, manter desigualdades. Ao mesmo tempo, a experiência desses viajantes também nos revela como eles e elas questionaram projetos nacionais marcados pela desigualdade e imprimiram seus sonhos e conceitos de igualdade por onde passaram. Ao fim e ao cabo, de um lado ou de outro do Atlântico, o que tanto Rebouças quanto os negros abolicionistas estadunidenses faziam quando viajavam era celebrar sua liberdade e sua autonomia, ao mesmo tempo em que imprimiam um conceito de cidadania que os contemplasse no período pós-abolição.<sup>230</sup>

Tal constatação reforça que a experiência de homens pretos não está presa à literatura impressa ou ao jornalismo, de modo que outros meios de fontes históricas que poderiam ser citados. A experiência dos afrodescendentes no pós-abolição não se resume apenas aos nichos aqui tratados. Existem diversas movimentações que tocam os espaços das artes, dos espaços públicos e privados, bem como dos empreendimentos. A experiência de Patrocínio como um empreendedor em seu balão “Santa Cruz” também traz conteúdo para compreensão das experiências dessa população que expande a leitura do pós-abolição para outros espaços geográficos, científicos e da literatura – este último já explorado anteriormente.

A argumentação, aqui, se preocupa em compreender a ideia de que esses homens eram pretos e, antes de tudo, eram vistos pela cor da sua pele. O quealaria mais alto que qualquer lugar de destaque dado a eles em diferentes espaços da história. Entretanto, não é o nosso intuito “salvá-los” ou “resguardá-los”, até mesmo porque essa não é a função do trabalho historiográfico, mas considerar suas contribuições enquanto atores políticos com transversalidades raciais.

Sampaio, por exemplo, de acordo com Albuquerque avaliou que a população

---

<sup>229</sup> Ibidem, p. 89.

<sup>230</sup> BRITO, 2019, Op. Cit., p. 263.

brasileira tinha uma degradação racial devido a miscigenação, e se aproximou de figuras contraditórias como Rui Barbosa, um grande opositor de Patrocínio<sup>231</sup>. A autora diz que Sampaio ajudava a entrelaçar uma memória do abolicionismo, que buscava desmobilizar alguns nomes importantes, como o do proprietário da *Cidade do Rio*. Mesmo assim, ela afirma que ele teceu, de modos diferentes, vínculos e acordos políticos, de modo que sua trajetória foi explorada por Rui Barbosa.

Em discurso proferido em 1919, Barbosa anuncia sua candidatura elogiando o processo emancipacionista. Ainda,

[...] agradecia e elogiava o grande engenheiro Teodoro Sampaio, agora aliado importante, que viveu o desmonte do escravismo e a instauração da República tentando desvencilhar sua família do escravismo enquanto reiterava os seus vínculos com grandes proprietários de escravos e seu trânsito às altas autoridades da Corte, inclusive o Imperador.<sup>232</sup>

Portanto, é possível perceber como a imagem de Teodoro Sampaio poderia ser explorada por uma perspectiva preta que buscasse ressaltar a importância da sua ocupação dos espaços públicos. Todavia, por conta de sua aproximação de alguns setores republicanos, sua postura seria usada como chave para angariar apoio político e resguardar Rui Barbosa, por exemplo, de acusações de que fosse a favor da escravidão ou qualquer coisa que o valha. Wlamyra Albuquerque comenta:

Ambos eram tratados pelos convivas como os dois mais ilustres baianos da época. No entanto, o emaranhado político e histórico que ligava Rui Barbosa e Teodoro Sampaio no pós-abolição, por certo, foi enredado nas complexas relações sociorraciais e estratégias políticas que constituíram os sujeitos no desmonte de um dos principais redutos do escravismo nas Américas, a Bahia<sup>233</sup>.

A relação dos dois foi construída dentro de um contexto racista, que, a despeito da análise de Mills, a partir do argumento do contrato racial, manteria direitos da população preta da qual Sampaio fazia parte, em segundo plano. Em 1890, enquanto ministro da fazenda, Barbosa era criticado por Patrocínio, pois se negava a atender aos pedidos e demandas buscadas pela folha. Dizia o periódico: “Não basta fornecer braços a lavoura: é preciso assegurar-lhe os meios de aproveitá-los e estes são antes de tudo a localização na propriedade agrícola e pagamento de salário”<sup>234</sup>. O dono do jornal chamava a atenção de Rui Barbosa - enquanto Ministro na época - para sua função de investir para o combate contra a mão de obra escrava, cessada em 13 de maio de 1888. Ao cobrar

<sup>231</sup> ALBUQUERQUE, 2015, Op. Cit., p. 94.

<sup>232</sup> ALBUQUERQUE, 2015, Op. Cit., p. 95.

<sup>233</sup> Ibidem.

<sup>234</sup> *Cidade do Rio*, 21 de julho de 1890.

um posicionamento do político, o escritor chama atenção para os perigos de que, se isso não fosse produzido da forma como fosse, uma nova escravidão poderia se reestabelecer. Afirmava ainda que: “Mas o Sr. Ruy Barbosa, mártir imaginário, sabe tudo e mais alguma coisa e não há de quere prestar-se a aprender”<sup>235</sup>.

É possível observar a disputa que acontece entre essas figuras e o modo como Sampaio poderia ter sua cor usada como representação de vertentes pretas que “apoiavam a república de Ruy Barbosa”. Para tanto, se torna plausível observar os diferentes posicionamentos de figuras de lideranças pretas, mas também descobrir as incoerências contidas nos seus discursos. À vista disso, essas ditas incoerências de Patrocínio, a partir do *Cidade do Rio*, produzirão munição para os que divergiam do trabalho do intelectual. Em 14 de fevereiro de 1896, o jornalista se envolve em uma polêmica relacionada à imprensa monarquista presente no contexto republicano. Em uma coluna assinada por Eduardo Prado, no *Jornal do Commercio*, o colunista afirma que Patrocínio havia pedido a censura para jornais monarquistas de São Paulo<sup>236</sup>. Entretanto, ao checar a informação mais de perto no *Cidade do Rio*, é possível acompanhar as afirmações de Patrocínio, que escreveu em uma das principais colunas semanais no periódico, chamada *Semana Política*. É possível observar sua opinião sobre a criação dos núcleos de impressos a serem criados em São Paulo e no Rio de Janeiro:

A ditadura converteu realmente o Brasil, num lamaçal de sangue e corrupção administrativa. [...] Se não se trata de partido, mas de pátria, venham os ilustres estadistas guiar-nos com a sua experiência, e, purificados pelo batismo republicano, reconstruir uma pátria digna de nós [...] As meias palavras do manifesto, quanto ao que o Centro vai fazer, diz bem que os ilustres estadistas não confiam muito numa atitude de hostilidade aberta. [...] O patriotismo só aconselho uma coisa: que SS. Exs, como brasileiros, deem ao Brasil a cooperação que ele precisa: a de todos os seus filhos ilustres, para assumir no Sul da América a hegemonia a quem direito [...] não se trata de partido, mas de pátria, venham os ilustres estadistas guiar-nos com a sua experiência, e purificados pelo batismo republicano, reconstruir uma pátria digna de nós.<sup>237</sup>

Ou seja, Patrocínio entendia que deveriam existir esses núcleos pois eles faziam parte da construção republicana do Brasil, porém entendia os riscos desses espaços concedidos aos grupos poderiam se organizar para derrubar a república recém instituída por uma ditadura que fora por ele combatida.

Os dois jornais trocaram acusações em outros momentos, sob diversas demandas. Mas especificamente nesse contexto, os colunistas do *Cidade do Rio* buscavam apontar

---

<sup>235</sup> Ibidem.

<sup>236</sup> *Jornal do Commercio*, 14 de fevereiro de 1896.

<sup>237</sup> *Cidade do Rio*, 13 de janeiro de 1896.

as problemáticas contidas no governo monarquista, ao dizer que aquele fora um período “de alucinação jacobina”<sup>238</sup>, e que o período de ditadura do florianismo foi horroroso, mas que não se excederam em barbárie o período da fundação da monarquia do Brasil<sup>239</sup>. Durante a leitura da coluna de 6 de janeiro de 1896, encontra-se a redação confirmando que o governo de Marechal Deodoro, na visão destes, fora uma triste herança da monarquia, e não da república que se instituiu após o fim dos governos autoritários dos primeiros anos após a proclamação da República. O governo instituído teria responsabilidade pelos atos republicanos a partir de Prudente de Moraes, presidente na época. A tentativa do colunista era apontar a ditadura, iniciada com Floriano, como um problema monárquico e não republicano:

A monarquia com seu aferro ao cativo, com a sua política de senhores de escravos, dividindo a nação em classes exploradores e classes exploradas, convertendo o recrutamento em um castigo, preparou dias tristes que a República está atravessando.<sup>240</sup>

Não há identificação de quem assina a coluna. Entretanto, no *Jornal do Commercio*, Eduardo Prado trouxe uma resposta se referindo a José do Patrocínio como escritor do texto. Sendo necessário retomar, na íntegra, as afirmações de Prado ao se referir a esta coluna de 6 de janeiro como uma opinião problemática no olhar dos editores do *Jornal do Commercio*:

A imprensa republicana dá ao país, todos os dias, as mais irrefutáveis demonstrações do quanto tem o Brasil retrocedido em civilização nestes últimos seis anos de República. [...] A Cidade do Rio publicou, há dias, um artigo que é revelador desse estado de barbarização social a que a República reduziu o Brasil. Nesse artigo, a folha do Sr. José do Patrocínio, increpa ao governo o tolerar a existência da imprensa monarquista de S. Paulo e a função do jornal monárquico que se publica no Rio. E censura o governo pela permissão franca que está dando a tentativas deste gênero. E, não contente em dizer isso, o articulista diz que na Constituição há um artigo que garante a forma de governo e regular e empareda todos os outros artigos e que, desde que a imprensa e o discurso saltem por cima desse primeiro artigo, é caso de se lhes tolhes a faculdade de expressão.<sup>241</sup>

Prado retoma algumas afirmações de Patrocínio sobre a imprensa, e coloca o periódico *Cidade do Rio* como parte de uma imprensa republicana que se preocupa em “censurar” os divergentes monarquistas. Dito isso, há uma interpretação propositalmente equivocada do posicionamento do abolicionista, na opinião de Patrocínio, que esclarecerá a situação em uma coluna. Até para um leitor descuidado, percebe-se que há uma

<sup>238</sup> *Cidade do Rio*, 6 de janeiro de 1896.

<sup>239</sup> *Ibidem*.

<sup>240</sup> *Cidade do Rio*, 6 de janeiro de 1896.

<sup>241</sup> *Jornal do Commercio*, 14 de fevereiro de 1896.

discordância política pertinente ao século XIX, e muito comum entre os jornalistas oitocentistas. Porém, na continuação da escrita, Prado diz:

Eis aí o sr. José do Patrocínio. o homem que só vale pela imprensa, a pedir mordação para a mesma imprensa. [...] Se o sr. José do Patrocínio chegou a ter no Brasil a notoriedade que lhe dão as suas qualidades de escritor, foi porque teve a felicidade de nascer e viver sob o regime monárquico, que lhe deu, com a liberdade de imprensa, os meios de expandir seu talento. Deve também muito o sr. José do Patrocínio à monarquia: pela tolerância, pela brandura e pelo exemplo desta, foi possível a criação e a conservação, no país, de um estado social e político em que a cor de um homem nunca foi obstáculo à sua carreira, o que não acontece nas republicas americanas.<sup>242</sup>

O colunista busca aproximar Patrocínio da monarquia, como se o sucesso em seus empreendimentos fossem uma dádiva da monarquia, estando o jornalista e proprietário da Cidade do Rio em “dívida” com esse governo, que agora é renegado pelo abolicionista. Prado reforça ainda que a cor de Patrocínio não foi um obstáculo para sua trajetória durante o império, o que obviamente é uma interpretação contestável. O colunista continua:

Pois bem! no coração e no espírito daquele homem, para quem a liberdade de imprensa, mais do que para qualquer, devia ser uma coisa sagrada e intangível, no fim de seis anos, desapareceu até a noção dessa liberdade. José do Patrocínio ficou também barbarizado pela República [...] O infeliz homem de imprensa, na cegueira do seu partidarismo, transforma o seu jornal em veículo de denúncia e de delação, e ele, o jornalista, vem sugerir ao governo que persiga a jornalistas. [...] se este é o efeito da República sobre os homens cultos e superiores, qual não deve ser a sua nefasta influência sobre os que não são cultos nem superiores?<sup>243</sup>

A conclusão produzida pelo escritor está cheia de insinuações, que ajudam a mapear o caráter racista de diversos articulistas do século XIX. Substantivos como “barbarizado”, se referindo a Patrocínio, já demonstram a tentativa de fazer com que os posicionamentos do jornalista fossem desconsiderados, pois este era alguém a ser deixado de lado na produção de ideias, evocando a ideia do que seriam esses seres “brutalizados, bestializados”. A república estaria corrompendo homens pretos de “nefasta influência”. E, se assim fora com esses, como seria então com os libertos iguais a estes, mas que não tinham a influência escrita que estes tinham?

Se faz necessário compreender o discurso elitizado e racista de Prado. Ao afirmar que havia um perigo na “permissão” que se dava a pensadores como Patrocínio, o colunista se preocupa com as atitudes libertárias desses intelectuais, porque eles influenciavam estes que “não são cultos nem superiores”. Homens e mulheres

<sup>242</sup> *Jornal do Commercio*, 14 de fevereiro de 1896.

<sup>243</sup> *Ibidem*.

afrodescendentes estavam sendo ali citados intrinsecamente, e havia um receio de que essa capacidade de Patrocínio de pensar de forma independente, ao se aliar as perspectivas republicanas, se alastrasse para recém libertos que antes, em grande parte, eram fiéis defensores da monarquia, como apontado anteriormente. Na visão dos racistas, o ideal era que esses atores políticos permanecessem passivos diante da sociedade pois assim poderiam fazer a manutenção da sociedade que matinha o contrato racial intacto.

Patrocínio produziu uma coluna que responde aos ataques diretos de Eduardo Prado a ele e sua folha. Em uma coluna endereçada “Ao Sr. Eduardo Prado”, em 17 de janeiro de 1896, Patrocínio produz um texto que buscaria denunciar o racismo de Prado. Primeiro, inicia a coluna afirmando que o jornal atribuiu opiniões que ele não externou<sup>244</sup>. Afirmava ter dito o contrário sobre a censura aos jornais: “devíamos recebê-los como a quem tem direito pleitear no campo constitucional da imprensa”<sup>245</sup>. Buscando desmentir o colunista, Patrocínio aponta suas contradições e invenções:

Nunca neguei nem esqueci a liberdade de que sempre gozei no tempo do império e já me tenho penitenciado pública e sinceramente das demasias de minha palavra de propagandista apaixonado contra alguns dos meus adversários. [...] Como poderia eu, que tudo devo a liberdade de imprensa de tribuna, insurgir-me contra ela, pedindo que a profanassem por um interdito inconstitucional! [...] Devo lembrar ao Sr. Eduardo Prado que fui um dos poucos jornalistas que protestaram contra o decreto de 18 de dezembro de 1889, um mês e três dias, após a proclamação da República e apesar do regime ditatorial vigente. [...] Reclamei então, como sempre, que a República se não desonrasse amordaçando a opinião.

No contexto, Patrocínio vê a necessidade de resgatar suas produções políticas, que visavam proteger as condições republicanas constitucionalizadas e sua atuação historicamente forte contra os excessos da república ditadora de Deodoro da Fonseca. A escrita racista de Prado “esquecia” da atuação de Patrocínio contra esse contexto que inclusive fechou arbitrariamente o periódico em 1883. O colunista continua:

Com a intenção de ferir um, o sr. Eduardo prado faz sentir que os homens de cor devem gratidão à monarquia, porque a doçura dos seus costumes fez com que o preconceito os não torturasse, como nas republicas americanas.

Não sei bem se o sr. Eduardo Prado quer que eu seja o único homem de cor incumbido de agradecer a monarquia tamanho favor, ou se o ilustre escritor quis decidir-me com o seu exemplo.<sup>246</sup>

Nesse trecho, Patrocínio começa a tipografar uma das suas colunas mais incisivas contra o racismo que ele presenciava diariamente. Em um esforço de se fazer entender e

<sup>244</sup> *Cidade do Rio*, 17 de janeiro de 1896.

<sup>245</sup> *Ibidem*.

<sup>246</sup> *Ibidem*.

rebater as violentas afirmações de Prado, ele denuncia que este presumia que homens de cor devessem gratidão à monarquia. Em nossa análise, aqui pretendida, é possível encontrar uma “espinha dorsal” – ou seja, uma pauta principal – de Patrocínio. Uma chave em que, observar este ator político durante o pós-abolição, é vê-lo construir uma liberdade para si, até mesmo em suas posições políticas, afastando-se de uma imagem apoiada no governo monárquico - um método explorado por outros pensadores. A colocação do abolicionista amplifica a capacidade de análise e atuação desses homens de cor, que não está presa a investigação do “isabelismo”. Antes, ainda, deve ser produzida a partir de uma perspectiva de liberdade. No trecho citado, Patrocínio busca romper com a ideia de “eterna de gratidão” à monarquia e reivindica sua liberdade para atuar como um ser político livre. Por conseguinte, o editor chefe do *Cidade do Rio* continua:

Quer o Sr. Eduardo Prado um exemplo?

Banida a família imperial, um brasileiro, um mulato genial, o grande engenheiro e escrito André Rebouças, abandonou todos os seus interesses, a sua cadeira de lente, os seus mingados haveres, e partiu com a dinastia expatriada.

Foi esse homem de coração incomparável quem recebeu de Petrópolis os pequenos princípios e os conduziu a bordo.

Tanto [ilegível] surpreendeu a todos: os mais exaltados republicanos admiraram aqueles monarchiemo a Malesherbes.

Pois bem, chegada à corte à Lisboa, não foi encomendado aposento para André Rebouças; não fazia parte da comitiva.

André Rebouças ficou em companhia dos expatriados porque o Sr. conde de Alzejur, deu-lhe lugar, nos aposentos que lhe haviam sido reservados.

Porque semelhante ingratidão com o amigo da última hora, e que se ligava incondicionalmente a corte banida, por motivo da lei de 13 de maio?

Responde o Sr. Eduardo Prado<sup>247</sup>.

Patrocínio resgata um episódio com André Rebouças para ilustrar o racismo contido na monarquia, que Prado dizia ser um tipo de oásis para os intelectuais negros. No contexto, Rebouças ficou sem lugar para repousar em uma das viagens para Portugal em uma viagem com a monarquia, demonstrando então ausência de lugar dos homens de cor durante a monarquia. Por isso, Patrocínio termina o trecho dizendo que “é um argumento historicamente sem valor esse do dever que tem o homem de amar a monarquia”<sup>248</sup>. Pois como amar o objeto que renegou pretos e pretas?

Há aqui uma fissura entre a atuação do dono da *Cidade do Rio* e o Império, que podem ter sido lidas como inerentes uma a outra. Porém, na escrita o jornalista demarca seu distanciamento enquanto indivíduo livre, com capacidade de leitura crítica em se posicionar a partir de suas próprias demandas. O colunista afirma: “esquece-se o Sr.

<sup>247</sup> *Cidade do Rio*, 17 de janeiro de 1896.

<sup>248</sup> *Ibidem*.

Eduardo Prado de que o imperador viveu a escravidão, pela escravidão e para a escravidão?”, denunciando, assim, o caráter escravocrata dos governadores do império<sup>249</sup>. Ou seja, há uma gratidão, em reconhecimento ao 13 de maio, mas não uma devoção cega ao império. Por conta disso, Patrocínio recupera fatos históricos dizendo: “não se recorda de que, nas instruções dadas a Brant, Pedro I procurou furtar-se à cláusula imposta à Inglaterra quanto à abolição do tráfico?”, em clara referência a lei de 1831 que proibia o tráfico de escravizados e foi completamente ignorada pela governança imperial<sup>250</sup>.

Bati durante dez anos contra a escravidão e nesse tempo ainda não havia república.

Não havia preconceitos, diz o Sr. Eduardo Prado. Como explica o ilustre escritor o horror que tem os mulatos disfarçados de confessar a sua ascendência?

Mas... é rebaixar a discussão traze-la para esse terreno.

[...] As águias não se devem confundir com as sanguessugas, que se me apegavam as pernas, desde que eu tive necessidade de entrar no lamaçal do cativo e da ditadura corruptora e sanguinária.

Estou pronto a discutir com o Sr. Eduardo Prado. Com uma condição: é que o brilhante panfletário fique à altura do seu merecimento.<sup>251</sup>

No trecho final, o autor acusa o fato de muitos afrodescendentes não se reconhecerem como tal, por conta da profunda manutenção do racismo durante o império. Sua lembrança aponta para a realidade de que, se afirmar como homem ou mulher preto ou preta, no pós-abolição, era um risco que poucos buscavam correr. Defender sua cor era proteger sua liberdade, algo que Patrocínio fazia muito antes da República e mesmo durante a monarquia, de que Prado o acusa de se aproveitar.

Dito isso, a polêmica envolvendo os dois escritores permite importante para compreensão do momento pós-abolição. Há um posicionamento por parte do proprietário do *Cidade do Rio*, que constrói um lugar de emancipação diante da monarquia e a ideia de que a imagem desse abolicionista deveria ser vista acoplada aos imperialistas. Antes, seria necessário um esforço para se analisar esses indivíduos agora livres em suas demandas, pois “um povo livre não se leva com a mesma facilidade como se administra uma ponta de escravos”<sup>252</sup>.

Um trabalho relevante na tentativa de interpretar os posicionamentos de Patrocínio frente a ataques racista, como esse retratado, é o de Beatriz Nascimento. Em “Uma história feita por mãos negras”, Nascimento defende que trabalhos de pesquisa tratem o povo preto por meio de aspectos raciais e não somente socioeconômicos. Ela afirma que

<sup>249</sup> Ibidem.

<sup>250</sup> *Cidade do Rio*, 17 de janeiro de 1896.

<sup>251</sup> Ibidem.

<sup>252</sup> *Cidade do Rio*, 24 de junho de 1895.

não se pode deixar de lado o fato de que historicamente o povo negro foi arrancado de seu habitat, escravizado e violentado<sup>253</sup>. Por meio dessa afirmativa, ela explica que é necessário retomar o problema da história do negro no Brasil, pensando-o de forma cuidadosa as características próprias do povo preto.<sup>254</sup>

Nascimento sustenta que quem estuda o escravismo pensa que entendeu a historicamente as narrativas das histórias pretas<sup>255</sup>. Tal ponto de vista é percebido na escrita de Eduardo Prado, como uma tentativa de analisar Patrocínio no século XIX, a partir somente das veias escravistas. Porém, este olhar não dá conta de pensar as diversas camadas que o envolvem, como se sua existência política dependesse somente dessa aproximação devido a, chamada por ele, “dívida” do mesmo para com o império. Ela afirma que este tipo de visão limita as atuações e, que na verdade, o “tempo é que está dentro da história. Não se estuda, no negro que está vivendo, a história vivida. Somos a história viva do preto, não números”<sup>256</sup>. Ela exorta a necessidade de se enxergar os indivíduos racializados como construtores de suas próprias histórias e continua:

O escravo negro, assim como o negro atual, não participou da formação social do Brasil só com seu trabalho, com seu sofrimento, ele participou também da mesa, da cama, do pensamento e das lutas políticas do colonizador e de seus descendentes.<sup>257</sup>

As análises de Beatriz Nascimento são de suma importância para a construção desse capítulo, pois ela faz um diagnóstico das intervenções de Patrocínio a luz de sua identidade racial. Apesar das tentativas de prender sua politização apenas a defesa do fim da escravidão, é possível expandir os olhares para compreensão de que sua atuação não ficou presa aos episódios de racismo, ou à escravidão. Com efeito, sua produção estava ligada à confecção de pensamento do pós-abolição, a partir de ideias que estavam associadas à política republicana e que buscavam liberdade com dignidade para si e para seus pares. Nesse sentido, Beatriz Nascimento afirma:

Ser negro é enfrentar uma história de quase quinhentos anos de resistência à dor, ao sofrimento físico e moral, à sensação de não existir, à prática de ainda não pertencer a uma sociedade à qual consagrou tudo o que possuía, oferecendo ainda hoje o resto de si mesmo. Ser negro não pode ser resumido a um “estado de espírito”, à “alma branca ou negra”, a aspectos de comportamento que determinados brancos elegeram como sendo de negro, e assim adotá-los como seus.<sup>258</sup>

<sup>253</sup> NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021, p. 34.

<sup>254</sup> Ibidem, p. 35.

<sup>255</sup> NASCIMENTO, 2021, Op. Cit., p. 40.

<sup>256</sup> Ibidem.

<sup>257</sup> Ibidem, p. 43.

<sup>258</sup> Ibidem, p. 44-45.

No caso de Patrocínio, o vemos como o é: um ser político, que pôde vivenciar a escravidão e a liberdade instituída constitucionalmente. Ou seja, experimentou esse sofrimento físico e moral citado por Nascimento em dois momentos históricos diferentes. Patrocínio foi resumido em diversos contextos como um “homem negro monarquista”, algo, como afirmado por Nascimento, “um negro de alma branca”. Entretanto, cessar a análise das atuações de homens pretos e reduzi-los a uma leitura embranquecida de suas trajetórias é dar munição ao racismo que tanto se denuncia.

Sendo assim, acaba por então neutralizar a participação da população preta na construção histórica. Nascimento defende que é necessário que intelectuais pretos e pretas sejam integrados na “consciência nacional”, não como objetos de estudo, como muitas vezes pretende a construção de uma história afro-brasileira. Segundo ela, “é necessário falar de “nós mesmos não como “contribuintes” nem como vítimas de uma formação histórico-social, mas como participantes dessa formação”<sup>259</sup>. Essa foi uma movimentação já iniciada no século XIX, por intelectuais, inclusive Patrocínio, que reafirmavam em diversos momentos, a necessidade da participação histórica dessa parte da população, como apontado nos capítulos anteriores.

Na busca por reivindicar essa movimentação política, anos antes da polêmica com Eduardo Prado, o editorial do *Cidade do Rio* já reivindicava sua participação na formação do Brasil, antes mesmo em momento anterior à proclamação da República. Os colunistas já percebiam que os projetos de cidadania para a população preta eram ignorados pela monarquia e se organizavam para se juntar aos republicanos na construção de uma nova forma de cidadania. Perspectiva que se provaria ilusória com a proclamação da república em 1889. Ainda que o barco monárquico que já estivesse afundando, e todos estivessem se afastando da lógica imperial, por saber que seu fim estava próximo, as afirmações dos colunistas criavam lugar de destaque para as suas organizações. Em 1889, acompanha-se na folha em coluna intitulada “Primeiras Palavras” a seguinte afirmação:

[...] do mesmo modo que se fingiu abolicionista, para se fazer garantir pelo abolicionismo, o palácio finge-se agora respeitador dos direitos das classes militares para se fazer apoiar por elas<sup>260</sup>.

Essa passagem demonstra a crítica do jornal, que se posicionava contra a adequação do império de acordo as demandas dos grupos políticos, buscando sobreviver no Brasil que queria expulsar de vez Portugal do controle do país. O colunista continuava:

[...] vendo-se essa monarquia que passa de mão em mão, como um trambolho:

<sup>259</sup> NASCIMENTO, 2021, Op. Cit., p. 48.

<sup>260</sup> *Cidade do Rio*, 10 de junho de 1889.

que se entrega hoje, aos abolicionistas; quando está sacramentada e ungida, para ir em seguida convalescer na adulação dos grandes proprietários; que escova o sinal dos pontapés que leva e no dia seguinte abraça aos que a afrontaram; que não pode viver se não explorando uma classe; a semelhança de um cortiço, não pergunta pela moralidade dos que lá entram e tanto contém gente honrada, como a última ralé; é impossível conter a indignação e adiar por mais tempo o combate de todas as horas e de todos os momentos contra ela.<sup>261</sup>

Tal contexto coloca em discussão o fato de que antes da proclamação da república já haviam escritos que colocavam as demandas particulares dos intelectuais do *Cidade do Rio* em primeiro plano. Sobre isto, Beatriz Nascimento desenvolve o argumento de que tudo o que foi dito sobre o negro, do que lhe foi atribuído, inclusive a sua cultura, “deve ser reexaminado não sob o ponto de vista da ideologia dominante, mas sob o ponto de vista das nossas aspirações e necessidades”<sup>262</sup>. Produzindo assim uma reflexão antecipada dos atores políticos pretos e pretas, que, na *Cidade do Rio*, apesar de não ser considerado um órgão da imprensa negra, aparecia como pauta de seu editorial: denunciar o racismo monárquico e republicano. Na mesma coluna se lê: “as reformas que nos prometem é uma cilada à própria liberdade”<sup>263</sup>. Tal assertiva demonstrava que havia uma leitura de contexto sendo produzida e feita pelos construtores de liberdade, assumindo assim um papel de protagonismo de suas próprias histórias, tanto o é que a coluna termina com a seguinte afirmação: “A história tem sua lógica, e esta não se curva ao interesse dos reis”<sup>264</sup>. Tal colocação era melindrosa mas contagiava todo o editorial do periódico antes da proclamação da República, como também apontado anteriormente no segundo capítulo.

Essas afirmações, antes do ocorrido com Eduardo Prado, apontam para a capacidade analítica de Patrocínio de fazer um movimento que Nascimento vai apontar como essencial para as análises dos caminhos afro-brasileiros:

Ou seja, se não estamos somente repetindo os conceitos do dominador sem nos perguntarmos se isso corresponde ou não à nossa visão das coisas, se esses conceitos são uma prática, e, caso sejam uma prática, se isso é satisfatório para o negro. Somos aceitos por quem? Para quê? O que muda ser aceito? O que é ser igual? A quem ser igual? É possível ser igual? Para quê ser igual?<sup>265</sup>.

Mesmo a despeito do anacronismo que se pode acusar – pois Nascimento fala a partir do contexto do século XX e Patrocínio está um século antes – é necessário perceber que Nascimento e Patrocínio escrevem em recortes diferentes, mas falam de lutas que

<sup>261</sup> Ibidem.

<sup>262</sup> NASCIMENTO, 2021, Op. Cit., p. 49.

<sup>263</sup> *Cidade do Rio*, 10 de junho de 1889.

<sup>264</sup> Ibidem.

<sup>265</sup> NASCIMENTO, 2021, Op. Cit., p. 48.

estão presentes no pós-abolição dos dois intelectuais<sup>266</sup>. As perguntas que a autora faz provocam o presente e o passado ao pensar nas fontes desse trabalho, pois se faz necessário entender que, ao questionar os poderes, se filiar a outros e ousar desafiar os status quo, o jornalista, bem como seus pares que escreviam na folha, mostravam preocupação com um futuro a ser construído a partir de questionamentos que perpassam a ponderação de Nascimento: ser aceito por quem? Para quê? A custo de quais demandas? Perguntas essenciais no pós-emancipação.

A partir das reflexões produzidas até aqui, é possível perceber que o racismo altera suas formas de acordo com o contexto histórico. Durante a monarquia, existiam ferramentas de manutenção da discriminação que foram sendo reestabelecidas na República com uma nova roupagem. Nas campanhas políticas, por exemplo, existiam movimentos que deixavam rastros do racismo. No governo de Prudente de Moraes, numa tentativa de contestar a influência eleitoral do candidato Campos Salles, o jornal *A República* dizia que ele era um percalço para a República. Em contrapartida, o *Cidade do Rio* afirmava que o jornal buscava emplacar seu candidato a presidente, Francisco Glycério, afirmando-o como o único estadista brasileiro produzido por instituições republicanas<sup>267</sup>.

A partir disso, os colunistas da folha de Patrocínio afirmavam que não poderiam permitir a colocação feita, pois o jornal *A República* havia feito uma alusão difamatória e racista em relação à aparência de Campos Salles, procurando rebaixar a raça africana citando seus lábios carnudos. A colocação foi rebatida na lembrança de que Francisco Glycério também tinha em sua ascendência linhagem africana e argumenta que: “Nunca, porém, apuramos com S. Ex. a sua mestiçagem, mesmo porque muitos dos nossos grandes homens e a história nacional não deixa de repetir com orgulhos os nomes como André Rebouças, Luiz Gama, Ferreira de Menezes, Salles Torres Homem”, que, de acordo com o jornal, seriam mais relevantes que Glycério na construção do Estado Brasileiro<sup>268</sup>. O impresso desenvolve a ideia de que no Brasil há um grande “cruzamento étnico” e este era um fato ao qual Glycério estava também relacionado. Por isso, o racismo advindo do jornal que o defendia era impraticável, e os nomes de políticos pretos comprovavam a versão dita.<sup>269</sup>

A partir desse contexto político, o editorial desenvolve o racismo que envolvia a

---

<sup>266</sup> Nesse trabalho entendo o pós-abolição como um campo que não termina no 13 de maio de 1888. Antes como uma luta presente e que perdura por séculos na História do Brasil. Sobre o tema consultar: DAVIS, Angela. **A liberdade é uma luta constante**. São Paulo: Boitempo, 2018.

<sup>267</sup> *Cidade do Rio*, 3 de novembro de 1897.

<sup>268</sup> *Ibidem*.

<sup>269</sup> *Ibidem*.

campanha contra Campos Salles, pois o jornal *A República* estava rebaixando a raça africana, tornando-a ridícula<sup>270</sup>. Na coluna, pode-se acompanhar a afirmação:

Quem escreve estas linhas é mulato e vê se na obrigação de repudiar a insinuação afrontosa para uma raça, que só continua a ser tratada desdenhosamente entre nós, porque tem tido a infelicidade de ver enxertados no seu tronco capadócios da laia do Sr. Glycerio, que a desnatura moralmente e a deprime intelectualmente.<sup>271</sup>

Com esta situação, já se consegue assistir duas dimensões relevantes: a primeira delas é o fato de que existem pretos e pretas escrevendo no *Cidade do Rio*, como já era possível desconfiar pela atuação de Patrocínio e pelas demandas contidas no periódico. E, a segunda, a partir desse olhar da experiência, levantado por Beatriz Nascimento, a capacidade desses atores políticos de apostarem em suas trajetórias políticas para tecer críticas ao momento histórico em que viviam, quase como uma ofensa pessoal às suas capacidades.

A coluna afirma que não é interesse deles marcar Campos Salles como mestiço, reforçando, assim, que “o que queremos deixar patente é o preconceito” que permite que no jornal *A República* se julgue os méritos políticos dos indivíduos pela cor da pele, denunciando o posicionamento racista da imprensa republicana de 1897<sup>272</sup>. O colunista diz que haviam abolicionistas durante o império que não se reconheciam como afrodescendentes, para que não se suspeitasse que eles tinham tido pais ou avós escravizados, denunciando que este era um problema a ser explorado durante a República. O fato de muitos chamados pelo jornal de “mulatos” não se reconhecerem como tal, era um resquício do período escravocrata, de acordo com o autor da coluna, que dizia: “o Sr. Glycerio está concorrendo incessantemente para agravar um estado mental criado pela escravidão e que só por uma ação contínua e profunda da civilização poderá ser destruído”<sup>273</sup>. De modo que este “estado mental” residia na falta de autoidentificação dos negros e negras em se reconhecerem como descendentes de africanos. Ao final da afirmação, o colunista cita a necessidade de ações contínuas, ou seja, projetos de nação que reivindicassem essas identidades. Havia dificuldade de fazer com que essa população preta se reconhecesse como tal e organizassem sua cidadania a partir disso.

Na conclusão, o jornal especifica o ideal de que o racismo seria destruído por meio de um profundo processo civilizatório. Deixavam óbvia a defesa de que existiam ideias organizativas de erradicação do racismo em uma sociedade idealizada por eles, o

---

<sup>270</sup> Ibidem.

<sup>271</sup> Ibidem.

<sup>272</sup> *Cidade do Rio*, 3 de novembro de 1897

<sup>273</sup> Ibidem.

que, para muitos que ali escreviam, seria um processo a ser produzido na República.

A empreitada crítica do jornal termina com o apontamento da folha de Patrocínio afirmando que:

Lembre-se o sr. Glycerio de que, se a mistura de sangue africano, em maior ou menor grau, diminui os direitos políticos, e limita logicamente direito de aspirar aos cargos públicos, sr. Ex. Que com certeza lambeu-se em pequeno com os "manuês" da vovó e brincou muito com a sua rodilha de pano da costa, não pode ser mais que correio de ministro, ou servente de secretaria.<sup>274</sup>

Neste trecho, há um ataque direto a Glycério, onde se lê que, se as afirmações racistas do mesmo estivessem corretas, ele sequer poderia exercer o cargo de Ministro da Agricultura que ocupava na época, produzindo assim denúncia vigorosa a ideia de que o sangue africano era um problema a ser combatido no Brasil. Antes ainda, o periódico convidava que este fosse motivo de orgulho àqueles que se identificavam. Glycério não escaparia de sua própria ascendência, pois no Brasil da época já havia uma miscigenação que impedia a dita “pureza” de raça – argumento racista defendido por muitos oitocentistas. No pós-abolição, essa tratativa se colocava em um contexto que buscava embranquecer sua população com a imigração, por exemplo. E se era um desejo eugenista de forma ampla, o era ainda mais com a classe política representativa desses indivíduos como José do Patrocínio. Era necessário embranquecer os representantes políticos para fazer o mesmo com os recém-libertos.

A partir disso, é possível perceber, dentro do jornal, um contexto em que se acusava o Estado Republicano de se organizar a favor das práticas racistas, algo comum aos ideais propostos, mas que seriam duramente combatidos pela parte organizada da sociedade, como foi o caso da folha de Patrocínio. Apenas pelo fato de citar a África como um motivo do qual devia se orgulhar no Brasil, colocava o periódico dentro de discussões que cresciam no país e que tocam em perspectivas pan-africanistas, por exemplo. Dadas as suas proporções e distanciamentos, não deixam de ser ideias importantes contra o racismo oitocentista e que dialogavam internacionalmente.

Ainda nesta reflexão, verifica-se que a ideia era apagar a influência africana no Brasil e esconder a qualquer custo a presença dos afrodescendentes nos espaços. Dito isto, em uma notícia de 1899, em 31 de julho, o jornal descreve um ofício que afirmava: “ordem do Sr. Chefê do estado-maior general da armada, para tripular com 60 praças, homens fortes, de cor branca ou caboclos [...] que tem de desembarcar o presidente da

---

<sup>274</sup> *Cidade do Rio*, 3 de novembro de 1897.

República."<sup>275</sup>. O escrito transcrevia uma ordem da tripulação que receberia o presidente da Argentina, que deveria ser uma tropa que fosse formada apenas por brancos ou “caboclos”. No mesmo texto que denunciou a ordem, os colunistas apontam para o “preconceito de cor” contido no fato de mobilizar homens de cor para “derramarem o seu sangue pela defesa das instituições”<sup>276</sup>. Não há preocupação com a cor dos convocados, que eram inclusive maioria em números, mas em um evento público faziam questões de excluí-los. A ação de receber a maior figura pública da República Argentina sem a presença de homens pretos é um exame dos projetos que estavam em voga em 1899, já na virada par o próximo século não somente no Brasil mas bem como em outros países da América do Sul<sup>277</sup>.

Como feito antes com Francisco Glycerio, a tentativa era de esconder as heranças afro-brasileiras com as capas da República. No caso, o objetivo final era maquiagem ou esconder os pretos e pretas dos momentos importantes da história do país e de suas próprias narrativas de relevância para a construção do Estado. O jornal reproduz que:

É uma provocação essa resistência do preconceito que faz acreditar que a república não é se não um fruto venenoso do escravismo e contra ela se deve levantar todo homem de brio, que se não envergonha de descender da raça sofredora e que desde o primeiro cruzamento, demonstra que é capaz de assimilar todas as faculdades, que se atribuem a raças privilegiadas. [...] Presume o governo que s. Ex. não conhece a etnologia brasileira e pretende engana-lo exibindo-lhe somente brancos e caboclos?<sup>278</sup>.

De acordo com o jornal, o objetivo era enganar o governo argentino sobre a verdadeira identidade do Brasil. Nesse sentido, afirmavam: "temos, porém, certeza de que não são os argentinos que nos exigem essa seleção de raças; é a tolice dos mulatos envergonhados, que se presumem de raça pura"<sup>279</sup>. A coluna não recebe identificação de quem escreveu, mas o articulista afirma que quem o teria escrito não tinha constrangimento por “ser mulato e descendentes de negros-minas”, resgatando a experiência de si para construir a crítica contra o contexto do racismo<sup>280</sup>.

A coluna conclui ser importante fazer cruzada contra a república dos brancos e dos caboclos “se ela se permitir a liberdade de insultar os mulatos e os negros”. Afirmava ainda que as organizações abolicionistas contra a escravidão deveriam organizar uma

<sup>275</sup> *Cidade do Rio*, 31 de julho de 1899.

<sup>276</sup> *Ibidem*.

<sup>277</sup> Sobre o assunto ver: SILVA, Fernanda Oliveira da. **As lutas políticas nos clubes negros: culturas negras, racialização e cidadania na fronteira Brasil-Uruguai no pós-abolição (1870-1960)**. 2017. 279p. Tese (Doutorado em História – Departamento de História – UFRGS, Porto Alegre, 2017).

<sup>278</sup> *Cidade do Rio*, 31 de julho de 1899.

<sup>279</sup> *Ibidem*.

<sup>280</sup> *Ibidem*.

demanda contra a “*república dos brancos e caboclos*” e não somente contra a *República*. Desse modo, dimensionava a constatação do ideal do branqueamento republicano, e defendia uma república que incluísse a população preta e seus descendentes.

É possível pensar pelas notícias do impresso que as organizações republicanas tentavam esconder os pretos e pretas da História do Brasil, tentativa esta que vem sendo revisitada por uma série de revisões de conceitos e pela inserção de pesquisadores e pesquisadoras negros e negras no âmbito científico.<sup>281</sup>

Um dos trabalhos que aponta esta movimentação é o texto “Coleção Personagens do Pós-Abolição – Monteiro Lopes e Eduardo das Neves”<sup>282</sup>. Nele, Martha Abreu e Carolina Dantas trazem a contribuição de personagens que, apesar de importantes para a História republicana do Brasil, tiveram suas vidas silenciadas, esquecidas ou não reconhecidas<sup>283</sup>. Afirma-se sobre a coleção: “Foram homens e mulheres marcados pela condição racial e de gênero que levantaram bandeiras antirracistas e atuaram na transformação das possibilidades de exercício da cidadania da população negra no Brasil”<sup>284</sup>. Essa demarcação colabora na compreensão dos poderes simbólicos, gerados na História da República, que tentaram apagar a atuação de cidadãos que atuaram como precursores de diversas lutas por cidadania após a escravidão, como visto na manobra dos escolhidos para representar a guarda do Brasil para o presidente da Argentina.

Ao se constitucionalizar a emancipação, negros e negras não desaparecem do Brasil. A reflexão que se faz é que houve um apagamento de narrativas e oportunidades para libertos e libertas. Entretanto, isso não impediu que muitas pessoas atuassem como seres políticos que cobravam seus direitos como cidadãos cariocas e brasileiros. Várias destas narrativas não foram tratadas como relevantes na história da formação do Brasil Republicano. Martha Abreu e Carolina Dantas afirmam que:

Por muito tempo nos acostumamos a enxergar a Primeira República (1889-1930) como um período negativo – por isso ficou conhecida como República Velha – no que diz respeito ao exercício da cidadania da população, seja em termos da participação política eleitoral ou do direito a expressões culturais próprias e distantes dos valores europeus. Estamos habituados a versões históricas sobre a Primeira República – ainda presentes nos livros didáticos – que defendem o domínio quase absoluto de políticas voltas para a europeização dos costumes e para a repressão aos movimentos políticos, sociais e culturais dos setores populares e negros. Se, de fato, essas políticas foram reais e

<sup>281</sup> Sobre o tema ver: GOMES, Nilma Lino. . O movimento negro educador. Saberes construídos na luta por emancipação. Petrópolis, RJ: vozes, 2017.

<sup>282</sup> ABREU, Martha; DANTAS, Carolina. Monteiro Lopes e Eduardo das Neves. Histórias Não Contadas da Primeira República. **Coleção Personagens do pós-abolição: trajetórias, e sentidos de liberdade no Brasil republicano**, v. Ed. 1. Editora UFF. 2020. Págs. 204. Disponível em: < [www.eduff.uff.br/index.php/catalogo/livros/961-monteiro-lopes-e-eduardo-das-neves](http://www.eduff.uff.br/index.php/catalogo/livros/961-monteiro-lopes-e-eduardo-das-neves) > Acesso em 05 de agosto de 2021.

<sup>283</sup> Ibidem, p. 9

<sup>284</sup> Ibidem, p. 17.

marcantes, elas não foram a única história desse período”<sup>285</sup>.

E se essas versões estão sendo produzidas, elas são resultado de investigações que avançam para além das leituras tradicionais das estruturas formadas na República. Observamos que, ao criar uma tradição inventada de branqueamento, servindo de discussões científicas do racismo científico, se buscou tirar o protagonismo de indivíduos afrodescendentes. Sendo assim, é sumamente importante explorar as produções negras para ampliar o entendimento da história do Brasil, que, por vezes, é vista somente a partir da ótica imigrante, branca e masculina.

---

<sup>285</sup> Ibidem, p. 17.

## Considerações finais

Dito isto, é necessário retomar o papel relevante de Patrocínio na causa abolicionista e não o reduzir a este momento histórico. Pois isto é uma das camadas do racismo, que tende a fechar os indivíduos em uma perspectiva sobre quem são os populares negros.

No final do século XIX, existiam movimentações que estavam sendo produzidas por Patrocínio e que o punham em um contexto internacional, destacando-o, por exemplo, a partir de seus investimentos com a aviação. No mesmo sentido, haviam outros intelectuais que se destacavam em seus empreendimentos, e Patrocínio se afirmava a partir de seu projeto com o balão Santa Cruz.

Projeto que recebeu ajuda financeira de alguns amigos pela ousadia, mas que também foi responsável por grande parte da crise financeira sofrida por Patrocínio que influenciou no fechamento definitivo da folha.<sup>286</sup> Em 1901, a folha descreve que a oficina do balão acontecia “no pavimento da *Cidade do Rio*”, onde trabalha-se dia e noite, febrilmente: “é um bater, um arrastar, um pregar sem conta, que se ouve da rua [...] é quase certo ser marcada a primeira experiência para 12 de outubro próximo, aniversário do descobrimento da América”<sup>287</sup>. Essa citação demonstra que a imprensa de Patrocínio estava diretamente envolvida com a produção desse empreendimento. Sendo muito provável que os que trabalhavam na construção do balão, convivessem com os que atuavam na confecção do periódico. E, ainda mais, a intenção projetista de Patrocínio inclusive de fazer experimentos em datas relevantes, como o próprio 12 de outubro, que marcava o descobrimento da América – data citada por ele –, dando a entender que, caso fosse um sucesso sua criação, ela seria uma manifestação de novidade, como um “Novo Mundo”.

Dito isto, Patrocínio pode ter percebido a dimensão do balão Santa Cruz e decidiu criar um espaço para tanto. Ainda em 1901, o “Barracão do Santa Cruz” torna-se uma oficina de construção e toma título de uma coluna no mesmo ano na folha, para noticiar que vinte operários haviam morrido em um acidente no local, quebrando com a expectativa de longa data para a edificação<sup>288</sup>. Tal acontecimento dimensiona a crise vivida pelo dono do jornal que irá influenciar o fechamento do mesmo em 1902 por crises financeiras. O próprio Patrocínio admite a dificuldade de administrar financeiramente o Balão Santa Cruz.

---

<sup>286</sup> *Cidade do Rio*, 20 de agosto de 1901.

<sup>287</sup> *Cidade do Rio*, 20 de setembro de 1901.

<sup>288</sup> *Cidade do Rio*, 14 de novembro de 1901.

Tal condição levou a folha a deixar pistas da sua falência em seus últimos anos, como no trecho:

*A Cidade do Rio* durante o ano, que hoje finda, passou pelas mais tremendas provações. [...] Apesar de todo o seu martírio, a Cidade do Rio ainda não perdeu a fé no seu futuro. No próximo ano ela procurará concorrer lealmente com os seus colegas, em dar aos leitores o que houver de mais completo no jornalismo contemporâneo e espera com o favor de Deus, e com a dedicação de seus trabalhadores infatigáveis, volta a merecer a estima com que esta sociedade a distinguiu e que ela não sacrifica à paixão de um momento todo um passado de sacrifício e abnegação.<sup>289</sup>

Ou, ainda, em maio de 1902, quando os escritores sinalizam o fechamento em uma coluna chamada “Altos e Baixos”:

[...] a quem vê tudo cor de rosa [...] quem sente, porém, o impulso espontâneo das almas que acordem, observa que há alguma coisa latente, prestes a explodir, caracterizando uma reforma rápida, na ordem moral e social, esperando a estão próprias, para determinar uma nova vida<sup>290</sup>.

O jornal não deixa óbvia sua declaração de desprovimento, até mesmo porque na Hemeroteca Digital há um número genérico de encerramento da folha, sendo perigoso afirmar que o último número disponível na plataforma seja de fato o último impresso do periódico. O que se sabe é que ele encerra as atividades em 1902, não porque o mesmo assim o diz, mas pela falta de acesso a outros possíveis números após 30 de junho de 1902. Antes ainda desse possível último número, Patrocínio já havia anunciado sua saída da redação do *Cidade do Rio*, numa partida silenciosa, sem despedidas do dono do jornal, seu substituto seria Annibal Mascarenhas<sup>291</sup>.

Mesmo com o encerramento de suas atuações, o papel do periódico de Patrocínio ecoou e ecoa na História do Brasil como uma importante fonte para compreender o abolicionismo e as movimentações desse intelectual negro de tanta importância para a compreensão de liberdade, cidadania e racismo no século XIX e XX. Prova disso é quantidade de homenagens póstumas que ele recebe e sua influência política mesmo após sua partida, que o imortalizou como referência para pensar a História Afro-Brasileira no país. Bem como de toda a rede de intelectuais que construíam projetos para a população e lutavam por estes ideais na imprensa e vários outros espaços de socialização.

<sup>289</sup> *Cidade do Rio*, 31 de dezembro de 1901.

<sup>290</sup> *Cidade do Rio*, 5 de maio de 1902.

<sup>291</sup> *Cidade do Rio*, 8 de maio de 1902.

## Fontes

### A. Periódicos (Biblioteca Nacional)

*Cidade do Rio* (1887-1902);

*Gazeta de Notícias* (1875-1895);

*Jornal do Commercio* (1880-1895);

*Revista Illustrada* (1870-1879).

### B. Romances

ASSIS, Machado. *Obra completa - vol. II, contos*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997.

BARRETO, Lima. *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2010.

NETTO, Coelho. *A Conquista*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1985

PATROCÍNIO, José do. *Motta Coqueiro ou A Pena de Morte*. Rio de Janeiro: F. Alves, Instituto Estadual do Livro, 1977.

## Referências

ABREU, Martha; DANTAS, Carolina. “Monteiro Lopes e Eduardo das Neves: histórias não contadas da Primeira República”. In.: **Coleção Personagens do pós-abolição: trajetórias, e sentidos de liberdade no Brasil republicano**, v. Ed. 1. Editora UFF. 2020. Disponível em: < [www.eduff.uff.br/ /index.php/catalogo/livros/961-monteiro-lobes-e-eduardo-das-neves](http://www.eduff.uff.br/index.php/catalogo/livros/961-monteiro-lobes-e-eduardo-das-neves) >. Acesso em 05 de março de 2023.

AZEVEDO, Célia Marinho de. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites (século XIX)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. “Não há mais escravos, os tempos são outros”: abolição e hierarquias sociais no Brasil”. In.: **O jogo da dissimulação – abolição e cidadania negra no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. Pág. 94-139.

\_\_\_\_\_. “Teodoro Sampaio e Rui Barbosa no tabuleiro da política: estratégias e alianças de homens de cor (1880-1919)”. In.: **Revista Brasileira de História**. vol. 35, n. 69, 2015, p. 83-99.

BARBOSA, João Paulo. **O Pós-Abolição no Rio de Janeiro: Representações do negro na imprensa (1888-1910)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-

Graduação em História, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. 2016.

BARBOSA, Marialva C. **Os donos do Rio: imprensa, poder e público**. 1. ed. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000.

BORIS, Fausto. **O Brasil republicano, v. 8: estrutura de poder e economia (1889-1930)**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

BRITO, Luciana. “‘Mr. Perpetual Motion’ enfrenta o Jim Crow: André Rebouças e sua passagem pelos Estados Unidos no pós-abolição”. In.: **Revista Estudos Históricos**, 32 (66), 2019.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. "A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador". In.: VILLAÇA, Mariana Martins e PRADO, Maria Ligia Coelho (Org.). **História das Américas: fontes e abordagens historiográficas**. São Paulo: Humanitas/CAPES, 2015, p. 114-136.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de. "Raça e cidadania no crepúsculo da modernidade escravista no Brasil". In.: Keila Gringberg e Ricardo Salles (orgs.). **O Brasil imperial – Vol.III (1870-1889)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

CHALHOUB, Sidney. Classes Perigosas. In.: **Revista Trabalhadores**, n. 6. Campinas: SMCS, 1990.

\_\_\_\_\_. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte**. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

\_\_\_\_\_. “Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX)”. In: **História Social**. Campinas, SP: IFCH/UNICAMP, nº 19, pp. 19-32, 2010.

\_\_\_\_\_. **A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

DARTON, Robert. “Jornalismo: toda notícia que couber a gente publica”. In.: **O beijo de**

**Lamourette: mídia, cultura e revolução.** São Paulo: Companhia das letras, 1990, p. 41-57.

DE SOUZA, Flávia Fernandes. José do Patrocínio e a Cidade do Rio: reflexões sobre a atuação de um intelectual abolicionista na imprensa carioca em fins do oitocentos. In.: **Estudos de imprensa no Brasil: I Seminário de Pós-graduandos em História da UFF,** Rio de Janeiro, v. 1, ed. 1, p. 1-412, 2012.

DOMINGUES, Petrônio. “Fios de Ariadne: o protagonismo negro no pós-abolição”. In.: GOMES, Flávio dos Santos; DOMINGUES, Petrônio. **Da nitidez e invisibilidade: Legados do pós-emancipação no Brasil.** Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2013.

FLORES, Elio Chaves. “A consolidação da República: rebeliões de ordem e progresso”. In.: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano, livro 1: o tempo do liberalismo excludente: da proclamação da república à revolução de 1930.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FRAGA, Walter. “Pós-abolição: o dia seguinte”. In.: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos. (Orgs). **Dicionário da Escravidão e Liberdade. 50 textos críticos.** São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 351-357.

GATO, Matheus. **O massacre dos libertos: sobre república e raça no Brasil.** São Paulo: Perspectiva, 2020. 163 p.

GOMES, Flávio; SOARES, Carlos Eugênio Líbano; FARIAS, Juliana Barreto (orgs.). **No labirinto das nações: africanos e identidades no Rio de Janeiro, século XIX.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

GOMES, Flávio. “‘Idiossincrasias Cromáticas’: projetos e propostas de ‘imigração negra’ no Brasil Republicano”. In: DOMINGOS, Petrônio; Gomes, Flávio dos Santos. **Da nitidez e invisibilidade: legados do pós-emancipação no Brasil.** Belo Horizonte: Fino Trato. 2013.

\_\_\_\_\_. “No meio das águas turvas (racismo e cidadania no alvorecer da República: a Guarda Negra na Corte – 1888-1889)”. In.: **Estudos Afro-Asiáticos,** Rio de Janeiro, n. 21, 1991.

\_\_\_\_\_. **Negros e política (1888-1937).** Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1995.

HOLLOWAY, T. H. **Polícia no Rio de Janeiro; repressão e resistência numa cidade do séc. XIX**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

LARA, Silvia Hunold e MENDONÇA, Joseli Maria Nunes (org). **Direitos e Justiças no Brasil: ensaios de história social**. Campinas, São Paulo: Ed. UNICAMP, 2006.

LUCA, Tânia Regina de. “Fontes Impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos”. In: PINSK, Carla Bassanezi, Et. Al. (orgs.) **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

LUSTOSA, Isabel. **O macaco brasileiro: um jornal popular na Independência**. Revista USP, n. 58, p. 92-103, 30 ago. 2003.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo; CASTILHO, Celso Thomas. **Tornando-se livre: agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição**. [S.l: s.n.], 2015.

\_\_\_\_\_. **O crime de escravos e a lei. Crime e Escravidão – Trabalho, luta, resistência nas lavouras paulistas (1830-1888)**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

\_\_\_\_\_. **O plano e o Pânico: Os Movimentos Sociais na Década da Abolição**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

MACHADO, Humberto Fernandes. **Palavras e Brados – José do Patrocínio e a imprensa abolicionista do Rio de Janeiro**. Niterói: Editora UFF, 2014.

MILLS, Charles. **The Racial Contract**. Nova Iorque: Cornell University, 1997.

MORAES, Renata. **As festas da abolição: o 13 de maio e seus significados no Rio de Janeiro (1888-1908)**. Tese (Doutorado em História Social da Cultura) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. 2012.

NASCIMENTO, Álvaro. “Trabalhadores negros e o ‘paradigma da ausência’: contribuições à história social do trabalho no Brasil”. In: **Estudos Históricos**, vol. 29, n. 59, p. 607-626, set/dez. 2016.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras**. Rio de Janeiro, Zahar, 2021.

NEVES, Margarida de S. “Os cenários da república: o Brasil da virada do século XIX para o século XX”. In: Delgado, Lucília de Almeida Neves e Ferreira, Jorge Luís (orgs.).

**Brasil Republicano: Estado, sociedade civil e cultura política. O tempo do liberalismo excludente. Da Proclamação da República à Revolução de 1930.** 1º Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003.

PAPALI, M. A. C. R.; ZANETTI, V.; CASTILHO, M. H. O. “Cenários do pós-abolição no Vale do Paraíba paulista: tutela, trabalho infantil e violência sexual (1888/1889)”. In.: **Afro-Ásia**, Salvador, n. 56, 2017. DOI: 10.9771/aa.v0i56.23248. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/23248>. Acesso em: 11 abr. 2023.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. “A realidade como vocação: literatura e experiência nas últimas décadas do império”. In: GRINBERG, K. & SALLES, R. (orgs.). **O Brasil Imperial, vol. III: 1870-1889**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **De pele escura e tinta preta: a imprensa negra do século XIX (1833-1899)**. 2006. 197 f. Dissertação (Mestrado em História) - Departamento de História) - Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

\_\_\_\_\_. **Fortes laços em linhas rotas: literatos negros, racismo e cidadania na segunda metade do século XIX**. 2014. 326 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/281270>>. Acesso em: 18 abr. 2023.

PINTO, Ana Flávia Magalhães; SANTOS, José Eduardo Ferreira dos; SANTANA, Tiganá; ORALITURAS, CASA SUELI CARNEIRO, FUNDAÇÃO ROSA LUXEMBURGO. Bianca Santana (Org.); Natália Carneiro (Org.). **Temporalidades, História e Memória. Insumos para Ancoragem de Memória Negra**, São Paulo. 2021. Ed. 1. Módulo 1, p. 1-176. Disponível em: [https://casasuelicarneiro.org.br/?jet\\_download=332](https://casasuelicarneiro.org.br/?jet_download=332). Acesso em: 27 out. 2022.

POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio.” In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: vol. 2, nº 3, 1989.

SILVA, Lúcia Helena Oliveira. **Paulistas afrodescendentes no Rio de Janeiro pós-Abolição (1888-1926)**. São Paulo: Humanitas, 2016.

SOUZA, Marcos Teixeira de. “Motta Coqueiro ou pena de morte: Uma trama entre a memória social e a literatura”. In: **Literaturas Africanas e Afro-brasileira**. N. 4. Jul-dez. 2014. Pág. 18-37.

SANTOS, Cláudia R. Andrades dos. “Na rua, nos jornais e na tribuna: A confederação abolicionista do Rio de Janeiro, antes e depois da abolição”. In: MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo; CASTILHO, Celso Thomas. **Tornando-se livre: agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição**. [S.l: s.n.], 2015.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos. (Orgs). **Dicionário da Escravidão e Liberdade. 50 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SILVA, Fernanda Oliveira da. **As lutas políticas nos clubes negros: culturas negras, racialização e cidadania na fronteira Brasil-Uruguaí no pós-abolição (1870-1960)**. 2017. 279p. Tese (Doutorado em História – Departamento de História – UFRGS, Porto Alegre, 2017).

SILVA, Geovan Souza . **Identidades escorregadias: escravidão, racismo e abolicionismo a partir do jornal Cidade do Rio (1887-1888)** - Uberlândia, 2019. Trabalho monográfico defendido para obtenção do título de Licenciatura e Bacharel em História, 2019.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil** – 4. Ed. (atualizada). Rio de Janeiro. Mauad, 1999.

SILVA, Ana Carolina Feracin. **De "Papa pecúlios" a Tigre da Abolição: A trajetória de José do Patrocínio nas últimas décadas do século XIX**. 2006. 1-231 p. Tese de Doutorado (Doutorado em História)- História, UNICAMP, Campinas, 2006. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280643>>. Acesso em: 27 set. 2017.

SOARES, Carlos Eugênio L. **Negregada instituição: os capoeiras no Rio de Janeiro**. 1993. Dissertação (Mestrado em História). UNICAMP. Campinas.

THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum**. (trad.) São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

